

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Direcção de Serviços de Administração



Relatório de  
Actividades  
2008



## Índice

<b>1. Nota do Director-Geral da Saúde</b> .....	5
<b>2. Introdução</b> .....	6
<b>3. Missão e Atribuições</b> .....	8
<b>4. Enquadramento da Actividade</b> .....	10
4.1. Caracterização do contexto organizacional .....	10
4.2. Estrutura orgânica.....	11
<b>5. Estratégia e Objectivos</b> .....	15
5.1. Quadro de avaliação e responsabilização - QUAR 2008 / Resultados.....	16
5.2. Relatório de auto-avaliação - QUAR 2008 .....	19
<b>6. Recursos Humanos e Formação</b> .....	29
6.1. Recursos Humanos.....	29
6.2. Formação .....	32
<b>7. Recursos Financeiros</b> .....	34
<b>8. Objectivos e Actividades das Unidades Orgânicas</b> .....	37
8.1. Programas e Projectos em destaque .....	37
8.2. Grau de Realização do Plano de Actividades .....	41
<b>8.3. Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde (DSPPS)</b> .....	43
8.3.1. Competências, Objectivos e Divisões .....	43
8.3.2. Execução das Actividades .....	45
8.3.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	54
8.3.4. Avaliação Qualitativa.....	58
<b>8.4. Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde (DSCS)</b> .....	60
8.4.1. Competências, Objectivos e Divisões .....	60
8.4.2. Execução das Actividades .....	62
8.4.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	70
8.4.4. Avaliação Qualitativa.....	72
<b>8.5. Direcção de Serviços da Qualidade Clínica (DSQC)</b> .....	73
8.5.1. Competências, Objectivos e Divisões .....	73
8.5.2. Execução das Actividades .....	75
8.5.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	79
8.5.4. Avaliação Qualitativa.....	83
<b>8.6. Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde (DSEES)</b> .....	88

8.6.1. Competências, Objectivos e Divisões .....	88
8.6.2. Execução das Actividades .....	89
8.6.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	92
8.6.4. Avaliação Qualitativa .....	92
<b>8.7. Direcção de Serviços de Administração (DSA) .....</b>	<b>95</b>
8.7.1. Competências, Objectivos e Divisões .....	95
8.7.2. Execução das Actividades .....	95
8.7.3. Avaliação Qualitativa .....	97
<b>8.8. Unidade de Apoio Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS)....</b>	<b>99</b>
8.8.1. Competências e Objectivos .....	99
8.8.2. Execução das Actividades .....	100
8.8.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	100
8.8.4. Avaliação Qualitativa .....	101
<b>8.9. Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional (ASN) .....</b>	<b>102</b>
8.9.1. Competências e Objectivos .....	102
8.9.2. Execução das Actividades .....	103
8.9.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	104
8.9.4. Avaliação Qualitativa .....	104
<b>8.10. Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública (UESP) .....</b>	<b>106</b>
8.10.1. Competências e Objectivos .....	106
8.10.2. Execução das Actividades .....	107
8.10.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	108
8.10.4. Avaliação Qualitativa .....	109
<b>8.11. Programa Nacional de Saúde Sexual Reprodutiva.....</b>	<b>111</b>
8.11.1. Objectivos .....	111
8.11.2. Execução das Actividades .....	111
8.11.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde .....	112
<b>8.12. Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose .....</b>	<b>113</b>
8.12.1. Objectivos .....	113
8.12.2. Execução das Actividades .....	113
8.12.3. Avaliação Qualitativa .....	114
<b>9. Circulares Informativas e Normativas .....</b>	<b>116</b>
<b>10. Notas Finais.....</b>	<b>120</b>

## Siglas e Acrónimos

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AP	Administração Pública
ARS	Administração Regional de Saúde
ASN	Autoridade de Saúde Nacional
CASNS	Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde
DGS	Direcção-Geral da Saúde
DSA	Direcção de Serviços de Administração
DSCS	Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde
DSEES	Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas da Saúde
DSPPS	Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde
DSQC	Direcção de Serviços de Qualidade Clínica
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
OE	Orçamento de Estado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PNSO	Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UESP	Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública

## 1. Nota do Director-Geral da Saúde

Uma política proactiva de Saúde Pública tem impactes positivos que se reflectem, necessariamente, na melhoria de indicadores de saúde, como seja o caso da esperança de vida, mortalidade geral ou a mortalidade infantil. Por outro lado, influencia, também, o desenvolvimento social, traduzido, por sua vez, em mais crescimento, mais prosperidade e melhor sustentabilidade ambiental.

A adopção de normas restritivas ao fumo do tabaco em recintos fechados de acesso público é um exemplo de medida de política proactiva em saúde pública, socialmente compreendida e aceite. A implementação da nova Lei permitiu clarificar a aplicação do princípio constitucional estruturante da proibição do excesso e, por outro lado, realçar a importância da conjugação concertada dos deveres do Estado, dos cidadãos e da sociedade civil no processo participado de promoção da saúde individual, familiar e colectiva. O Estado e a sociedade civil ao criarem condições para permitir que os cidadãos decidam a favor da saúde, em termos de comportamentos e adopção de estilos de vida, fomentam a componente de auto-regulação.

Em Portugal, a Reforma da Saúde Pública, em fase de desenvolvimento, caminha nesse sentido. Além das medidas adoptadas, designadamente para prevenção do tabagismo, de lançamento da plataforma contra a obesidade, da saúde sexual e reprodutiva e, ainda, da saúde oral, bem como para prevenção do cancro do colo do útero, um novo quadro legal veio regular essa abordagem inovadora no final de 2008.

A sociedade civil assume um registo fundamental neste processo através da participação activa e criativa em harmonia com os princípios do Estado de direito democrático, participação essa que fomenta o desenvolvimento do Estado moderno, sobretudo, actuante e proactivo.

Francisco George,  
Director-Geral da Saúde

## 2. Introdução

Nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, a actividade desenvolvida pelos Organismos Públicos deve obrigatoriamente constar dos planos e relatórios de actividade anuais de cada Instituição.

Nessa conformidade, o presente relatório sintetiza a actividade desenvolvida na **Direcção-Geral da Saúde (DGS)**, no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2008, tendo contado na sua realização com os contributos e a participação activa de todas as suas Unidades Orgânicas.

Assim e no âmbito da definição do seu planeamento estratégico interno, a DGS, definiu quatro objectivos estratégicos que nortearam a actividade desenvolvida durante o ano de **2008**:

1. Promover estilos de vida saudáveis
2. Promover a prevenção e o controlo das doenças transmissíveis, não transmissíveis e raras
3. Promover o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva
4. Melhorar a saúde oral de grupos particularmente vulneráveis.

Em função dessas linhas de orientação estratégica, cada unidade orgânica programou as actividades a desenvolver, os produtos a concretizar e os recursos necessários para a respectiva execução, contratualizados entre a Direcção e os responsáveis de cada unidade orgânica, tendo existido a preocupação de os focalizar e agregar de acordo com os objectivos estratégicos e em consonância com a missão e as atribuições da DGS.

Mais recentemente e através da publicação do Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro, que alterou e republicou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, a DGS passou a ter competências nas áreas do planeamento e programação da política nacional para a qualidade no sistema de saúde, consubstanciada pelo Decreto Regulamentar n.º 21/2008, de 2 de Dezembro, que alterou o Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio (cfr. Portaria n.º 155/2009, de 10 de Fevereiro).

Assim sendo, houve necessidade de adaptar a estrutura nuclear da DGS, tendo-se, por um lado, criado o Departamento da Qualidade em Saúde e a Direcção de Serviços de Prevenção e Controlo de Doenças e por outro, alterado as atribuições da Direcção de Serviços de Administração, pelo que a **estrutura nuclear da DGS** passou a estruturar-se, **a partir de 1 de Março de 2009**, nas seguintes **unidades orgânicas**, (cfr. Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, alterada pela Portaria n.º 155/2009, de 10 de Fevereiro):

- Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde (DSPPS)
- Direcção de Serviços de Prevenção e Controlo de Doenças (DSPCD)
- Departamento da Qualidade na Saúde (DQS)
- Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde (DSEES)
- Direcção de Serviços de Administração (DSA).

Em consonância com o anteriormente referido, o presente relatório de actividades avalia de forma objectiva e rigorosa, o grau de execução das actividades concretizados pela DGS, durante o ano de 2008.

### 3. Missão e Atribuições

A **DGS** é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração directa do estado, dotado de autonomia administrativa.

Actualmente, a DGS tem por **missão** “*regulamentar, orientar e coordenar as actividades de promoção da saúde, prevenção da doença, definir as condições técnicas para adequada prestação de cuidados de saúde e planear e programar a política nacional para a qualidade no sistema de saúde*”, afirmando-se como um serviço de referência no desempenho e desenvolvimento das suas competências e responsabilidades (cfr. n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro).

Nessa conformidade e tendo em vista o desenvolvimento da sua missão, a DGS prossegue as seguintes **atribuições** (cfr. n.º 2 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro):

- ✓ Emitir orientações e desenvolver programas em matéria de saúde pública;
- ✓ Emitir orientações e desenvolver programas para melhoria da prestação de cuidados em áreas relevantes da saúde e promover a sua execução;
- ✓ Promover o desenvolvimento, implementação, coordenação e avaliação de instrumentos, actividades e programas de melhoria contínua da qualidade clínica e organizacional;
- ✓ Coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica a nível nacional e no quadro da organização internacional nesse domínio;
- ✓ Elaborar e divulgar estatísticas de saúde e promover o aperfeiçoamento de estudos técnicos sobre cuidados de saúde;
- ✓ Desenvolver acções de cooperação nacional e internacional, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das suas competências técnicas específicas;

e ainda (cfr. n.º 2 e 3 do art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/2008, de 2 de Dezembro):

- ✓ Elaborar e difundir normas de boas práticas e orientações para o desenvolvimento da excelência na prestação de cuidados de saúde;
- ✓ Apoiar o Director-Geral da Saúde no exercício das suas competências de autoridade de saúde nacional, nos termos previstos na lei;
- ✓ Acompanhar o Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS), em articulação com as Administrações Regionais de Saúde, I.P.;
- ✓ Dirigir o sistema de emergências de saúde pública e coordenar a actividade de todos os demais serviços do Ministério da Saúde com intervenção nessa área em situações de emergência de saúde pública.

A DGS exerce as suas atribuições em articulação e cooperação com os demais serviços e organismos do Ministério da Saúde e, em especial, com as Administrações Regionais de Saúde, I.P..

## 4. Enquadramento da Actividade

### 4.1. Caracterização do contexto organizacional

A DGS, a par de outros organismos do Ministério da Saúde, foi objecto do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (**PRACE**). A Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei 212/2006, de 27 de Outubro, concretizada pelo Decreto Regulamentar 66/2007, de 29 de Maio, veio determinar um modelo organizativo específico com certas exigências impostas pelos objectivos da Administração no âmbito do PRACE, o qual se traduziu num esforço de racionalização e melhoria dos serviços e adequação dos recursos humanos, o que teve como consequência, reformas relevantes no decurso de 2007 e 2008, que exigiram realinhamentos e ajustamentos internos dos serviços/direcções.

Por outro lado e visando a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, e fruto da entrada em vigor da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, referente ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (**SIADAP**), o ano de 2008, foi o ano da implementação do Quadro de Avaliação e Responsabilização (**QUAR**) nos organismos públicos.

De salientar ainda que no âmbito da Lei 66-B/2007, o sistema de avaliação de desempenho, dividiu-se em 3 subsistemas (SIADAP 1, 2 e 3), tendo em vista avaliar o desempenho dos Serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores da Administração Pública (AP).

## 4.2. Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da DGS, obedece a um **modelo estrutural misto**. Assim e no que respeita às áreas de suporte e operativa, tem um modelo de estrutura hierarquizada e no diz respeito às áreas de actividade relativas às unidades de apoio tem um modelo de estrutura matricial.

Assim, e relativamente ao ano de 2008, a estrutura hierarquizada, constituiu-se por um núcleo com cinco unidades orgânicas, das quais quatro são de carácter técnico e vocacionadas para as áreas da saúde e uma direcção de serviços que assume e centraliza a administração de recursos e apoio.

Complementarmente, a estrutura matricial, é formada por três unidades de apoio que funcionam na dependência do Director-Geral de Saúde (Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde - CASNS, Autoridade de Saúde Nacional - ASN e Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública – UESP), visando uma maior flexibilidade e capacidade interventiva na dinamização de actividades com expressivo impacto nacional, permitindo melhor coordenação e planeamento dessas acções.

A **estrutura hierarquizada** assenta nas seguintes **unidades nucleares**:

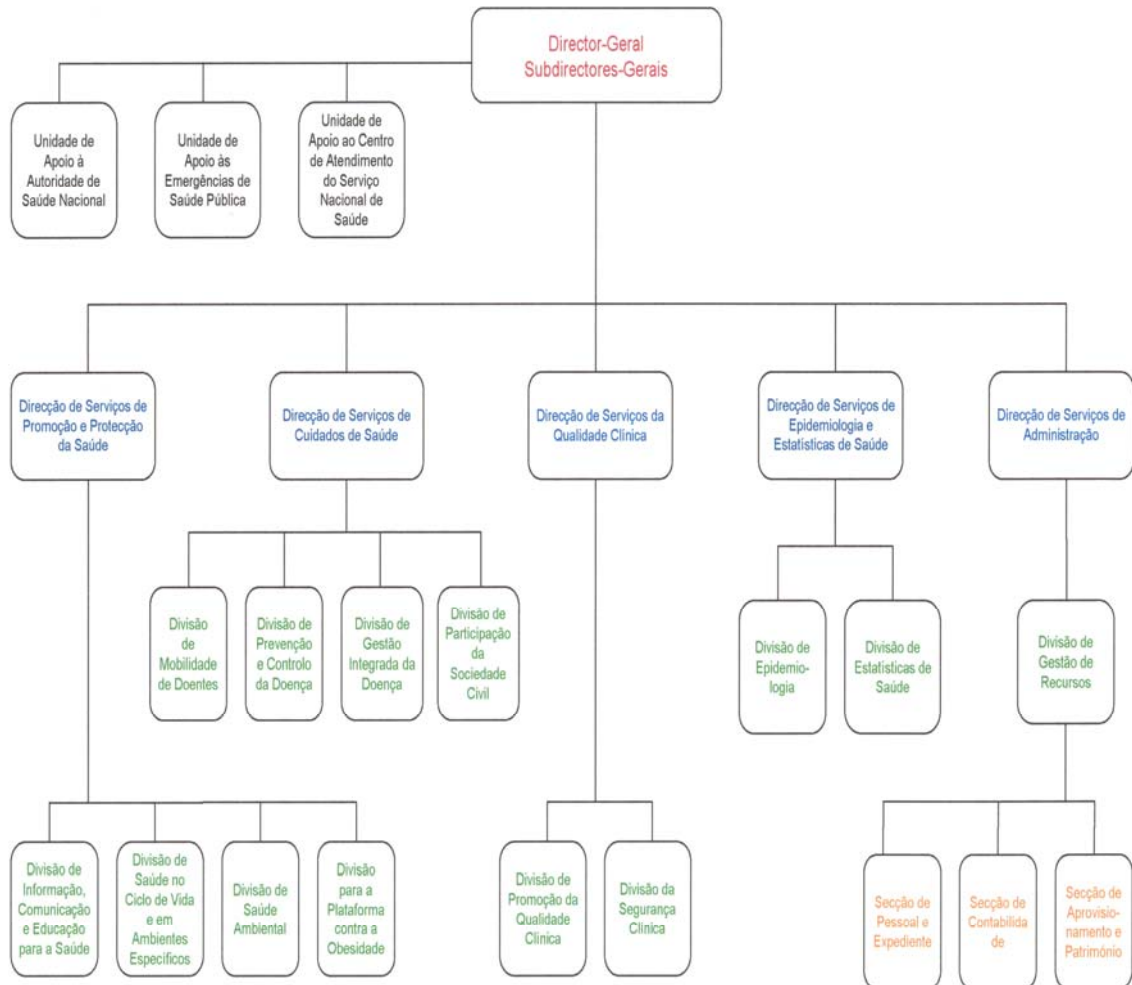
- ▶ Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde (DSPPS)
- ▶ Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde (DSCS)
- ▶ Direcção de Serviços de Qualidade Clínica (DSQC)
- ▶ Direcção de Serviços de Epidemiologia e de Estatísticas de Saúde (DSEES)
- ▶ Direcção de Serviços de Administração (DSA)

Por sua vez, as unidades nucleares dividem-se em unidades flexíveis.

A **estrutura matricial** da DGS assenta nas seguintes unidades:

- ▶ Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional (ASN)
- ▶ Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública (UESP)
- ▶ Unidade de Apoio ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS)

## Organograma da DGS (2008)



Ao organograma anteriormente referido, corresponde a seguinte **estrutura de dirigentes e chefias** (DGS/2008):

Nome do Titular	Unidade	Cargo
Francisco Henrique Moura George	Direcção	Director-Geral
Maria da Graça Gregório Freitas	Direcção	Subdirectora-Geral
Catarina de Senna F Cabral Sena	Direcção	Subdirectora-Geral
José Alberto Noronha Marques Robalo	Direcção	Subdirector-Geral
Emília Martins Nunes	Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde	Directora de Serviços
José Alexandre de Figueiredo Baptista Diniz	Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde	Director de Serviços
Ana Maria Esteves de Leça Pereira	Direcção de Serviços da Qualidade Clínica	Directora de Serviços
José Luís Castanheira dos Santos	Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde	Director de Serviços
Maria de Lourdes Silva Ferreira Nogueira da Silva	Direcção de Serviços de Administração	Directora de Serviços
Vasco Manuel Xavier F Prazeres	Divisão de Informação, Comunicação e Educação para a Saúde	Chefe de Divisão
Maria João Rebelo Quintela	Divisão de Saúde no Ciclo de Vida e em Ambientes Específicos	Chefe de Divisão
Paulo Feliciano de Vilhena Diegues	Divisão de Saúde Ambiental	Chefe de Divisão
João Joaquim R Silva Breda	Divisão para a Plataforma contra a Obesidade	Chefe de Divisão
Ilídio Cláudio dos Santos Correia	Divisão de Mobilidade de Doentes	Chefe de Divisão
Anabela Pereira Coelho Candeias	Divisão de Gestão Integrada da Doença	Chefe de Divisão
Belmira Maria da Silva Rodrigues	Divisão de Participação da Sociedade Civil	Chefe de Divisão
Marina de Lourdes P R Nascimento/ Miguel Rego C. Soares de Oliveira	Divisão de Promoção da Qualidade Clínica	Chefe de Divisão
Ana Cristina M B Costa da Fonseca	Divisão de Segurança Clínica	Chefe de Divisão
Carlos Manuel Orta Gomes	Divisão de Epidemiologia	Chefe de Divisão
Andreia Cátia Jorge Silva	Divisão de Estatísticas de Saúde	Chefe de Divisão
Nina de Sousa Santos	Divisão de Gestão de Recursos	Chefe de Divisão
Maria do Céu Dias Madeira	Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional	Chefe de Equipa
Arlinda Augusta Bessa Victor Chaves Frola	Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública	Chefe de Equipa
Sérgio David Lourenço Gomes	Unidade de Apoio ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde	Chefe de Equipa
Judite Esteves de Aquino Sequeira	Secção de Pessoal e Expediente	Chefe de Secção
Marília Neves Nunes	Secção de Contabilidade	Chefe de Secção
Maria Isabel Nozelos	Secção de Aprovisionamento e Património	Chefe de Secção

## 5. Estratégia e Objectivos

Vários foram os aspectos que influenciaram a orientação estratégica da DGS, fruto dos reflexos evidentes introduzidos pelo PRACE, pelas mudanças verificadas no âmbito do SIADAP e de acordo com as orientações da tutela em matéria de política de saúde.

Nesse contexto, foram definidos os objectivos estratégicos e respectivos objectivos operacionais para 2008, respeitando a necessidade de coerência na construção e na operacionalização das prioridades vertidas no quadro de avaliação e responsabilização (QUAR), tendo-se definido os seguintes objectivos estratégicos:

- 1.º Promover estilos de vida saudáveis**
- 2.º Promover a prevenção e o controlo das doenças transmissíveis, não transmissíveis e raras**
- 3.º Promover o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva**
- 4.º Melhorar a saúde oral de grupos particularmente vulneráveis.**

## 5.1. Quadro de avaliação e responsabilização - QUAR 2008 / Resultados

Quadro de avaliação e responsabilização - Situação a 31/12/2008

Ministério: SAÚDE  
Serviço: DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Missão: A Direcção-Geral da Saúde é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração directa do estado, dotado de autonomia administrativa.  
A Direcção-Geral da Saúde tem como principal missão regulamentar, orientar e coordenar as actividades de promoção da saúde, prevenção da doença e definição das condições técnicas para adequada prestação de cuidados de saúde.

Objectivos estratégicos (OE):

- OE 1- Promover estilos de vida saudáveis
- OE 2- Promover a prevenção e o controlo das doenças transmissíveis, não transmissíveis e raras
- OE 3- Promover o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva
- OE 4- Melhorar a saúde oral de grupos particularmente vulneráveis

Objectivos operacionais	Meta Ano n-1	Meta Ano n	Resultado	Concretização			Desvios
				Superou	Atingiu	NÃO atingiu	
<b>EFICÁCIA Ponderação de 40%</b>							<b>110%</b>
<b>OB 1 Ponderação de 20%</b>							
Promover o cumprimento da proibição de fumar em serviços de saúde, organismos da administração pública, outros locais de trabalho, restaurantes, bares e discotecas.	Ind 1	Realização de sessões públicas de esclarecimento 75%		12	16	N 133%	33%
	Peso						
	Ind 2	Total de cigarros vendidos em 2008 / Total de cigarros vendidos em 2007 25%	NA	-5%	-13,2% Fonte : Assoc. Nac. Grossistas	N -13,2%	164%
	Peso						
<b>OB 2 Ponderação de 20%</b>							
Desenvolver e implementar um projecto de prevenção da obesidade que atinja pelo menos um agrupamento de escolas em cada distrito do País	Ind 3	80% distritos do país em que pelo menos um agrupamento de escolas foi atingido pelo projecto de prevenção da obesidade infantil 100%	NA	100%	121% Obs: 17 Dist./Total de 14 Dist.(meta)	N 121%	21%
	Peso						
<b>OB 3 Ponderação de 20%</b>							
Introdução da Vacina do Vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação	Ind 4	Administração de 2 doses de HPV em pelo menos 30% da coorte de raparigas de 13 anos em 2008 100%	NA	100%	50%	N -50% (a)	-50%
	Peso						
<b>OB 4 Ponderação de 20%</b>							
Diversificar os canais de comunicação e as formas de acesso à informação em Saúde Sexual e Reprodutiva	Ind 5	Implementar um site específico 100%	NA	100%	100%	N	0%
	Peso						
<b>OB 5 Ponderação de 20%</b>							
Iniciar a implementação do Projecto Saúde Oral na Grávida e nas Pessoas Idosas	Ind 6	Garantir que 80% do total de concelhos de Portugal Continental tenha pelo menos 1 local de acesso a cuidados de saúde oral 100%	NA	100%	114%	N 114%	14%
	Peso						
<b>EFICIÊNCIA Ponderação de 30%</b>							<b>102%</b>
<b>OB 6 Ponderação de 33,33%</b>							
Criar e divulgar uma Plataforma de comunicação com o cidadão sobre prevenção e controlo da obesidade.	Ind 7	Atingir um mínimo de 50.000 acessos à página web da Plataforma Contra a Obesidade 100%		100%	107% (53.373 acessos à página web de 31-05-2008 a 31-12-2008)	N 107%	7%
	Peso						
<b>OB 7 Ponderação de 33,33%</b>							
Disponibilização da vacina do HPV no Programa Nacional de Vacinação	Ind 8	Nº de serviços de vacinação do SNS com vacina do HPV disponível para todas as utilizadoras 100%		100%	100%	N	0%
	Peso						
<b>OB 8 Ponderação de 33,33%</b>							
Elaborar os documentos de suporte técnico necessário à concepção e implementação do sistema de informação de saúde oral	Ind 9	Normalizar os procedimentos para a implementação dos Projectos de Saúde Oral das Grávidas e dos Idosos através de duas circulares (Realizado / Não realizado) 50%		100%	100%	N	0%
	Peso						
	Ind 10	Criar um microsite para o Programa Nacional de Saúde Oral (realizado/não realizado) 50%		100%	100%	N	0%
	Peso						
<b>QUALIDADE Ponderação de 30%</b>							<b>256%</b>
<b>OB 9 Ponderação de 40%</b>							
Promover a adopção do Programa-tipo de cessação tabágica por médicos de família	Ind 11	% de consultas de apoio intensivo à cessação tabágica que adoptaram o programa-tipo 100%		20%	99%	N 495%	395%
	Peso						
<b>OB 10 Ponderação de 60%</b>							
Divulgar orientações sobre o novo Programa Nacional de Vacinação	Ind 12	Editar orientações sobre o PNV, 50%		100%	100%	N	0%
	Peso						
	Ind 13	Editar um novo boletim de vacinação (realizado/não realizado) 50%		100%	100%	N	0%
	Peso						

**Justificação para os desvios**

(a) Por razões não imputáveis à Direcção-Geral da Saúde (DGS) o concurso público para aquisição de vacinas contra infecções por vírus do Papiloma Humano apenas ficou concluído em finais de Setembro de 2008, e uma vez que as duas vacinas concorrentes eram diferentes e não intercambiáveis, só após finalizado o concurso foi possível desenvolver as necessárias acções organizacionais, nomeadamente: a contratação pública da empresa vencedora para fornecimento da vacina, a divulgação das orientações técnicas e consequente formação em cascata dos profissionais envolvidos na vacinação, a encomenda das vacinas por parte das ARS e finalmente a distribuição das vacinas para começar a vacinação em 27 de Outubro de 2008.

Assim, o objectivo fixado inicialmente – administrar a 2ª dose a pelo menos 30% das jovens tornou-se totalmente impraticável, uma vez que a 2ª dose só pode ser administrada 2 meses após a 1ª dose (ou seja só entre 27 e 31 de Dezembro se poderia iniciar a 2ª dose e apenas às jovens vacinadas entre 27 e 31 de Outubro, data de início da vacinação).

Nesse sentido a DGS reorientou o objectivo (CN n.º 22/DSCS/DPCD de 17/10/2008) Circular Normativa que definiu a operacionalização da introdução da vacina HPV no Programa Nacional de Vacinação), estabelecendo que, a 31 de Dezembro, pelo menos 50% das jovens deveriam ter recebido a 1ª dose da vacina. Este objectivo foi superado, tendo sido alcançada uma taxa de 73% das jovens vacinadas com a 1ª dose da vacina em 31 de Dezembro.

**Meios disponíveis**

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	4	4	0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	16	19	3
Técnico Superior *	12	84	56	-28
Coordenador Técnico	9	3	3	0
Assistente Técnico	8	59	66	7
Encarregado geral operacional				0
Encarregado operacional				0
Assistente Operacional	5	17	24	7
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>183</b>	<b>169</b>	<b>-11</b>

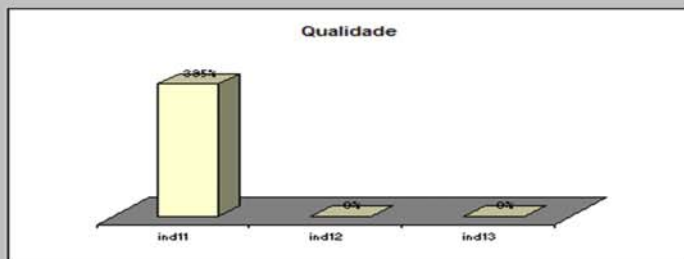
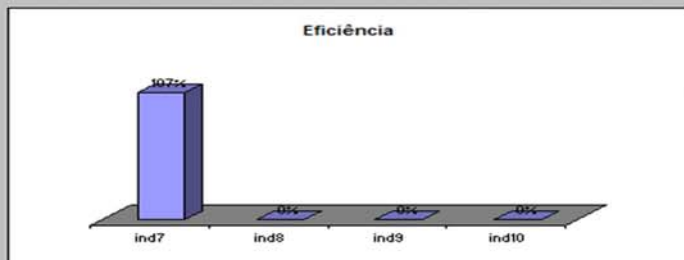
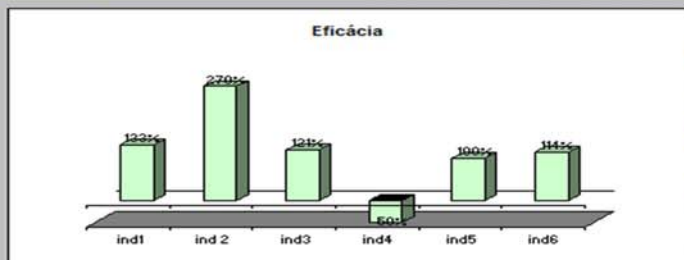
\* Inclui administradores hospitalares, médicos, enfermeiros e especialistas de informática

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
<b>Funcionamento</b>	<b>17.047.098</b>	<b>17.031.841</b>	<b>15.257</b>
<b>PIDDAC</b>	<b>1.066.525(**)</b>	<b>172.000(***)</b>	<b>1.934.525</b>

\* A execução do PIDDAC estava condicionada à aprovação de candidatura ao QREN, de acordo com a Circular Série A, n.º 1338, de 1 de Abril de 2008, da Direcção-Geral do Orçamento.

\*\* O Projecto QREN "Sistema de vigilância em saúde pública", cujo financiamento apenas foi aprovado em Agosto/2008 pelo Presidente da Comissão Directora do PO Factores de Competitividade, teve o contrato de financiamento assinado apenas durante o mês de Novembro/2008, pelo que só em Dezembro/2008 foi possível iniciar a execução financeira, com a adjudicação da consultadoria jurídica, embora já se tenham iniciado novos procedimentos. Os restantes projectos, num total de 6, não foram objecto de co-financiamento do QREN, motivo pelo qual ficou comprometida a sua execução financeira.

**Parâmetros**



Eficácia	Eficiência	Qualidade
<b>Ponderação</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Ponderação</b>
40,00%	30,00%	30,00%
110,00%	102,00%	258,00%

Avaliação final do serviço		
<b>Bom</b>	<b>Satisfatório</b>	<b>Insuficiente</b>
152%		

**Recursos Financeiros e Humanos**



**Listagem das Fontes de verificação**

<b>Objectivo 1</b>	Ind 1: Relatório de Actividades da DGS; Ind 2: Direcção-Geral das Alfandegas	<b>Objectivo 6</b>	Contador electrónico do Site da Plataforma contra a Obesidade
<b>Objectivo 2</b>	Relatório de Actividades da DGS	<b>Objectivo 7</b>	SINUS (gestão de stocks)
<b>Objectivo 3</b>	SINUS	<b>Objectivo 8</b>	Publicação de circulares / acesso ao próprio microsite
<b>Objectivo 4</b>	Acesso ao próprio site	<b>Objectivo 9</b>	Info-Tabaco
<b>Objectivo 5</b>	Sistema de Informação em Saúde Oral (SISO)	<b>Objectivo 10</b>	Relatório de Actividades da DGS

## 5.2. Relatório de auto-avaliação – QUAR 2008

O sistema de avaliação dos serviços públicos visa promover uma cultura de avaliação e responsabilização na Administração Pública, marcada pela publicitação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em articulação com o ciclo de gestão.

Neste contexto, a auto-avaliação é obrigatória, evidenciando os resultados alcançados e os desvios constatados de acordo com o QUAR, fazendo igualmente parte integrante do relatório de actividades.

### 5.2.1. Apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Com o objectivo de responder às exigências colocadas, a DGS perfilhou o seguinte procedimento:

**Aplicação de um questionário de opinião dirigido aos “clientes externos”** da DGS, em particular àqueles que têm por missão, a nível regional e local e no contexto do desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, implementar as medidas desenvolvidas por este serviço central do Ministério da Saúde, que apontam como principal propósito contribuir e concorrer para a melhoria da saúde da população.

Considerando que a maioria dos objectivos fixados no QUAR estão circunscritos ao nível da prevenção primária (exceptuando-se um deles, o Programa Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva), focalizou-se apenas este questionário aos clientes directos destas iniciativas, ou seja, aos responsáveis de gestão das Administrações Regionais de Saúde, Delegados Regionais de Saúde e Centros de Saúde.

Nesse contexto, foram seleccionados 15 Centros de Saúde, por amostragem estratificada, para que a amostra fosse representativa do País e da região. Os Centros de Saúde seleccionados foram:

**ARS Norte:** CS Caminha; CS Paredes de Coura; CS das Taipas (Guimarães); CS Foz do Sousa (Gondomar); CS de Baião (Tâmega).

**ARS Centro:** CS de Ovar; CS de Pombal; CS Figueiró dos Vinhos; CS Covilhã.

**ARS LVT:** CS Constância; CS Olivais; CS Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira).

**ARS Alentejo:** CS Elvas; CS Redondo.

**ARS Algarve:** CS Monchique.

Nesse sentido, foram elencadas as seguintes questões:

Indicadores de Satisfação	Grau de Satisfação (*)			
	1	2	3	4
<b>Divulgação e cumprimento da Lei do Tabaco</b>				
a) Utilidade das iniciativas	0	1	12	10
b) Adequação das iniciativas	0	1	16	6
c) Contributos das iniciativas	0	2	7	14
<b>Prevenção da Obesidade, designadamente a Infantil</b>				
a) Utilidade das iniciativas	0	4	14	5
b) Adequação das iniciativas	0	7	15	1
c) Contributos das iniciativas	0	4	15	4
<b>Introdução da vacina do vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação</b>				
a) Utilidade das iniciativas	0	0	8	15
b) Adequação das iniciativas	0	1	9	13
c) Contributos das iniciativas	0	0	10	13
<b>Desenvolvimento e implementação do projecto de Saúde Oral na Grávida e Pessoa Idosa</b>				
a) Utilidade das iniciativas	0	1	6	16
b) Adequação das iniciativas	0	0	12	11
c) Contributos das iniciativas	0	1	10	12

(\*) **Grau de Satisfação**; O questionário utilizou apenas 4 graus de satisfação:

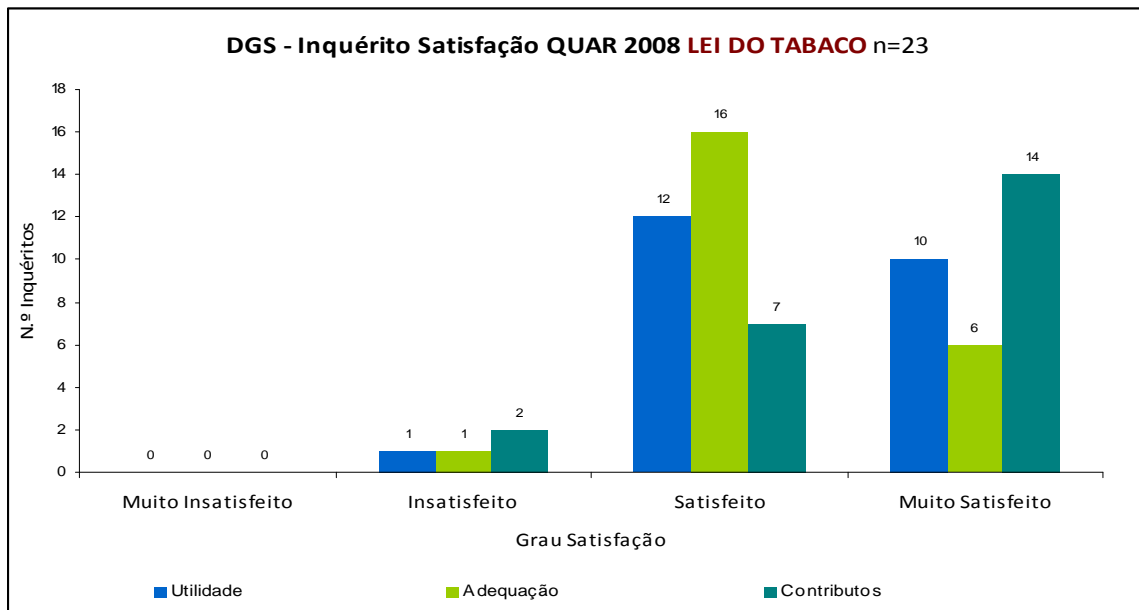
1 = Muito insatisfeito / 2 = Insatisfeito / 3= Satisfeito / 4 = Muito Satisfeito

a) Utilidade das iniciativas para a satisfação das necessidades ao nível dos cuidados de saúde

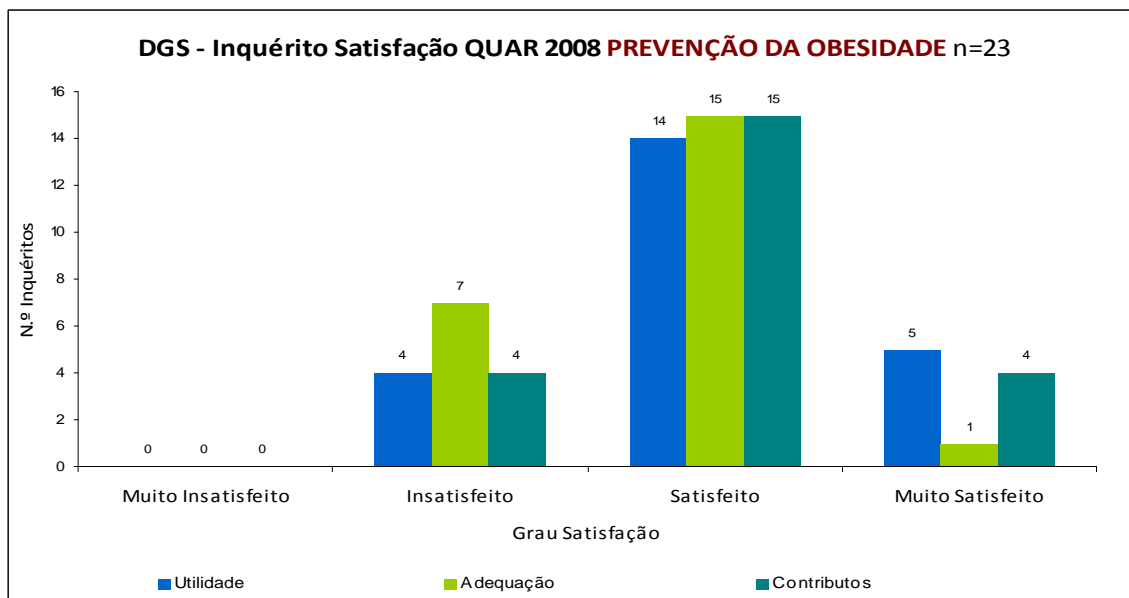
b) Adequação das iniciativas para a melhoria da resposta dos Serviços ao nível dos cuidados de saúde

c) Contributos das iniciativas para uma melhor prática e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

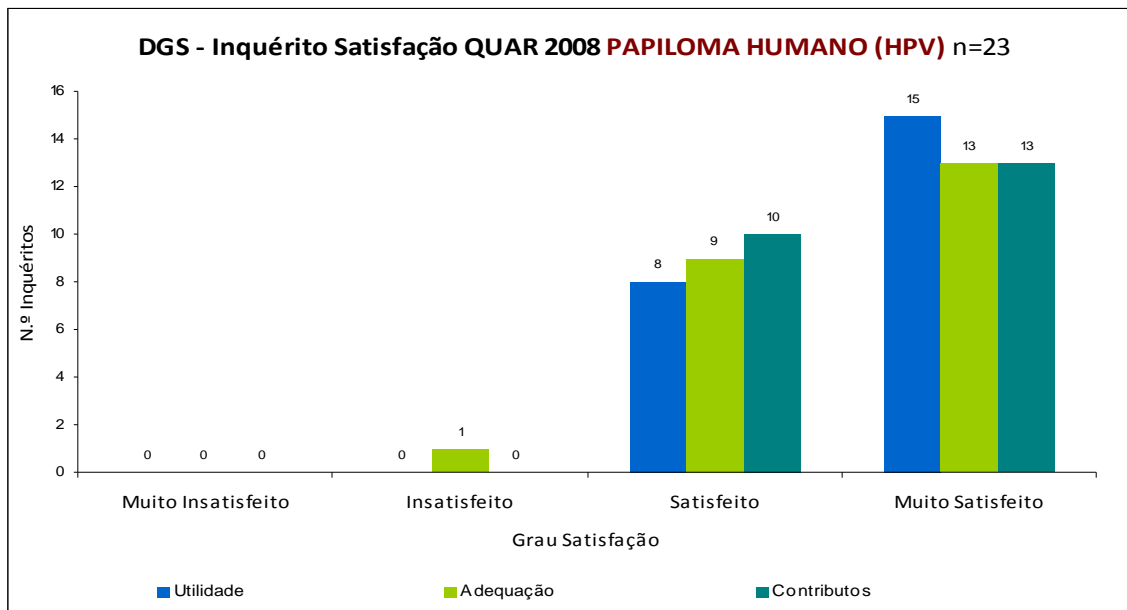
O inquérito foi realizado entre 20/2/2009 e 13/03/2009 e a dimensão da amostra foi de (n) 23 questionários/instituições (taxa de resposta = 92%).



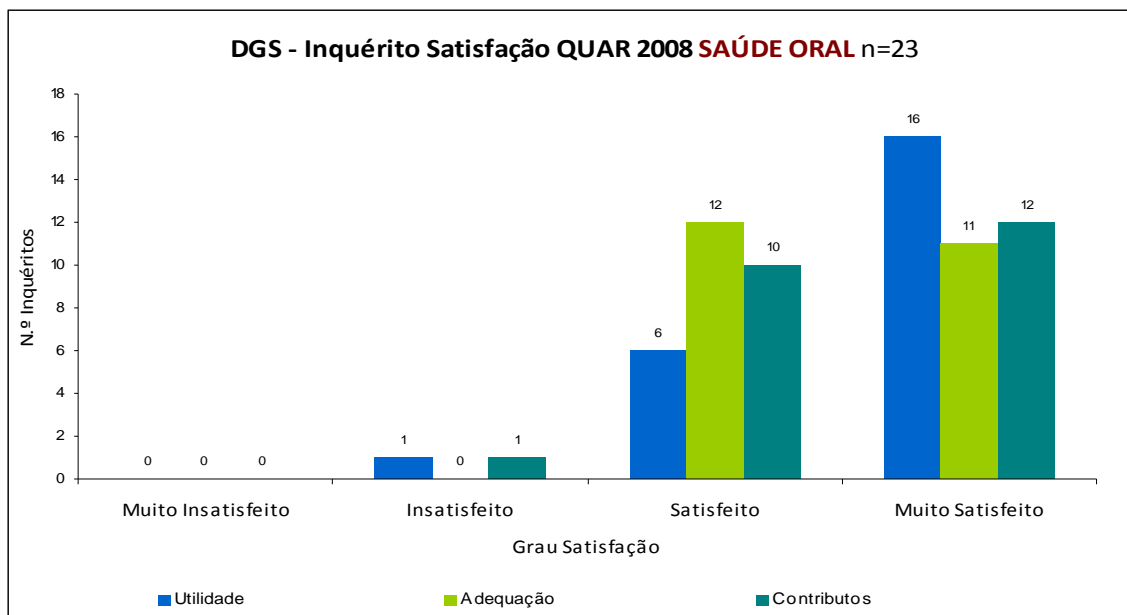
Relativamente à divulgação e cumprimento da Lei do tabaco, a maioria dos inquiridos consideraram esta medida muito positiva. No que respeita à sua **Utilidade**, 4,3% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, **52,2%** (a maioria) **satisfeitos** e 43,5 % muito satisfeitos. Em termos da sua **Adequação**, 4,3% mostraram-se insatisfeitos, **69,9%** (a maioria) **satisfeitos** e 26,1% muito satisfeitos. Finalmente e no que diz respeito aos **Contributos** desta iniciativa para uma melhor prática e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, 8,7% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, 30,4% satisfeitos e a maioria, **60,9%**, **muito satisfeitos**.



Quanto à prevenção da Obesidade, designadamente a infantil, a maioria dos inquiridos consideraram esta medida satisfatória. Assim e no que respeita à **Utilidade** da mesma para a satisfação das necessidades ao nível dos cuidados de saúde, 17,4% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, **60,9%** (a maioria) **satisfeitos** e 21,7 % muito satisfeitos. Em termos da sua **Adequação**, 30,4% mostraram-se insatisfeitos, **65,2%** (a maioria) **satisfeitos** e somente 4,3% muito satisfeitos. Do ponto de vista dos **Contributos** da medida, 17,4% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, **65,2%** (a maioria) **satisfeitos** e 17,4%, muito satisfeitos.



A introdução da vacina do vírus do papiloma humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação, teve uma excelente aceitação por parte dos inquiridos, sendo esta iniciativa considerada muito útil, adequada nos seus propósitos e de um elevado contributo. Nestes termos, e no que respeita à **Utilidade** da iniciativa, 34,8% dos inquiridos mostraram-se satisfeitos e **65,2%** (a maioria) **muito satisfeitos**. Em termos de **Adequação**, 4,3% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, 39,1% satisfeitos e **56,5%** (a maioria) **muito satisfeitos**. No que diz respeito aos **Contributos**, 1,4% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, 39,1% satisfeitos e a maioria, **56,5%**, **muito satisfeitos**.



Relativamente ao desenvolvimento e implementação do projecto de Saúde Oral na Grávida e na Pessoa Idosa, verificou-se igualmente uma excelente aceitação por parte dos inquiridos, tendo esta iniciativa sido considerada bastante útil e adequada, contribuindo positivamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Desta feita, e no que respeita à **Utilidade** da iniciativa, 4,3% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, 26,1% satisfeitos e **69,6%** (a maioria) **muito satisfeitos**. Em termos de **Adequação** da iniciativa, **52,2%** (a maioria) dos inquiridos mostraram-se **satisfeitos** e 47,8% muito satisfeitos. No âmbito dos **Contributos**, 2,9% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos, 40,6% satisfeitos e a maioria, **52,2%**, **muito satisfeitos**.

Finalmente, de salientar que no âmbito das **4 questões que foram elencadas, nenhum dos inquiridos se mostrou muito insatisfeito**, tendo sido registado, de um modo geral, um fraco grau de insatisfação.

### 5.2.2. Avaliação do sistema de controlo interno

Ambiente e controlo:	As obrigações decorrentes da política do Ministério da Saúde, tendo em vista o progresso e a melhoria da saúde dos portugueses, a exemplo da Lei do tabaco, levaram a que a DGS concentrasse uma parte significativa dos seus esforços no acompanhamento do cumprimento da Lei em apreço, bem como noutros compromissos, tal como a concretização do projecto da saúde oral na grávida e na pessoa idosa, na prevenção da obesidade, designadamente a infantil e na introdução da vacina do vírus do papiloma humano (HPV). Neste sentido, foram desenvolvidas iniciativas transversais a todas as Direcções de Serviço da DGS, para garantir a execução das actividades propostas. Com o intuito de potenciar o controlo das acções realizadas foi definida, de forma estruturada, a articulação com outros “ <i>stakeholders</i> ”, internos e externos ao Ministério da Saúde e foram ainda desenvolvidos instrumentos de apoio/sistemas de informação de suporte ao acompanhamento e monitorização das actividades desenvolvidas.
Estrutura organizacional:	Para responder aos desafios propostos nas diferentes áreas foram criadas de forma flexível e ajustada, equipas de coordenação de projectos, para garantir a execução e o acompanhamento técnico das actividades inseridas em cada um dos programas. Ao nível da qualificação dos profissionais da DGS, assistiu-se a uma forte aposta na vertente formação profissional, incluindo o pessoal dirigente da DGS através da frequência de cursos de alta direcção ministrados no INA. No que respeita ao SIADAP, deu-se continuidade à aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho na DGS.
Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados ao serviço:	Nas áreas prioritárias em análise, os programas estabelecem objectivos, estratégias, actividades e procedimentos que garantem a monitorização e a avaliação sistemática dos resultados obtidos. Por outro lado e tendo em vista uma gestão racional dos recursos, foram criadas estruturas de projecto para a coordenação nacional e o acompanhamento técnico, de acordo com o plano de actividades aprovado.
Fiabilidade dos sistemas de informação:	Afim de garantir a fiabilidade e credibilidade dos sistemas de informação, foram criados e/ou utilizados os seguintes sistemas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• INFOTABACO – Sistema de controlo do tabaco</li> <li>• SISO – Sistema de informação em saúde oral</li> <li>• SINUS – Programa de vacinação registado no SINUS</li> <li>• Microsite da Plataforma contra a Obesidade</li> <li>• Microsite do programa de Saúde Reprodutiva</li> </ul>

### 5.2.3. Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos não executados (ou com resultados insuficientes) e consequente identificação de medidas correctivas

Relativamente ao objectivo operacional n.º 3 do QUAR, ou seja, introdução da vacina do vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação, verificou-se um desvio face ao objectivo inicialmente fixado.

Por motivos não imputáveis à DGS, o concurso público para aquisição de vacinas contra infecções por vírus do Papiloma Humano apenas ficou concluído em finais de Setembro de 2008, e uma vez que as duas vacinas concorrentes eram diferentes e não intercambiáveis, só após terminado o concurso foi possível desenvolver as necessárias acções organizacionais, designadamente: a contratação pública da empresa vencedora para fornecimento da vacina, a divulgação das orientações técnicas e consequente formação em cascata dos profissionais envolvidos na vacinação, a encomenda das vacinas por parte das ARS e finalmente a sua distribuição para começar a vacinação em 27 de Outubro de 2008.

Assim, o objectivo fixado inicialmente – administrar a 2ª dose a pelo menos 30% das jovens, ficou inviabilizado, uma vez que a 2ª dose só pode ser administrada 2 meses após a 1ª toma (ou seja só entre 27 e 31 de Dezembro se poderia iniciar a 2ª dose e apenas às jovens vacinadas entre 27 e 31 de Outubro de 2008, data de início da vacinação).

Nesse sentido a DGS reformulou o objectivo (CN nº 22/DSCS/DPCD de 17/10/2008) Circular Normativa que delineou a operacionalização da introdução da vacina HPV no Programa Nacional de Vacinação), estabelecendo que, a 31 de Dezembro, pelo menos 50% das jovens deveriam ter recebido a 1ª dose da vacina. Este objectivo foi superado, tendo sido alcançada uma taxa de 73% das jovens vacinadas com a 1ª dose da vacina em 31 de Dezembro.

#### 5.2.4. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

No caso da DGS, a comparação fez-se relativamente ao 1.º ano de aplicação da **Lei do Tabaco** em Portugal, por comparação com Itália.

Organismo/País comparável: Itália

Indicador de desempenho: Número de cigarros vendidos no 1.º ano da aplicação da Lei do tabaco

Resultado do organismo (Portugal - DGS): - 13,2%

Resultado do organismo comparável (Itália): - 6,1%

O desempenho de Portugal, comparativamente ao desempenho da Itália, mostra-se extremamente positivo, uma vez que Portugal conseguiu diminuir em -13,2% a venda de cigarros, comparativamente à Itália, que conseguiu somente reduzir -6,1%, correspondente a uma diferença de -7,1%, a favor de Portugal.

#### 5.2.5. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores

1. Procedeu-se á audição de dirigentes intermédios e consequente audição em cascata de todos os colaboradores da DGS, nas cinco áreas prioritárias de intervenção, alinhadas com os objectivos operacionais, designadamente:

- Divulgação e cumprimento da lei do tabaco;
- Prevenção da obesidade, designadamente, a infantil;
- Introdução da vacina do vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação;
- Programa Nacional de Saúde Reprodutiva, designadamente no que respeita ao acesso a informação em saúde sexual e reprodutiva;
- Desenvolvimento e implementação dos Projectos de Saúde Oral na Grávida e na Pessoa Idosa (cheque-dentista).

Nesse contexto, foram formuladas as seguintes questões:

**Questão 1:** Conhece as iniciativas implementadas pela DGS ao nível das 5 áreas supra indicadas?

**Questão 2:** Considera que essas iniciativas são úteis em termos de saúde? Porquê?

**Questão 3:** Considera que essas iniciativas contribuem para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde? Porquê?

Na sequência do questionário de satisfação enviado às Chefias da DGS, via e-mail, realizou-se uma reunião entre a Direcção da DGS e os Directores de Serviço, tendo em vista conhecer o grau de satisfação dos correspondentes colaboradores face às iniciativas implementadas no âmbito dos objectivos fixados no QUAR 2008.

Atendendo às opiniões expressas pelas diversas Direcções foi possível concluir que:

**Questão 1:** As iniciativas implementadas nas áreas abrangidas pelo QUAR foram amplamente divulgadas, interna e externamente, através de circulares informativas, site da DGS, notícias na comunicação social e por isso do conhecimento da maioria dos colaboradores da DGS.

A implementação da Lei do Tabaco teve enorme impacto mediático, com amplo conhecimento e informação do público em geral, e dos próprios colaboradores da DGS. O estabelecimento de requisitos para a definição de espaços de fumo e a delimitação destes (em contraponto às áreas sem fumo), foram os aspectos mais veiculados e difundidos pelas implicações que tais medidas determinavam.

Relativamente à prevenção da Obesidade, designadamente a infantil, os aspectos de maior destaque e naturalmente com maior visibilidade em termos de actuação foram as actividades desenvolvidas no âmbito da Plataforma Contra a Obesidade.

A introdução da Vacina do Vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação, mereceu também uma enorme publicitação e divulgação, existindo um bom conhecimento no seio dos colaboradores.

O Projecto de Saúde Oral na Grávida e na Pessoa Idosa com o “Cheque-dentista”, foi outra das medidas com grande projecção, que envolveu de modo muito particular a Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde da DGS, embora seja do conhecimento generalizado dos restantes colaboradores da DGS.

**Questão 2:** As iniciativas contribuíram claramente para a promoção da saúde da população, prevenção da doença e para aumentar os ganhos em saúde, uma vez que incidiram sobre problemas graves que exigiam respostas rápidas e eficazes, como se constatou por exemplo no caso do tabaco e da saúde reprodutiva (com a exigência legal da rapidez na execução/implementação). Estas formas de actuação, foram ainda consideradas, mais modernas e efectivas, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população.

Por outro lado, tratando-se de medidas dirigidas directamente à população, potenciam a mudança de atitudes e comportamentos.

**Questão 3:** Todas as iniciativas aqui enunciadas foram necessárias e úteis, pois correspondiam a áreas lacunares de resposta por parte do SNS.

Essas iniciativas apostaram num grande esforço de prevenção primária, assente num aumento das intervenções locais, num mais fácil acesso à informação e numa captação da população para a adopção de estilos de vida mais saudáveis.

A promoção de programas complexos, multifactoriais, com vários domínios de actividades, implica uma multidisciplinaridade e uma melhor relação custo-efectividade, contribuindo assim, para a redução de custos efectivos, designadamente ao apostar-se nas áreas de promoção e protecção da saúde.

Na perspectiva do utente, possibilitará ganhos em saúde, e do ponto de vista do prestador de cuidados, promoverá um racional e melhor desempenho, alavancando a reorganização da prestação de alguns serviços do sistema de saúde português, perspectivando-se a melhoria dos cuidados prestados.

## 6. Recursos Humanos e Formação

### 6.1. Recursos Humanos

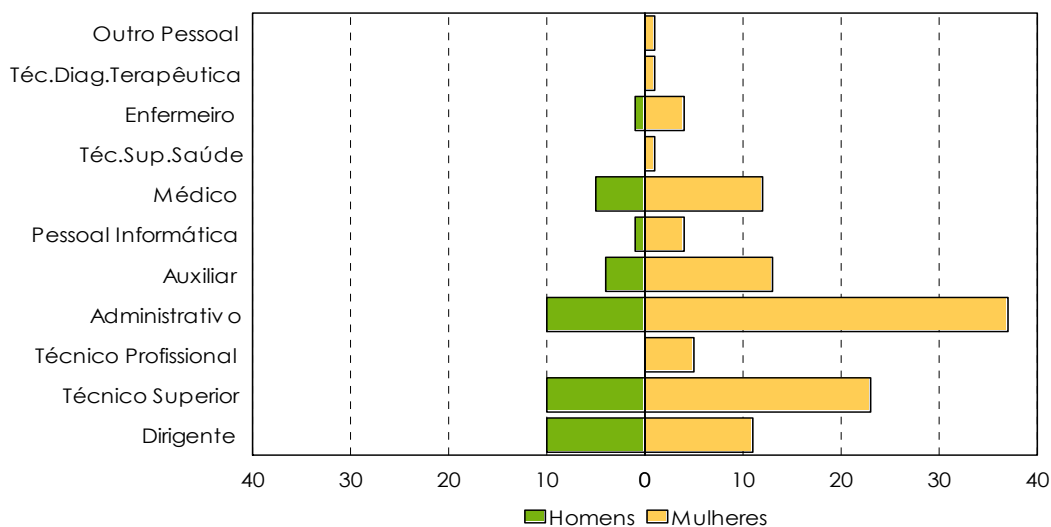
Para a concretização da sua missão e desenvolvimento da sua actividade a DGS contou com um corpo de profissionais qualificados e com um conjunto de peritos nas mais diversas áreas, nomeadamente na área da ciência médica, que complementaram as competências existentes.

Assim e para a concretização das actividades definidas no “*Plano de Actividades*”, existiam, no dia 1 de Janeiro de 2008, 196 pessoas em exercício de funções na DGS.

No dia **31 de Dezembro de 2008**, essa contagem correspondia a **153 efectivos** (41 Homens=26,80% e 112 Mulheres=73,20%), o que correspondeu a uma redução de 43 pessoas, ou seja, - 21,94%, com particular incidência no pessoal administrativo e auxiliar, registando-se deste modo uma redução da força de trabalho disponível.

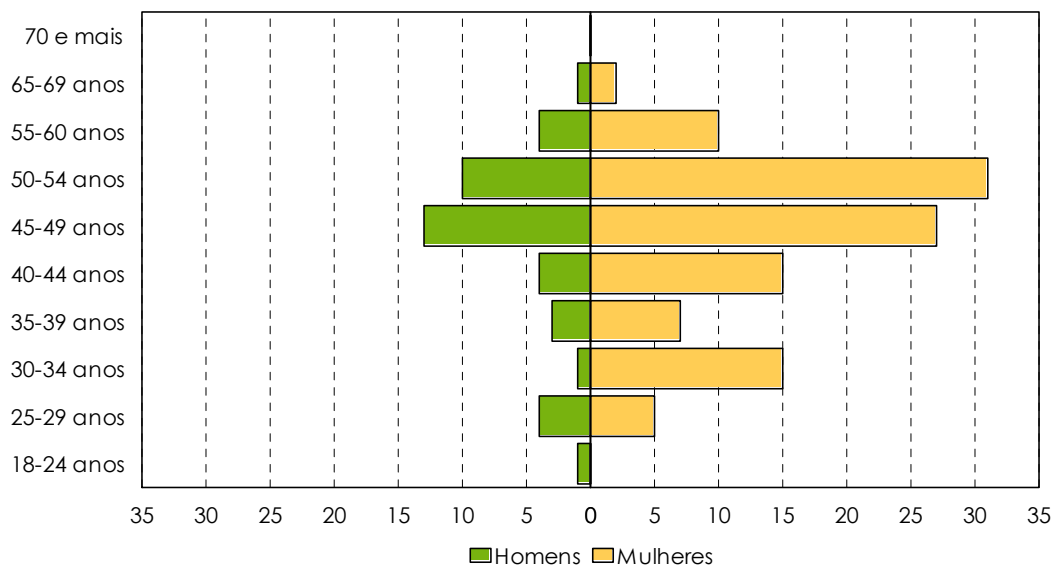
Contagem dos Efectivos por Grupo de Pessoal				
Grupo Profissional	H	M	TOTAL	%
Dirigente	10	11	21	13,7%
Médico	5	12	17	11,1%
Enfermeiro	1	4	5	3,3%
Técnico Superior	10	23	33	21,6%
Téc Superior Saúde	0	1	1	0,7%
Téc Diag Terapêutica	0	1	1	0,7%
Pessoal Informática	1	4	5	3,3%
Técnico Profissional	0	5	5	3,3%
Administrativo	10	37	47	30,7%
Auxiliar	4	13	17	11,1%
Outro Pessoal	0	1	1	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>112</b>	<b>153</b>	<b>100,0%</b>

Contagem dos efectivos por **grupo profissional** (31.12.2008)

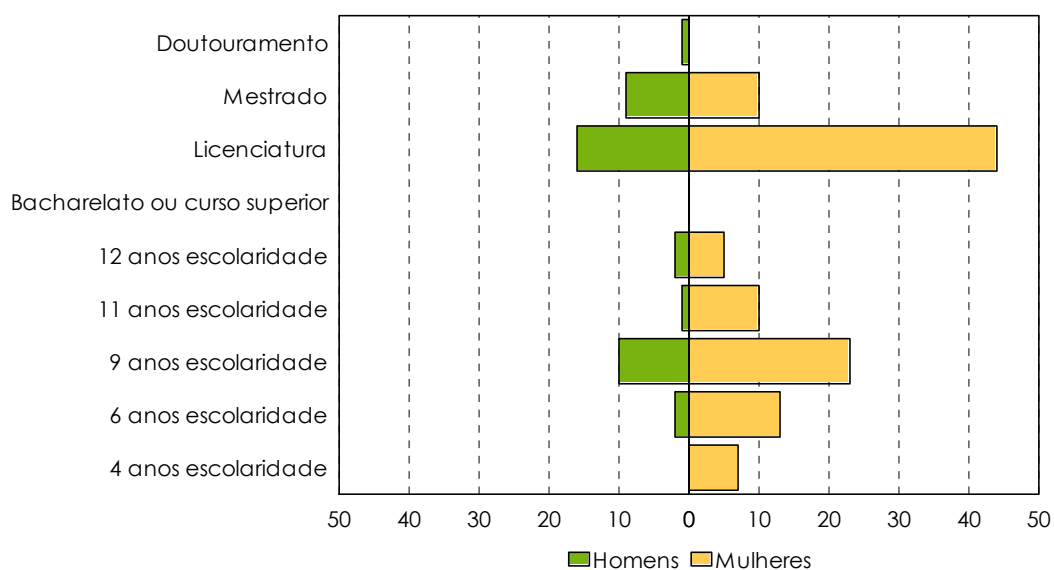


A idade média do pessoal situou-se nos 50,12 anos a par de um nível médio de antiguidade de 25,16 anos.

Contagem de efectivos por **escalão etário** segundo o sexo (31.12.2008)



## Contagem de efectivos por nível de escolaridade segundo o sexo (31.12.2008)



A Direcção de Serviços de Administração, nomeadamente, a Divisão de Gestão de Recursos, teve, pela primeira vez, que dar execução ao PRACE, depois de ter sido aprovado o mapa de postos de trabalho pelo Senhor Ministro do Estado e das Finanças, em 22 de Janeiro de 2008 e pela Senhora Ministra da Saúde, em 22 de Fevereiro do mesmo ano. Foi necessário esclarecer questões complexas e controversas do regime jurídico aplicável, como a superação da avaliação de desempenho, em colaboração com outros organismos do Ministério da Saúde.

Por outro lado, houve também que executar procedimentos com vista à mobilidade de funcionários para outros organismos de forma a evitar a sua ida para situação de mobilidade especial e foram acelerados também os pedidos de aposentação de vários funcionários.

Relativamente aos funcionários que transitaram em regime de mobilidade especial foram em número de 12, de entre pessoal técnico superior, administrativo e auxiliar.

É de destacar que a realização de todo este processo complexo, representou um grande acréscimo de trabalho, relativamente ao normal, não tendo havido qualquer aumento de recursos afectos à Secção de Pessoal.

## 6.2. Formação

A formação é uma ferramenta fundamental no crescimento, evolução e progresso de qualquer actividade que se pretende actualizada, dinâmica e moderna.

Promover e fomentar todas as iniciativas de formação genérica e/ou específica no quadro das actividades da DGS, reforçando-as através dos programas existentes, com recurso aos meios disponíveis para a Administração Pública em geral, são condições imprescindíveis ao desenvolvimento do funcionamento desta Direcção-Geral.

Nesta linha de actuação, a divulgação alargada da informação através da publicação de artigos, acções formativas efectuadas no local, comunicação e esclarecimento atempado da notícia sempre que se considere necessário, são apostas que preconizam a melhoria do serviço público a ser prestado por este Organismo.

O Plano de Formação proposto para 2008/2009, teve em consideração o processo de reestruturação efectuado, bem como a previsível redução de efectivos para o corrente ano, e ainda um diagnóstico de necessidades efectuado.

De salientar, ainda, que os objectivos do plano de formação inscreveram-se nos objectivos gerais da formação profissional na Administração Pública:

- Contribuir para a realização pessoal e profissional dos funcionários, preparando-os para o desempenho das diversas missões para que estão vocacionados;
- Contribuir para a eficiência, eficácia e qualidade dos Serviços;
- Contribuir para a consecução dos objectivos organizacionais, superiormente traçados.

Nessa conformidade, foram consideradas áreas de intervenção formativa prioritária as que, directa e explicitamente, concorrem para o desenvolvimento efectivo das actividades previstas no “Plano de Actividades da DGS 2008” e das “Atribuições das Unidades Orgânicas da DGS”.

A saber:

- Informática na óptica do utilizador
- Informática para profissionais
- Qualidade/Gestão
- Gestão de Recursos Humanos
- Regimes Jurídicos

Assim, e no âmbito da formação destinada aos profissionais de saúde, destacaram-se, entre diversas actividades, acções, cursos e seminários, indispensáveis para a aquisição de novas competências, designadamente:

- Protocolo de colaboração com a Sinase
- Renovação do estatuto de entidade acreditada da DGS
- Preparação da candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano para acções a realizar no ano de 2008, incluindo acções de formação interna e workshops
- Preparação da acção de formação “O novo **Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações** aprovado pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro”, realizada nos dias 17 de Abril e 6 e 7 de Maio/2008
- Preparação da acção de formação “O novo **Código de Contratos Públicos** aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro”, realizada nos dias 21 a 28 de Julho/2008
- Preparação da candidatura ao programa Operacional Potencial Humano para acções a realizar no ano de 2009, incluindo acções de formação interna e workshops
- Preparação da frequência de acção de formação referente ao **SIADAP** (INA)
- Preparação da frequência de acções de formação referentes ao **FORGEP** e **CAGEP** (INA)
- Workshop “*Itinerários Clínicos: Tipos, vantagens e limitações*” (DGS)
- Workshop “*Visão Integrada e Integradora da Qualidade – Rumo à Complementaridade*” (DGS)
- Workshop formativo sobre “*Segurança Clínica*” (DGS)
- Lançamento da “*Campanha de Higiene das Mãos*” (Gulbenkian)
- I Congresso sobre “*Estilos de Vida Promotores de Saúde*” (Minho).

## 7. Recursos Financeiros

A DGS é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração directa do estado, dotado apenas de autonomia administrativa.

Os recursos financeiros da DGS são provenientes do Orçamento de Estado (OE), de receitas próprias oriundas da aplicação de legislação específica<sup>1</sup>, de transferências de outros serviços

---

<sup>1</sup> **Receitas próprias:**

Alimentação  
Licença ambiental  
Vistorias de segurança e higiene no trabalho

Portaria n.º 298/2000, 16 de Maio  
Decreto-Lei n.º 194/2000, 21 de Agosto  
Lei n.º 35/2004, 29 de Julho

(em particular, desde 2007, do Orçamento do SNS, para financiamento do Centro de Atendimento do SNS), de verbas inscritas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e de verbas provenientes de fundos comunitários (FEDER e FSE).

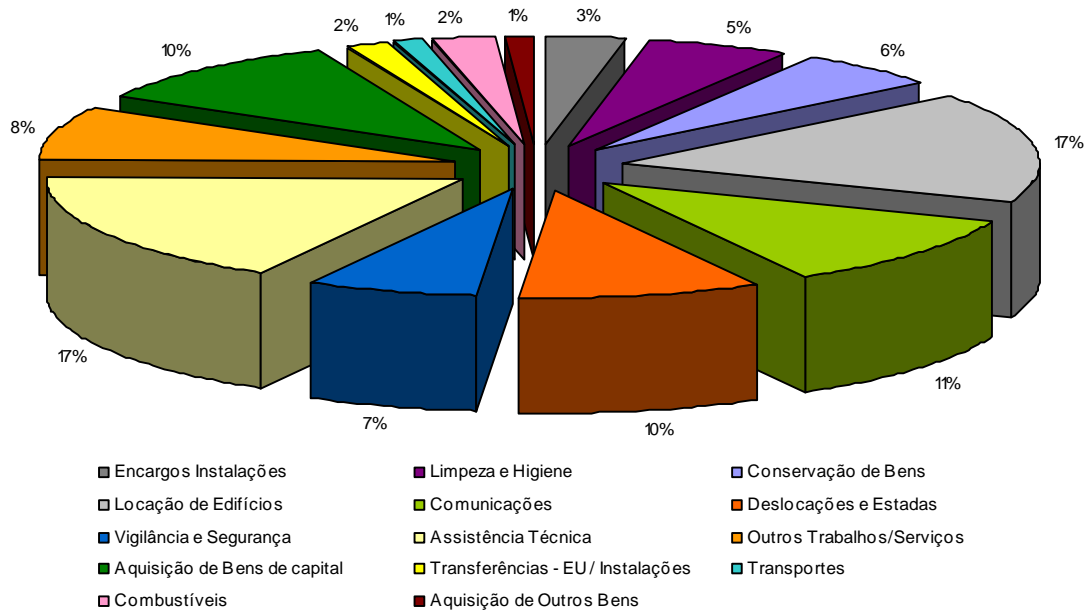
### ORÇAMENTO da DGS 2008

Fonte de Financiamento	Orçamento	Dotação Corrigida	Despesa Realizada	Tx Execução
111	Funcionamento	7.047.098 €	6.937.073 €	98,44%
122	Licenciamentos	424.825 €	424.811 €	100,00%
123	Centro de Atendimento SNS	9.590.584 €	9.709.368 €	101,24%
123	Outros projectos incluindo dependências	269.476 €	123.396 €	45,79%
230	Formação (FSE)	626.456 €	58.288 €	9,30%
<b>Sub-total</b>		<b>17.958.439 €</b>	<b>17.252.936 €</b>	<b>96,07%</b>
112	PIDDAC (2 projectos)	1.066.525 €	72.000 € (*)	6,75%
210	FEDER (PNS)	307.060 €	306.915 €	99,95%
<b>Sub-total</b>		<b>1.373.585 €</b>	<b>378.915 €</b>	<b>27,59%</b>
<b>Total</b>		<b>19.332.024 €</b>	<b>17.631.851 €</b>	<b>91,21%</b>

(\*) A execução do PIDDAC estava condicionada à aprovação de candidatura ao QREN, de acordo com a Circular Série A, n.º 1338, de 1 de Abril de 2008, da Direcção-Geral do Orçamento.

Os **encargos com o pessoal** (remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social), assumiram uma parcela muito significativa, correspondendo a cerca de **81,7%** do orçamento global (5.666.505 €).

Os restantes **18,3%** (1.270.5686 €) abrangeram, os encargos inerentes ao normal funcionamento da DGS, tais como assistências técnicas (17%), locação de edifícios (17%), comunicações (11%), aquisição de bens de capital (10%), deslocações e estadas (10%), entre outras rubricas, apresentando a seguinte distribuição proporcional:



No que se refere ao **PIDDAC**, a dotação corrigida foi de 1.066.525 €, discriminadas pelos seguintes projectos:

Projectos	Dotação Corrigida	Despesa Realizada
Gestão dos Riscos Ambientais para a Saúde	202.325 €	0 €
Saúde Pública e Vigilância Epidemiológica	864.200 €	72.000 €
<b>Total</b>	<b>1.066.525 €</b>	<b>72.000 €</b>

No entanto, salienta-se que a execução do PIDDAC estava condicionada à aprovação de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o que implicou que a despesa realizada se ficou somente pelos 72.000 €, respeitante ao segundo daqueles projectos, uma vez que o mesmo apenas foi aprovado, numa fase adiantada do ano, o que impossibilitou o início do mesmo, conforme estava previsto, no estrito cumprimento da Circular Série A, n.º 1338, de 1 de Abril de 2008, da Direcção-Geral do Orçamento.

Assim sendo, apenas foi aprovado um projecto QREN, concretamente o “Sistema de Vigilância e Saúde Pública”, em Agosto de 2008. No entanto o contrato de funcionamento só foi assinado em Novembro de 2008.

Assim, e atendendo às verbas inscritas no conjunto do orçamento de funcionamento, licenciamentos, Centro de Atendimento do SNS e formação, a DGS despendeu em 2008, uma verba que totalizou 17.252.936 €. Acresce a esse montante, um total de 378.915 € correspondente a verbas inscritas em PIDDAC e FEDER, o que totalizou 17.631.851 €.

## 8. Objectivos e Actividades das Unidades Orgânicas

### 8.1. Programas e Projectos em destaque

Na linha das orientações estratégicas aprovadas, mereceram especial destaque, durante o ano de 2008, os seguintes **programas e/ou projectos**:

#### **Prevenção do Tabagismo**

[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt) >> [Microsite do Tabaco](#)

(Lei 37/2007, de 14 de Agosto)



Com a entrada em vigor da nova Lei de **Prevenção do Tabagismo**, (Lei 37/2007, de 14 de Agosto) a DGS desenvolveu diversas actividades de divulgação e esclarecimento sobre o novo quadro legal junto da população e dos agentes económicos e sociais da sociedade civil e ainda um conjunto de orientações técnicas para preparar os serviços e os profissionais. Para além disso, a **DGS** assegura o acompanhamento estatístico e epidemiológico do consumo de tabaco em Portugal (InfoTabaco), sendo responsável pela promoção do cumprimento da referida Lei (artº 23º).

Nesse sentido, foi realizado um estudo “Impacte da Lei de Prevenção do Tabagismo na população de Portugal Continental”, publicado em 31/12/2008, cujos resultados das áreas de avaliação apresentadas, de uma forma geral, evidenciaram que a população portuguesa acatou bem a Lei de Prevenção do Tabagismo no que respeita ao seu cumprimento e que se encontra satisfeita com a sua aplicação. Apesar de se tratar de uma lei recente, o estudo em apreço revela já alguns indícios do seu efeito benéfico para a Saúde Pública. Em suma:

- ✓ 5% dos fumadores deixou de fumar;
- ✓ 22% dos fumadores diminuiu o consumo, em média, 9 cigarros por dia;
- ✓ 94% dos cidadãos considera que a lei protege a saúde;
- ✓ 55% dos cidadãos considera que a lei não é uma penalização para os fumadores;
- ✓ 78% dos cidadãos considera que a lei está a ser total ou moderadamente respeitada.

O estudo sugere não ter havido aumento do consumo de tabaco em casa depois da entrada em vigor da lei.

Comparativamente ao mesmo período de 2007, registou-se, de Janeiro a Novembro de 2008 (11 meses), um aumento de 5,1% na terapêutica disponibilizada no mercado para a cessação tabágica.

Em 2008, relativamente a 2007, verifica-se um aumento de 60% (de 150 para 240) no número de Consultas de Apoio Intensivo à Cessação Tabágica disponíveis.

Número de cigarros vendidos: diminuição de 13,2% relativamente ao período homólogo de 2007.

## Plataforma Contra a Obesidade

[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt) >> [Microsite da Plataforma Contra a Obesidade](#)

Projecto da Obesidade Infantil (OI)

Diversas iniciativas junto dos média (Movimento Energia Positiva, V-Boy, Roda dos Alimentos, etc.)



Desenvolvimento de uma **Plataforma Nacional Contra a Obesidade**, intersectorial, com o objectivo de reduzir a obesidade nas crianças e jovens e controlar o crescimento desta epidemia.

De entre as inúmeras actividades, relevam-se as medidas ao nível do plano da comunicação (microsite, materiais informativos, spots, etc.) e diversas iniciativas destinadas a promover, junto dos portugueses, hábitos de vida equilibrados, que envolvem a actividade física e uma alimentação saudável (Movimento Energia Positiva, especificamente o road-show em praias e escolas).



Indicadores:

- ✓ Nº total de acessos ao microsite: 53.373
- ✓ Nº total de pessoas abrangidas com o road-show das praias e escolas: 50.150

## Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO)

[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt) >> [Microsite da Saúde Oral](#)

Sistema de Informação para a Saúde Oral (SISO)



### Crianças, Grávidas e Idosos (cheque-dentista)

Garantir o acesso a cuidados de medicina dentária, através do alargamento do Programa Nacional de Saúde Oral a grupos prioritários e vulneráveis (crianças, grávidas e idosos com complemento solidário). É objectivo deste Programa avaliar e diminuir a incidência e a prevalência das doenças orais nestes grupos de cidadãos.



#### Indicadores:

- ✓ Taxa de cobertura geográfica locais de prestação: 92%
- ✓ Taxa de utilização de cheques-dentista (grávidas e idosos): 74%
- ✓ Nº total de cheques emitidos (grávidas e idosos): 37.591
- ✓ Nº total de cheques utilizados (grávidas e idosos): 26.302

### Programa Nacional de Vacinação (PNV)

Revisão e actualização das estratégias de vacinação do País e elaboração periódica de recomendações à tutela. Destaque para o desenvolvimento recente do processo de inclusão da vacina do Vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Vacinação a par de uma recomendação para reforçar os rastreios do cancro do colo do útero.



A 31 de Dezembro de 2008, 73% das jovens de coorte respectivas, estavam vacinadas com a 1.ª dose da vacina contra o Vírus do HPV (início da vacinação a 27 de Outubro de 2008).

### Programa Nacional de Saúde Reprodutiva (PNSR)

Criação do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva, com inúmeras actividades nas áreas de planeamento familiar, vigilância e diagnóstico pré-natal, interrupção voluntária da gravidez (IVG) e procriação medicamente assistida, em continuidade ao trabalho já desenvolvido na área materno-infantil.



## Unidade de Emergência de Saúde Pública

Desenvolvimento de uma unidade organizada em emergência em saúde pública, que permite dispor de um sistema de alerta e resposta adequada em situação de potencial risco para a saúde pública (*risk assessment*).



## Saúde 24

Acompanhamento e avaliação do contrato de prestação de serviços, em regime de Parceria Público-Privada, do Centro de Atendimento do SNS. O Centro presta serviços ao Utente de triagem, aconselhamento e encaminhamento de teor clínico, de informação geral em saúde e de assistência em saúde pública.



Indicadores:

- ✓ Nº total de chamadas atendidas: 740.556
- ✓ Nº total contactos Webchat: 1.706
- ✓ Nº total contactos fax/webform/e-mail: 1.736
- ✓ Taxa de eficácia do atendimento: 94,16%
- ✓ N.º total de chamadas de teor clínico: 608.477, das quais 541.946, foram chamadas de triagem, aconselhamento e encaminhamento (TAE)
- ✓ Aconselhamento a auto-cuidados: 24,7% das chamadas TAE, representaram “cuidados no domicílio”, perfazendo um total de 133.674 chamadas.

O serviço **Saúde 24** visa responder às necessidades manifestadas pelos cidadãos em matéria de saúde, contribuindo para ampliar e melhorar a acessibilidade aos serviços e racionalizar a utilização dos recursos existentes através do encaminhamento dos Utentes para as instituições integradas no Serviço Nacional de Saúde mais adequadas.

## 8.2. Grau de Realização do Plano de Actividades

A actividade desenvolvida pela DGS, conduziu à obtenção de um conjunto de resultados que permitiram a concretização da estratégia definida e a obtenção de um nível de desempenho (grau de eficácia) de 98,7%.

Saliente-se que este resultado, foi obtido num contexto caracterizado por um rigor acrescido na definição das metas a alcançar no âmbito do Plano de Actividades aprovado e na avaliação do respectivo cumprimento.

Os resultados alcançados por cada uma das Direcções e Unidades de Apoio, foi genericamente bastante satisfatório, ao qual correspondeu o grau de realização a seguir indicado.

## Indicadores gerais de execução das actividades

Unidade orgânica	Nº de actividades e procedimentos	Nº de actividades e procedimentos executados	%
Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde	19	19	100%
Divisão de Informação, Comunicação e Educação para a Saúde	10	10	100%
Divisão de Saúde no Ciclo de Vida e em Ambientes Específicos	35	34	97%
Divisão de Saúde Ambiental	38	37	97%
Divisão para a Plataforma contra a Obesidade	7	6	86%
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>96%</b>
Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde			
Divisão de Participação da Sociedade Civil	20	20	100%
Divisão de Mobilidade de Doentes	9	9	100%
Divisão de Prevenção e Controlo da Doença	50	50	100%
Divisão de Gestão Integrada da Doença	20	20	100%
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>99</b>	<b>100%</b>
Direcção de Serviços da Qualidade Clínica	15	15	100%
Divisão de Promoção da Qualidade Clínica	9	9	100%
Divisão de Segurança Clínica	18	18	100%
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>
Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde	11	11	100%
Divisão de Epidemiologia	7	7	100%
Divisão de Estatísticas de Saúde	10	10	100%
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>
Direcção de Serviços de Administração	18	18	100%
Divisão de Gestão de Recursos	15	15	100%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>
Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública	7	7	100%
Unidade de Apoio ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde	11	11	100%
Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional	17	15	88%
Programa Nacional de Luta Tuberculose	7	7	100%
Programa Nacional de Saúde Sexual reprodutiva (PNSSR)	18	18	100%
<b>Total Geral</b>	<b>371</b>	<b>366</b>	<b>98,7%</b>

## 8.3. Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde (DSPPS)



Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde

### 8.3.1. Competências, Objectivos e Divisões

#### Competências

- ✓ Orientar, coordenar e avaliar tecnicamente as actividades de promoção e educação para a saúde em geral e ao longo do ciclo de vida individual e das famílias;
- ✓ Orientar, coordenar e avaliar tecnicamente as actividades de promoção da saúde em ambientes específicos onde se façam sentir factores ambientais ou ocupacionais;
- ✓ Assegurar a colaboração no domínio da promoção e protecção da saúde com entidades governamentais e não governamentais pertinentes e facilitar o estabelecimento de parcerias com vista à protecção e promoção da saúde da população em geral ou de grupos populacionais em risco, por razões etárias, ambientais ou ocupacionais.

#### Objectivos

- ✓ Contribuir para desenvolver a integração intersectorial tendo em vista a promoção da saúde e a prevenção primária da doença, designadamente, no que se refere, entre outras iniciativas, à colaboração no lançamento da Plataforma contra a Obesidade;
- ✓ Promover a criação e o desenvolvimento dos programas nacionais integrados na DSPPS, no âmbito do Plano Nacional de Saúde;
- ✓ Colaborar nos trabalhos e iniciativas decorrentes da Presidência Portuguesa, no âmbito das suas atribuições orgânicas;
- ✓ Contribuir para melhorar a literacia no domínio da saúde, da população em geral e de grupos populacionais específicos, designadamente através da colaboração na implementação do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde e da produção de conteúdos e materiais pedagógicos e informativos;
- ✓ Contribuir para a reorganização dos serviços de acordo com a nova estrutura orgânica que vier a ser aprovada e colaborar na reafecção dos recursos humanos adequados.

#### Divisões

A DSPPS é composta pelas seguintes divisões:

- ✓ Divisão de Informação, Comunicação e Educação para a Saúde (DICES)
- ✓ Divisão de Saúde no Ciclo de Vida e em Ambientes Específicos (DCVAE)
- ✓ Divisão de Saúde Ambiental (DA)
- ✓ Divisão para a Plataforma Contra a Obesidade (DPCO)

### 8.3.2. Execução das Actividades

- ▶ PROMOVER ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS
- ▶▶ REDUZIR A EXPOSIÇÃO AO FUMO DO TABACO
- ▶▶▶ [Reduzir a incidência de novos fumadores](#)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Incentivar o desenvolvimento de projectos e acções de prevenção do tabagismo em meio escolar no âmbito do protocolo de promoção e educação para a Saúde entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação	Reuniões com os responsáveis regionais para acompanhamento do protocolo entre MS e ME e desenvolvimento de actividades de prevenção no domínio do tabagismo	Elaboração de notícia para o site da DGS	Emília Nunes M <sup>ª</sup> João Quintela Manuela Cabral	X	
	Divulgar e promover o Dia Mundial sem Tabaco sob o lema "Tobacco Free Youth"	Realização de iniciativas a nível das escolas e centros de saúde	M <sup>ª</sup> João Quintela Manuela Cabral	X	

- ▶▶▶ [Reduzir a prevalência de fumadores](#)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover a criação de consultas de cessação tabágica a nível das cinco ARS	Estabelecer rede de pontos de contacto em cada ARS para a implementação das Consultas de cessação tabágica	Criar a Rede; reuniões; troca de informação	Emília Nunes Manuela Cabral	X	
	Editar e difundir junto dos profissionais de saúde o Programa-tipo de Cessação Tabágica	Elaboração de proposta de mapas de registo	Emília Nunes	X	
	Finalizar e editar a ficha clínica da consulta em suporte informatizado	Circular informativa	Emília Nunes	X	
	Actualizar a informação sobre as consultas de cessação tabágica no site da DGS	Envio do livro aos profissionais das consultas	Emília Nunes	X	
	Participar em acções de formação de âmbito regional em cessação tabágica	Proposta de ficha clínica	Manuela Cabral	X	
	Organizar um workshop sobre cessação tabágica no âmbito do Congresso Nacional sobre Estilos de Vida Promotores de Saúde	Sessões de esclarecimento	Emília Nunes Vasco Prazeres Manuela Cabral	X	
Promover a adopção do Programa-tipo de cessação tabágica por médicos de família (Objectivo 9 –QUAR)	Editar o Programa-tipo em livro	Livro Programa-tipo Cessação Tabágica	Emília Nunes Manuela Cabral	X	
	Elaborar Circular normativa para divulgação do Programa	Listas actualizadas	Emília Nunes	X	
	Difundir o Programa pelas consultas de apoio intensivo, ARS e acções de formação	Workshop	Manuela Cabral	X	

- ▶▶▶ [Reduzir a exposição ao fumo ambiental](#)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover o cumprimento da proibição de fumar em serviços de saúde, organismos da administração pública, outros locais de trabalho, restaurantes, bares e discotecas (Objectivo1 - QUAR)	Elaborar circulares informativas e/ou normativas referentes à aplicação da lei do tabaco	Circulares informativas e/ou normativas	Emília Nunes Paulo Diegues	X	
	Realizar sessões públicas de esclarecimento sobre a nova lei do tabaco	Sessões de esclarecimento	Nina Sousa Santos (DSA)	X	
	Apoiar a realização das reuniões do Grupo Técnico Consultivo	Participação na organização e realização das reuniões	Emília Nunes Manuela Cabral	X	
	Elaboração de respostas e pareceres a solicitações dos cidadãos sobre a nova lei do tabaco.	Pareceres	Manuela Cabral Paulo Diegues	X	

- ▶▶▶ [Melhorar a informação e o conhecimento sobre o problema do tabagismo](#)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Melhorar o conhecimento epidemiológico sobre o consumo de tabaco e a implementação da Lei 37/2007.	Recolha de dados publicados e Realização de estudo de opinião a efectuar por entidade externa	Compilação de dados	Andreia Silva Emília Nunes Manuela Cabral INFOTABACO	X	
Participar em reuniões promovidas pela Comissão Europeia, OMS e outras entidades internacionais em matéria de prevenção e controlo do tabagismo	Participar em reuniões e responder a questionários e pedidos de informação no âmbito dos Comitês das Directivas 2001/37/CE e 2033/03/CE e Conferência das partes da Convenção Quadro da OMS	Participação em reuniões e Relatórios Resposta às solicitações da Comissão Europeia	Emília Nunes	X	
Melhorar a informação dos consumidores em matéria de tabaco	Manter actualizado o <i>microsite</i> do tabaco, designadamente no que se refere à informação ao Consumidor e envio de informação à Comissão Europeia conforme estipulado na lei.	Notícias e informação a incluir no site	Manuela Cabral	X	
	Elaboração de pareceres e apoio técnico a entidades e cidadãos	Pareceres	Manuela Cabral	X	

►► CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO CRESCIMENTO DA PREVALÊNCIA DO EXCESSO DE PESO EM CRIANÇAS

►►► [Promover comportamentos alimentares saudáveis no contexto da alimentação mediterrânica](#)

►►► [Promover a criação de condições para a prática de actividade física](#)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Desenvolver e implementar um projecto de prevenção da obesidade que atinja pelo menos um agrupamento de escolas em cada distrito do País (Objectivo 2 - QUAR)	80% Distritos do país em que pelo menos um agrupamento de escolas foi atingido pelo projecto de prevenção da obesidade infantil	Notícias no site da PCO e relatório final das escolas e localidades atingidas	João Breda	X	
Criar e divulgar uma Plataforma de comunicação com o cidadão sobre prevenção e controlo da obesidade. (Objectivo 6 - QUAR)	Criar, desenvolver e actualizar a página web da Plataforma contra a Obesidade, atingindo um mínimo de 50.000 acessos	Contador específico para o nº de acessos e relatório qualitativo e quantitativo da iniciativa	João Breda	X	
Implementar o projecto OI (obesidade infantil)	Realizar o diagnóstico da situação através de um inquérito em escolas do pré-escolar e ensino básico (1º ciclo)	Relatório de aplicação do inquérito e resultados preliminares	João Breda	X	
	Identificar e acompanhar 50 crianças com problemas de excesso de peso e respectivas famílias	Relatório intercalar sobre a aplicação do programa	João Breda	X	
	Planear um "Kit Escola" (com actividades e materiais lúdicos)	Memorando com descrição e da maquetização inicial dos produtos a produzir	João Breda	X	
Implementar o projecto OI (obesidade infantil)	Planear 4 manuais destinadas a promoção da saúde na escola na área da alimentação e nutrição	Memorando com descrição e da maquetização inicial dos produtos a produzir	João Breda		X
	Preparação das intervenções num Programa de TV diário (1 a 3 minutos), num canal de televisão	Relatório final do programa no final do ano e publicação de programas na página Web da Plataforma	João Breda	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não

Implementar o projecto OI (obesidade infantil) (cont.)	Brigadas Plataforma Contra a Obesidade “Movimento Energia Positiva” (Porto e Lisboa); acordo IPJ, em acções de rua sobre obesidade	Memorando com relatório da actividade população “impactada”	João Breda	X	
	Organização de um workshop sobre obesidade, no âmbito do 1º Congresso sobre Estilos de Vida Promotores de Saúde	Edição electrónica do relatório da acção	João Breda	X	
Apresentar normas de avaliação antropométrica de crianças	Concepção, edição e divulgação de normas de avaliação antropométrica de crianças	Edição do manual de antropometria infantil	Prof.ª Dr.ª Ana Rito (FBB) João Breda e consultores da DPCO	X	
Promover a formação e a troca de conhecimento sobre Obesidade	Concepção, edição e divulgação de manual sobre obesidade para profissionais de saúde	Edição de Manual	João Breda e consultores da DPCO	X	
	Concepção, planificação e realização de 5 acções de formação e de formação de formadores em alimentação saudável, nutrição, actividade física e mudança comportamental destinadas a profissionais de saúde dos cuidados primários e aos operadores da Linha de Saúde Pública	Número de acções realizadas e sumário breve	João Breda e consultores da DPCO + ARS	X	
	Colaborar na organização de um Fórum sobre Obesidade para profissionais de saúde	Edição electrónica das conclusões e resumos	Isabel do Carmo (Presidente do Conselho Científico da PCO)	X	
Diminuir gradualmente o consumo de sal na alimentação	Grupo de trabalho europeu e grupo de trabalho nacional sobre consumo de sal	Documento de base sobre “Sal e alimentação em Portugal”	Pedro Ribeiro da Silva	X	

## ► CRIANÇAS E ADOLESCENTES

►►► [Rever o programa de saúde oral até final de 2008, com simplificação de processos e aumento progressivo da cobertura](#)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Implementar o alargamento do PNPSO – SOG E SOPI	Disponibilizar os conteúdos técnicos do <i>microsite</i> da Saúde Oral disponível no site da DGS	Microsite: <a href="http://www.saudeoral.min-saude.pt">www.saudeoral.min-saude.pt</a>	Rui Calado	X	
	Conceber e fornecer os conteúdos técnicos indispensáveis à emissão do cheque dentista	Cheques dentista	Rui Calado	X	
	Preparar documentos técnicos de suporte informativo	1 Circular Informativa 1 Circular Normativa 2 Folhetos informativos 1 Manual Técnico	Rui Calado	X	X
	Preparar indicadores de referência que permitam monitorizar e avaliar os “ganhos em Saúde” gerados pelos Projectos	Lista de indicadores de monitorização e avaliação	Rui Calado	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Proceder à revisão do PNPSO e avaliar a viabilidade da substituição do processo de contratualização para o tratamento das crianças e adolescentes, pelo processo de adesão idêntico ao utilizado para os grupos das mulheres grávidas e pessoas idosas	Reuniões com os intervenientes / parceiros	Relatório sobre a avaliação do processo de contratualização para tratamento das crianças e adolescentes; Proposta legislativa	Rui Calado	X	X
	Elaborar os documentos técnicos de suporte: Circular Informativa, Circular Normativa e proposta legislativa	Circular Informativa Circular Informativa Proposta legislativa	Rui Calado	X	X
	Elaborar os conteúdos para a	Microsite:	Rui Calado		X

	actualização do microsite da saúde oral, tendo em conta a inclusão das crianças e jovens neste sistema	<a href="http://www.saudeoral.mn-saude.pt">www.saudeoral.mn-saude.pt</a>			
Aumentar progressivamente a cobertura do PNPSO	Definir indicadores e elaborar Circular Normativa sobre a monitorização do PNPSO		M <sup>ª</sup> João Quintela		X
	Elaborar materiais de apoio ao desenvolvimento do programa em meio escolar		M <sup>ª</sup> João Quintela		X

►►► Contribuir para a prevenção e o Controlo dos Acidentes (2008-2010)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Elaboração de Proposta de Programa Nacional de Prevenção e Controlo de Acidentes (PNPCA)	Criação de um grupo de trabalho intersectorial	1 <sup>ª</sup> reunião dia 28 de Outubro	Gregória von Amann	X	
	Proceder à análise dos factores de risco de acidente ao longo do ciclo de vida e em ambientes específicos	Incluída na proposta de programa (1 <sup>ª</sup> parte)	Gregória von Amann	X	
	Discussão pública da proposta de Programa	Elaboração da proposta	M <sup>ª</sup> João Quintela Gregória von Amann	X	
	Divulgação do PNPCA através de Circular Normativa após aprovação do programa	Circular Normativa	DCVAE		X
Harmonizar o conhecimento sobre a segurança rodoviária ao nível nacional com a dos Estados Membros da OMS	Proceder à aplicação do questionário da OMS, sobre Segurança Rodoviária, e validação de resultados na qualidade de <i>National Data Coordinator</i>	Preenchimento do questionário por peritos seleccionados	Gregória von Amann	X	
	Tradução e envio do Relatório Nacional para a OMS	Elaboração do perfil de Portugal	Gregória von Amann	X	
Participação na elaboração da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária	Participação nos Grupos de Trabalho da ANSR, com competências na área da saúde	Definição de actividades para serem desenvolvidas pelo MS	Gregória von Amann	X	

**►► PROMOVER A SAÚDE AO LONGO DO CICLO DE VIDA E EM AMBIENTES ESPECÍFICOS**
**►►► Melhorar a Vigilância da Saúde Infantil e Juvenil**

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Proceder à identificação de Prioridades de intervenção em promoção e protecção da saúde infantil e juvenil Projecto de estudo <i>Delphi</i>	Designação de Consultor da DGS p/ área da Saúde Infantil e emissão de pareceres; Construção e teste do Instrumento de estudo; selecção do painel de peritos; realização de 2 rondas de sondagem aos peritos seleccionados Tratamento dos resultados		M <sup>a</sup> João Quintela	X	X
Proceder à actualização de alguns anexos do programa-tipo de Saúde Infantil e Juvenil	Criação de grupo de trabalho para actualização do anexo «Rastreios de dislipidémias»		Leonor Sasseti	X	
	Criação de grupo de trabalho para actualização do anexo «Avaliação da tensão arterial»		Leonor Sasseti	X	
	Criação de grupo de trabalho para actualização do anexo «Transporte da criança no automóvel»		Leonor Sasseti	X	
	Promoção do Aleitamento Materno	Produção e divulgação de Informação	Anabela Lopes Adelaide Orfão	X	

**►►► Melhorar a intervenção dos serviços de saúde no âmbito do Projecto de Intervenção sobre crianças e jovens em risco (Despacho Ministerial n.º 117 de 24 de Abril de 2007)**

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Proceder à fase de alargamento dos núcleos de apoio e núcleos hospitalares de apoio a crianças e jovens em risco, no âmbito do projecto de intervenção <b>a)</b>	2 Reuniões com responsáveis regionais e divulgação do sistema de informação e instrumentos de notação		Vasco Prazeres/Grupo de Apoio Técnico sobre Crianças e Jovens em risco		X

a) Projecto transformado em Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco, através do Despacho n.º 31292/2008, de 5 de Dezembro.

**►►► Promover a saúde em meio escolar**

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover a implementação do Programa Nacional de Saúde Escolar, no âmbito do Protocolo de Promoção e Educação para a Saúde entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação	Realização de reuniões periódicas entre DGS e DGIDC		Emília Nunes M <sup>a</sup> João Quintela	X	
	Realização de reuniões periódicas com responsáveis regionais da saúde escolar		M <sup>a</sup> João Quintela	X	
	Proceder à revisão do Sistema de Informação e Avaliação do PNSE		M <sup>a</sup> João Quintela	X	
	Revisão do Formulário de Avaliação das Condições de Segurança, Higiene e Saúde dos Estabelecimentos de Educação e Ensino		M <sup>a</sup> João Quintela	X	

**►►► Promover e proteger a saúde nos locais de trabalho**

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Diminuir o número de processos de autorização de serviços externos de SHST a aguardar apreciação para emissão de parecer	Analisar a situação relativa aos processos acumulados e reforçar a capacidade de resposta em termos de recursos humanos		Mariana Neto Filomena Ramos Cláudia Amaral Micaela Gaspar		X
Desenvolver a gestão da informação e do conhecimento em Saúde Ocupacional (SO)	Criação de proposta de <i>microsite</i> temático sobre SO		Mariana Neto e Grupo de trabalho		X
Melhorar a resposta do SNS em SO	Relançar os núcleos regionais de SO		Mariana Neto	X	
Melhorar a intervenção em SO como vista ao controlo dos riscos profissionais	Criação de grupo de trabalho para elaboração de recomendações sobre medidas de controlo da exposição de trabalhadores a agentes biológicos em ETAR's e unidades de recolha, transporte e eliminação de resíduos		Mariana Neto e Grupo de trabalho		X
	Criação de grupo de trabalho para elaboração de recomendações sobre medidas profiláticas		Mariana Neto e Grupo de		X

	em caso de exposição a produtos biológicos potencialmente infectantes		trabalho		
--	---	--	----------	--	--

▶▶▶ Promover e um envelhecimento saudável e activo

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover a implementação do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas	Criação de Equipa Multidisciplinar para implementação do Programa e Promoção do Envelhecimento activo		M <sup>ª</sup> João Quintela		X
	Celebração do Dia Mundial das Pessoas Idosas Elaboração e disponibilização no site da DGS, de textos informativos dirigidos à população idosa		M <sup>ª</sup> João Quintela Pedro Ribeiro da Silva	X	

▶▶▶ Promover o desenvolvimento de ambientes capacitadores das pessoas idosas

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover o projecto da OMS “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”	Promover um protocolo com pelo menos uma Câmara Municipal		M <sup>ª</sup> João Quintela Emília Nunes	X	
	Elaborar um projecto de cidade amiga das pessoas idosas em pelo menos uma cidade portuguesa		M <sup>ª</sup> João Quintela Emília Nunes	X	
	Produção de uma Circular Informativa para a promoção do Projecto Cidades Amigas das Pessoas Idosas Disponibilização de toda a informação no site da DGS		M <sup>ª</sup> João Quintela Emília Nunes	X	

▶▶▶ Melhorar o conhecimento e a intervenção sobre os factores determinantes da saúde relacionados com os Estilos de Vida

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Dar continuidade à implementação do Plano Nacional de Intervenção Integrada sobre Factores Determinantes da Saúde relacionados com os Estilos de Vida	Elaborar ponto de situação do Programa e realizar 2 reuniões da Equipa de Execução Nacional		Emília Nunes Vasco Prazeres Manuela Cabral		X
Melhorar as competências dos profissionais de saúde sobre Estilos de Vida Promotores de Saúde	Organizar e realizar o 1.º Congresso Nacional sobre Estilos de Vida Promotores de Saúde		Vasco Prazeres	X	
	Realização, apresentação e difusão de filme evocativo da vida e obra do Prof. Arnaldo Sampaio		Vasco Prazeres João Pinto Nogueira Tânia M. de los Rios	X	
	Editar o documento “Saúde, Sexo e Género – Factos, representações e desafios”		Vasco Prazeres Ana Rita Laranjeira	X	
	Produzir e difundir informação no domínio do género e equidade em saúde.		Vasco Prazeres Ana Rita Laranjeira		X
Promover a informação do grande público sobre estilos de vida promotores de saúde	Actividades no Terreiro do Paço aos Domingos		Pedro Ribeiro da Silva	X	
	Artigos em jornais e revistas (Jornal Record, Mamã, papá e eu, etc.)		Pedro Ribeiro da Silva	X	
	Produção de conteúdos sobre estilos de vida para o Programa Media Smart		Pedro Ribeiro da Silva		X
Promover o consumo de géneros alimentícios seguros	Controlo e fiscalização dos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial		M <sup>ª</sup> João Quintela Anabela Lopes	X	

▶▶▶ Promover o conhecimento e a intervenção sobre os factores determinantes da saúde relacionados com o Meio Ambiente

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover uma adequada intervenção de vigilância e controlo da Água para consumo e utilização humana	Participação nas recomendações sobre a Certificação do Produto Água	Elaboração de documento Técnico	Paulo Diegues Vitor Martins	X	
	Participação no Programa de Vigilância Epidemiológica Integrado da Doença	Envio de relatórios para o EWGLI	Paulo Diegues	X	

	do Legionário				
	Elaboração de Circular Normativa sobre Vigilância Sanitária de Piscinas de Uso Público	Elaboração de 2 Circulares sobre Piscinas	Paulo Diegues Vitor Martins		X
	Apoio à Implementação do Sistema de Informação para a Vigilância Sanitária das Águas (SisÁgua)	Resposta a solicitações	Paulo Diegues Vitor Martins	X	
	Participação na Organização da Conferência Internacional sobre os Planos de Segurança da Água	Material técnico distribuído aos conferencistas	Paulo Diegues Vitor Martins	X	
Promover uma adequada intervenção de vigilância e controlo da Água para consumo e utilização humana	Elaboração de Circular Normativa sobre a Vigilância das águas balneares	Elaboração de 2 Circulares normativas	Paulo Diegues Vitor Martins	X	
	Elaboração de Pareceres ao abrigo do DL 86/90 e DL 84/90, de 16 de Março – Águas minerais naturais e de nascente	Pareceres emitidos	Paulo Diegues	X	
	Elaboração de Pareceres ao abrigo do DL 142/2004, 11 de Junho – Estabelecimentos Termais	Pareceres elaborados e vistoria aos estabelecimentos termais e Emissão de Licenças de Funcionamento	Paulo Diegues Claudia Weigert	X	
	Elaboração do Programa de Controlo de Qualidade da água mineral natural nos estabelecimentos termais – DL 142/2004, de 11 de Junho	Programa de controlo da qualidade da água em estabelecimentos termais	Paulo Diegues Vitor Martins	X	
	Elaboração de Proposta de Requisitos Técnicos de funcionamento de Estabelecimentos Termais (artº 27º do DL 142/2004, de 11 de Junho)	Portaria regulamentar da actividade Termal	Paulo Diegues Cláudia Weigert Vitor Martins	X	
	Elaborar proposta de Circular Informativa sobre os efeitos das biotoxinas presentes nos moluscos na saúde humana	Circular Informativa sobre os efeitos das Biotoxinas	Teresa Borges Vitor Martins Paulo Diegues	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover uma adequada intervenção em matéria de gestão e controlo de Resíduos	Acompanhamento e licenciamento de Unidades de Gestão de Resíduos Hospitalares (Portaria nº 174/97, de 10 de Março)	Elaboração de Pareceres, Emissão de Licenças de Funcionamento e Vistorias às Unidades	Paulo Diegues Anabela Santiago	X	
	Acompanhamento dos Processos de Licença Ambiental das Unidades de Gestão de Resíduos Hospitalares (DL nº 194/2000, de 21 de Agosto)	Emissão de Pareceres	Anabela Santiago	X	
	Elaboração de pareceres no âmbito dos Estudos de Impacte Ambiental (DL nº 197/2005 e DL nº 69/2000, de 3 de Maio)	Emissão de Pareceres	Anabela Santiago Leonor Batalha Paulo Diegues	X	
	Elaboração de Proposta de Diploma sobre licenciamento de Unidades de tratamento de Resíduos Hospitalares, para substituir a Portaria nº 174/97, de 10 de Março e do Despacho nº 242/2006, de 13 de Agosto	Diploma de Licenciamento das Unidades de Tratamento de Resíduos Hospitalares	Paulo Diegues Anabela Santiago	X	
	Revisão e Atualização do PERH (2009-2016)	Documento dos termos de referência para concurso; Elaborar documento quanto à missão do Grupo de Trabalho no âmbito do PRRH	Anabela Santiago Paulo Diegues	X	
	Atualização do sítio da DGS em matéria de Resíduos Hospitalares		Anabela Santiago Paulo Diegues	X	
	Elaboração de proposta de Criação do Grupo de Trabalho previsto no artº 18º do DL nº 4117/98, de 30 de Dezembro – Fornos crematórios		Anabela Santiago Paulo Diegues	X	
Promover a avaliação dos riscos associados aos produtos Biocidas, OGM e outras Substâncias	Avaliação das Substâncias Activas Biocidas ao abrigo do Regulamento CE nº 1451/2007, de 4 de Dezembro	Emissão de pareceres e participação em grupos Internacionais c/ elaboração de documentos técnicos	Cesaltina Ramos Teresa Borges Duarte Rebelo Marina Coutinho	X	
	Avaliação dos produtos Biocidas que necessitam autorização de venda, nº1 do artº 38º do DL nº 121/2002, de 3 de Maio	Emissão de Pareceres e de Autorizações de Venda	Marina Coutinho Duarte Rebelo Teresa Borges	X	
	Avaliações de Produtos Biocidas que não necessitam autorização de venda, nº2 do artº 38º do DL nº 121/2002, de 3 de Maio	Emissão de pareceres e Certificados de conformidade	Marina Coutinho Duarte Rebelo Teresa Borges	X	
	Implementação do Regulamento REACH (Registo, avaliação, autorização e restrições de Substâncias Químicas) e representação Comunitária	Emissão de pareceres e participação internacional em Grupos de Trabalho c/ elaboração de documentos técnicos	Cesaltina Ramos Teresa Borges Duarte Rebelo Maria José Madeira (NAI)	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Promover a avaliação dos riscos associados aos produtos Biocidas, OGM e outras Substâncias (cont.)	Regularização dos processos pendentes (produtos Biocidas que aguardam autorização de venda até 2006) e produtos Biocidas que aguardam a emissão de certificados de conformidade, em pelo menos 50% de todos os processos entrados na DGS até 2006	Emissão de pareceres e autorização de venda e emissão de certificados de conformidade	Cesaltina Ramos	X	
	Avaliação dos riscos associados à libertação de OGM no ambiente (DL nº 72/2003, de 10 de Abril)	Emissão de Pareceres	Teresa Borges	X	
Promover intervenções adequadas em matéria de protecção Radiológica	Licenciamento de Instalações e autorização das práticas da protecção radiológica (DL nº 165/2002, de 17 de Julho)	Emissão de pareceres Emissão de Licenças de Funcionamento	Pedro Rosário	X	
	Implementar um sistema de controlo das importações de radiofármacos, permitindo a observância dos limites de actividade manipulada anualmente nas instalações (Laboratórios e Serviços de Medicina Nuclear)	Autorizações de importação de radiofármacos Relatório anual de quantidades importadas por instalação	Pedro Rosário	X	
	Elaborar proposta de rectificação do DL nº 167/2002	Proposta de rectificação	Pedro Rosário	X	
	Elaborar proposta de Circular Informativa sobre os potenciais efeitos associados às radiações não ionizantes (linhas de Alta tensão, etc.)	Elaborar 2 Circulares	Paulo Diegues Pedro Rosário	X	
Promover o conhecimento e a intervenção sobre factores determinantes da saúde associados às condições da Habitação	Habitação e Saúde – Edição dos Relatórios de Mira e Amarante	Relatórios de Mira e Amarante	Cláudia Weigert Leonor Batalha	X	
	Tradução, Publicação e apresentação pública do Documento da OMS sobre os Planos Locais de Habitação e Saúde		Cláudia Weigert	X	
	Promover o debate e a troca de conhecimento sobre os factores determinantes da saúde associados às condições da habitação	Elaboração Power Point e Coordenação de 1 workshop (habitação e saúde)	Leonor Batalha Cláudia Weigert Paulo Diegues	X	
	Criar um Grupo de Trabalho para debater a problemática do Amianto em Edifícios e riscos para a saúde; elaboração de recomendações		Cláudia Weigert Paulo Diegues	X	
Promover o conhecimento e a intervenção sobre factores relacionados com as Alterações Climáticas e os seus efeitos na Saúde	Delinear e Implementar o Plano de Contingência das Ondas de Calor para o ano de 2008 (PCOC)	Documento do PCOC de 2008 Informação diária no sítio da DGS (Calor 2008) Actualização do mapa diário Relatórios semanais e mensais	Paulo Diegues Cláudia Weigert Leonor Batalha	X	
	Implementação a nível Nacional da Rede de Vigilância de Vectores - REVIVE		Teresa Borges Vitor Martins Paulo Diegues	X	
	Organizar o evento associado ao Dia Mundial da Saúde – Alterações Climáticas e Efeitos na Saúde	Organização do evento; Filme sobre a problemática das alterações climáticas Texto para o sítio da DGS referente ao tema	Paulo Diegues	X	
Apoiar e promover a Avaliação Ambiental Estratégica	Elaboração de pareceres de Avaliação Ambiental Estratégia de Projectos, na perspectiva da Saúde Ambiental	Emissão de pareceres	Leonor Batalha	X	
Apoiar o Desenvolvimento do Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde	Participar em reuniões e outras iniciativas no âmbito do Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde	Criação das equipas de projecto; Relatório da Análise de Custo e Benefício do Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde	Paulo Diegues Cesaltina Ramos Teresa Borges Vitor Martins Leonor Batalha Pedro Rosário Marina Coutinho Anabela Santiago	X	

### 8.3.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

- Comité do Programa Europeu de Saúde Pública 2008-2013. (Dr.ª Emília Nunes)
- Comité ao abrigo do artigo 10.º da Directiva 2001/37/CE relativa às condições de venda e de fabrico dos produtos de tabaco. (Dr.ª Emília Nunes)
- Comité de acompanhamento da implementação da Directiva 2003/2003 relativa à publicidade ao tabaco. (Dr.ª Emília Nunes)
- Ponto focal da OMS na área do tabaco. (Dr.ª Emília Nunes)
- Ponto focal da OMS para a estratégia de Prevenção das Doenças Crónicas não Transmissíveis (Dr.ª Emília Nunes)
- Comissão de Acompanhamento e Equipa de Análise da Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco (Dr. Vasco Prazeres e Enf.ª Bárbara Menezes)
- Iniciativa Nacional para a Infância e a Adolescência (INIA). (Dr.ª E. Nunes e Dr.ª Mª João Quintela)
- Protocolo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para a Promoção da Educação para a Saúde na Escola. (Dr.ª Emília Nunes e Dr.ª Maria João Quintela)
- Focal point da OMS para a prevenção de acidentes (Dr.ª Gregória von Amann)
- National Data Coordinator para a Segurança Rodoviária (Dr.ª Gregória von Amann)
- Representante de Portugal e da DGS no grupo de trabalho “Nutrition and Physical Activity”, constituído no âmbito da DGSANCO da Comissão Europeia. (Dr. João Breda)
- Representante de Portugal e da DGS no grupo de trabalho “Marketing Food to Children”, constituído no âmbito da OMS – Europa, sendo responsável pela coordenação deste grupo na área da avaliação e monitorização do *marketing* de alimentos dirigido a crianças. (Dr. João Breda)
- Representante junto da Organização Mundial da Saúde – Europa para os assuntos da Nutrição. (Dr. João Breda)
- Representante junto da União Europeia no *High Level Group* sobre Nutrição e Actividade Física. (Dr. João Breda)
- Representante nacional do Ministério da Saúde, nas Reuniões Técnicas de Biocidas (Technical Meetings -DG Ambiente da Comissão Europeia) - Dra. Teresa Borges
- Representante do Grupo Consultivo dos Biocidas criado no âmbito do Expert Group on Biocides, para questões técnico-científicas - Dra. Teresa Borges
- Representante da DGS, como Autoridade Competente do REACH, no Comité de Avaliação de Risco (RAC) da ECHA – Dra. Teresa Borges
- Representante da DGS, como Autoridade Competente do REACH, no Comité de Autoridades Competentes da Comissão Europeia (CA REACH) - Dr.ª Cesaltina Ramos
- Representante da DGS, como Autoridade Competente do REACH, no Comité dos Estados Membros da Agencia Europeia dos Químicos (ECHA) – REACH MSC Dr.ª Cesaltina Ramos
- Coordenadora Nacional do Grupo de Trabalho (Network) sobre comunicação do risco no REACH, no âmbito da ECHA - Dra. Cesaltina Ramos
- Representante da DGS no Grupo de Trabalho SON (Security Officers Network), REACH-IT, Comissão Europeia- Dr.ª Maria José Madeira (NAI)
- Representante da DGS como UA (User Administrator) do Sistema Informático REACH IT, da ECHA - Dr.ª Maria José Madeira (NAI)
- Representante da DGS no Grupo de Trabalho REACH IT, no âmbito da ECHA - Dra Cesaltina Ramos
- Representante nacional do Ministério da Saúde, nas Reuniões Técnicas de Biocidas (Technical Meetings -DG Ambiente da CE) [locais: Bruxelas ou Ispra (JRC); periodicidade 4/5 por ano; duração média: 5 dias/reunião]. (Dra. Teresa Borges)
- Representante, a nível nacional, do Grupo Consultivo dos Biocidas criado no âmbito do Expert Group on Biocides, que tem por objectivo dar resposta a questões técnico-científicas colocadas pelos Estados Membros. (Dra. Teresa Borges)
- Grupo de Trabalho - Transposição da Directiva 2000/7/CE – Eng.º Paulo Diegues e Dr.º Vitor Martins
- Reuniões Técnicas Biocidas ( Technical Meetings – DG Ambiente da CE) – Dr.ª Teresa Borges
- Grupo de Trabalho questões Atómicas da Comissão Europeia – Eng.º Pedro Rosário

- Conselho Nacional do Desporto / Conselho para a Ética e Segurança no Desporto (Vasco Prazeres)
- Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (Dr. Vasco Prazeres)
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (Dr.ª Maria João Quintela)
- Comissão para a Promoção de Políticas de Família

### **Grupos de Trabalho em que representou a DGS:**

- Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN) (Dr.ª Emília Nunes)
- Grupo de trabalho sobre a comparticipação de produtos dietéticos (Dr.ª Anabela Lopes e Dr.ª Maria João Quintela) coordenada pela ACSS
- Grupo de Trabalho sobre Água e Saúde – Convenção sobre Protecção e utilização de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais CEE/ONU (Protocolo Água e Saúde) – Eng.º Paulo Diegues
- Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER) – Dr.º José Robalo e Eng.º Paulo Diegues
- Comissão de Acompanhamento para Harmonização de Procedimentos e Normas Técnicas (CAGER) - Eng. Anabela Santiago
- Comissão de Acompanhamento para os Fluxos Específicos (CAGER) – Eng.ª. Anabela Santiago
- Comissão Consultiva da PCIP ( Decreto-Lei nº 194/2000, de 21 de Agosto) – Eng.ª. Anabela Santiago
- Comissão da Seca – Eng.º Paulo Diegues;
- Grupo de Trabalho – Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde – Eng.º Paulo Diegues, Arqt.ª Cláudia Weigert, Dr.ª Cesaltina Ramos, Dr.ª Teresa Borges, Dr.º Vitor Martins, Dr.ª Leonor Batalha, Eng.º Pedro Rosário; Eng.ª Anabela Santiago
- Comissão de Avaliação Técnica – Termas (artigo 29º do Decreto-Lei nº 142/2004, de 11 de Junho) – Eng.º Paulo Diegues e Dr.º Vitor Martins
- Comissão de acompanhamento das Centrais de Incineração de Resíduos Urbanos da Lipor e da Valorsul – Eng.ª Anabela Santiago
- Comissão de Acompanhamento da Central de Incineração de Resíduos Sólidos Hospitalares no âmbito da Avaliação do Impacte Ambiental – SUCH – Parque da Saúde de Lisboa – Eng.ª Anabela Santiago e Eng.º Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho de Resíduos Hospitalares – Eng.ª Anabela Santiago e Eng.º Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho para a elaboração da Portaria referido no Artigo 18º do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro – Eng.ª Anabela Santiago e Eng.º Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho do Instituto Português de Acreditação para desenvolver um esquema de acreditação dos prestadores de serviços em protecção radiológica
- Comissão Nacional para Emergências Radiológicas – Eng.º Pedro Rosário e Eng.ª Anabela Santiago
- Apoio ao Director – Geral da Saúde na Presidência da Comissão Nacional de Protecção Contra Radiações – Eng.º Pedro Rosário
- Representante da DGS no Grupo de Trabalho do Instituto Português de Acreditação para desenvolver um esquema de acreditação dos prestadores de serviços em protecção Radiológica – Eng.º Pedro Rosário
- Grupo de trabalho – Fronteiras /classificação dos produtos e supervisão do mercado –(Dra Cesaltina Ramos )
- Representante de Portugal e da DGS no grupo de trabalho “Nutrition and Physical Activity”, constituído no âmbito da DGSANCO da Comissão Europeia
- Representante de Portugal e da DGS no grupo de trabalho “Marketing Food to Children”, constituído no âmbito da OMS – Europa, sendo responsável pela coordenação deste grupo na área da avaliação e monitorização do MKT de alimentos dirigido a crianças.
- Grupo de Trabalho sobre Água e Saúde – Convenção sobre Protecção e utilização de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais CEE/ONU (Protocolo Água e Saúde) – Eng.º Paulo Diegues
- Conselho Consultivo da Autoridade Marítima – Eng.º Paulo Diegues

- Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER) – Drº José Robalo e Engº Paulo Diegues
- Comissão de Acompanhamento para Harmonização de Procedimentos e Normas Técnicas (CAGER) - Eng. Anabela Santiago
- Comissão de Acompanhamento para os Fluxos Específicos (CAGER) – Engª. Anabela Santiago
- Comissão Consultiva da PCIP ( Decreto-Lei nº 194/2000, de 21 de Agosto) – Engª. Anabela Santiago
- Comissão da Seca – Engº Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho – Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde – Engº Paulo Diegues, Arqtª Cláudia Weigert, Drª Cesaltina Ramos, Drª Teresa Borges, Drº Vitor Martins, Drª Leonor Batalha, Engº Pedro Rosário; Engª Anabela Santiago
- Comissão de Avaliação Técnica – Termas (artigo 29º do Decreto-Lei nº 142/2004, de 11 de Junho) – Engº Paulo Diegues e Drº Vitor Martins
- Comissão de acompanhamento das Centrais de Incineração de Resíduos Urbanos da Lipor e da Valorsul – Engª Anabela Santiago
- Comissão de Acompanhamento da Central de Incineração de Resíduos Sólidos Hospitalares no âmbito da Avaliação do Impacte Ambiental – SUCH – Parque da Saúde de Lisboa – Engª Anabela Santiago e Engº Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho de Resíduos Hospitalares – Engª Anabela Santiago e Engº Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho para a elaboração da Portaria referido no Artigo 18º do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro – Engª Anabela Santiago e Engº Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho do Instituto Português de Acreditação para desenvolver um esquema de acreditação dos prestadores de serviços em protecção radiológica
- Comissão Nacional para Emergências Radiológicas – Engº Pedro Rosário e Engª Anabela Santiago
- Apoio ao Director-Geral da Saúde na Presidência da Comissão Nacional de Protecção Contra Radiações – Engº Pedro Rosário
- Representante da DGS no Grupo de Trabalho do Instituto Português de Acreditação para desenvolver um esquema de acreditação dos prestadores de serviços em protecção Radiológica – Engº Pedro Rosário
- Grupo de trabalho – Fronteiras /classificação dos produtos e supervisão do mercado –(Dra Cesaltina Ramos )
- Programa Bandeira Azul 2008 - Júri Nacional para as Zonas Balneares e Portos de Recreio e Marinas – Dr. Vitor Martins, Eng. Paulo Diegues
- Comissão Técnica – Certificação do Produto –“Água para Consumo Humano” – Dr. Vitor Martins, Eng. Paulo Diegues
- Sub - Comissão Técnica da CT 166 para Piscinas e SPAS – Dr. Vitor Martins, Eng. Paulo Diegues
- Grupo de Trabalho sobre Instalações Desportivas para Uso Público – Piscinas Recreativas ou de Lazer, Aprendizagem ou de Competição, Cobertas ou ao Ar Livre – Dr. Vitor Martins, Eng. Paulo Diegues
- Comissão Sectorial para a Água (CS/04) – Eng. Paulo Diegues
- Representante da DGS no Programa Chá Verde : Estabelecimentos hoteleiros que cumprem as regras Ecológicas definidas por este programa – Arquitecta Claudia Weigert;
- Representante da DGS no Grupo de Trabalho de Estatísticas do Ambiente – Arquitecta Claudia Weigert e Engº Paulo Diegues;
- Comissão coordenadora dos poluentes orgânicos persistentes – POP (Dra Cesaltina Ramos)
- Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas - (Dra. Cesaltina Ramos)
- Comité Permanente dos Produtos Biocidas - (Dra. Cesaltina Ramos )
- Comissão Coordenação Interministerial para a Biodiversidade- (Dra. Leonor Batalha \_ em representação Dr. José Robalo)
- Grupo de Trabalho para a Diminuição do Consumo de Sal (Dr. Pedro Ribeiro da Silva)
- Grupo Europeu para a Diminuição do Consumo de Sal (Dr. Pedro Ribeiro da Silva)
- Grupo DETERMINE - Desigualdades e Promoção da Saúde (Dr. Pedro Ribeiro da Silva)
- Parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia (Dr. Pedro Ribeiro da Silva)
- Grupo de Trabalho com CM Loures - Coordenação de Projectos em Promoção de Saúde (Dr. Pedro Ribeiro da Silva)

## **Grupos de Trabalho a funcionar na Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde e da sua iniciativa:**

- Grupo de trabalho para a promoção da cessação tabágica (Dr.<sup>a</sup> Emília Nunes)
- Equipa de execução nacional do Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde relacionados com os Estilos de Vida (Dr. Vasco Prazeres)
- Apoio ao Grupo Técnico Consultivo ao abrigo da Lei n.º 37/2007 de 14 de Agosto (coordenado pelo Director-Geral) (Dr.<sup>a</sup> Emília Nunes, Dr.<sup>a</sup> Manuela Cabral, Eng. Paulo Diegues)
- Grupo de Trabalho referente à Vigilância Sanitária de Piscinas de uso público – Elaboração de Circular Normativa – Eng.<sup>o</sup> Paulo Diegues e Dr.<sup>o</sup> Vitor Martins;
- Grupo de Trabalho para elaboração de Portaria referente aos requisitos técnicos de funcionamento dos Estabelecimentos Termais – Art.<sup>o</sup> 27.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 1412/2004, de 11 de Junho – Art.<sup>a</sup> Cláudia Weigert, Eng.<sup>o</sup> Paulo Diegues e Dr.<sup>o</sup> Vitor Martins
- Grupo de Trabalho com as Escolas de Enfermagem para o desenvolvimento de conteúdos sobre a obesidade e a sua introdução no Currículo dos cursos, no âmbito da formação pré e pós-graduada (1.<sup>a</sup> reunião 13 de Março)
- Grupo de Trabalho com as cinco ARS no âmbito da Plataforma Contra a Obesidade.
- Grupo de trabalho para a detecção e encaminhamento de casos de violência, abuso ou negligência em pessoas idosas (Dr.<sup>a</sup> Maria João Quintela e Dr.<sup>a</sup> Paula Guimarães)
- Colaboração no Grupo de trabalho “e-Bug” - coordenado pela Divisão de Segurança Clínica
- Grupo de trabalho para o Acompanhamento do Alargamento do Programa nacional de Promoção da Saúde Oral ( Dr. Rui Calado – CDO, Dr.<sup>a</sup> Margarida Jordão, Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Cádima e Dr.<sup>a</sup> Ana Margarida do Céu)

### **8.3.4. Avaliação Qualitativa**

O ano de 2008 correspondeu a um ano de intenso trabalho em torno da consolidação de três importantes iniciativas lançadas no ano anterior, designadamente a implementação do primeiro ano da nova Lei do Tabaco, a colaboração no dispositivo informativo INFOTABAC, a implementação da Plataforma Nacional contra a Obesidade e o alargamento do Programa Nacional de Saúde Oral a grávidas e pessoas idosas beneficiárias do complemento solidário.

Foi celebrado o Dia Mundial da Saúde, subordinado ao tema das Alterações Climáticas e o seu impacto na Saúde e realizado, com assinalável sucesso, o 1.º Congresso de Estilos de Vida Promotores de Saúde, onde a figura do Dr. Arnaldo Sampaio foi homenageada, com a edição de um vídeo alusivo à sua importante obra no domínio da saúde pública.

Foram criados vários grupos de trabalho, em particular na área da prevenção dos acidentes e da violência contra as pessoas idosas e estabelecidos protocolos de colaboração com diferentes entidades, dos quais se destacam o protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Projecto cidades Amigas das Pessoas Idosas e com o Instituto Português da Juventude, no âmbito do Programa Cuida-te.

A par destas iniciativas de cariz inovador, foi dada continuidade a projectos já iniciados em anos anteriores - Projecto Habitação e Saúde, em articulação com a OMS e Programa REACH, na área dos produtos químicos, em articulação com a Comissão Europeia.

Julgamos ser ainda de sublinhar, a aprovação superior da Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco, na continuidade de trabalho já em curso neste domínio.

No sentido de melhorar a capacidade de resposta em matéria de saúde ocupacional foi lançado um grupo de trabalho, com a colaboração de consultores externos e representantes das ARS, que deu início á elaboração de um Programa Nacional de Promoção e Protecção da Saúde no Trabalho.

A DSPPS manteve intensa participação externa, em acções de formação e em encontros e reuniões nacionais e internacionais, em estreita articulação com as ARS, a OMS e a União Europeia.

Em termos de gestão administrativa foi possível melhorar as condições do serviço, em termos de instalações e equipamentos. Deu-se início à implementação do SIADAP 2 e 3. Duas das cinco chefias intermédias do serviço realizaram com sucesso o Curso FORGEP, ministrado pelo INA.

Como principais dificuldades, é de sublinhar a redução progressiva de efectivos, por motivo de aposentação, e a dificuldade em preencher algumas carências do serviço em termos de técnicos habilitados em algumas matérias específicas.

Por último, parece justo sublinhar que os bons resultados obtidos apenas foram possíveis graças ao constante apoio e orientação superiores, à competência e dedicação de todas as Chefias de Divisão e restantes profissionais do serviço, bem como à boa colaboração dos restantes serviços da DGS e dos colaboradores e consultores externos, a nível das ARS e de outras entidades.

A Directora de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde

Emília Nunes

## 8.4. Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde (DSCS)



Direcção de Serviços de  
Cuidados de Saúde

### 8.4.1. Competências, Objectivos e Divisões

#### Competências

- ✓ Proceder à orientação técnica e avaliação nacional da prestação de cuidados de saúde nas redes hospitalar, de centros de saúde e unidades de saúde familiar e de cuidados continuados, em matéria de diagnóstico e tratamento de doenças agudas e prevenção secundária e controlo de doenças transmissíveis, não transmissíveis, genéticas e raras, bem como garantir a avaliação dos seus resultados;
- ✓ Propor e coordenar programas específicos de prevenção secundária, controlo e gestão da doença nas áreas não incluídas nos programas verticais;
- ✓ Definir normas de orientação técnica relativas às áreas atinentes à funcionalidade do doente em risco ou em situação de incapacidade e dependência ou em situação avançada de irreversibilidade clínica;
- ✓ Coordenar os aspectos clínicos da prestação de cuidados de saúde a cidadãos portugueses no estrangeiro e a cidadãos estrangeiros em Portugal;
- ✓ Definir normas de prestação de cuidados de saúde em matéria dos princípios éticos e dos valores europeus em saúde.

#### Objectivos

- ✓ Identificar necessidades e prioridades de actuação em matéria de cuidados de saúde no âmbito das doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- ✓ Desenvolver e manter sistemas de monitorização e vigilância da doença e criar sensores de informação global, incluindo a económica, que permitam a gestão integrada da doença nos seus aspectos multidimensionais e a introdução permanente de medidas correctoras;
- ✓ Desenvolver metodologias e instrumentos para o levantamento de necessidades, audição e participação das instituições da sociedade civil;
- ✓ Contribuir para a produção de conhecimento sobre os fluxos de mobilidade de doentes portugueses no estrangeiro e de doentes estrangeiros em Portugal e avaliar do seu impacte no sistema de saúde nacional;
- ✓ Organizar o arquivo histórico da Direcção de Serviços.

## **Divisões**

A DSCS é composta pelas seguintes divisões:

- ✓ Divisão de Prevenção e Controlo da Doença (DPCD)
- ✓ Divisão de Gestão Integrada da Doença (DGID)
- ✓ Divisão da Participação da Sociedade Civil (DPSC)
- ✓ Divisão de Mobilidade de Doentes (DMD)

## 8.4.2. Execução das Actividades

### DIVISÃO DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA DOENÇA (DPCD)

#### ► ORIENTAR TECNICAMENTE E AVALIAR AS ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO SECUNDÁRIA E CONTROLO DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Prevenir e controlar a diabetes	Implementar o novo Programa Nacional de Luta contra a Diabetes	Relatório anual de implementação do Programa	Carlos Pipa Dr. José Manuel Boavida	X	
Prevenir e controlar a DPOC	Implementar o Programa Nacional de Prevenção e Controlo da DPOC	Relatório anual de implementação do Programa	Carlos Pipa; Prof. Segorbe Luís	X	
Prevenir e controlar as Doenças Reumáticas mais prevalentes e incapacitantes	Implementar o Programa Nacional de Prevenção e Controlo das Doenças Reumáticas	Relatório anual de implementação do Programa	Carlos Pipa; Prof. Jaime Branco	X	
Prevenir e controlar a Dor	Implementar o Programa Nacional da Dor	Relatório anual de implementação do Programa	Carlos Pipa; Dr. José Castro Lopes	X	
Orientar tecnicamente a prestação de cuidados	Análises temáticas de natureza técnica científica	Pareceres Técnicos e Propostas	Alexandre Diniz	X	
Propor planos de contingência sempre que a avaliação do risco o justifique e acompanhar o seu desenvolvimento	Consultadoria ao Projecto de reedição do Plano de Contingência Nacional do Sector da Saúde para a Pandemia de Gripe (da responsabilidade da Direcção de Serviços de Administração)	Proposta de 2ª edição do Plano de Contingência Nacional do Sector da Saúde para a Pandemia de Gripe	Carla Rascoa Mª.Graça Freitas	X	
	Acompanhamento das actividades de preparação para a pandemia de gripe das empresas e instituições	Pareceres oportunisticos	Etelvina Calé	X	
Minimizar o impacto da gripe sazonal	Coordenação do Grupo de Acompanhamento da Gripe Sazonal (DGS, INSA, INFARMED, ARS, ANF, APF, GROQUIFAR, APIFARMA, FECOFAR)	Relatórios de progressos do Grupo de Acompanhamento da Gripe Sazonal Proposta de campanha de informação para profissionais e público	Paula Valente	X	
	Preparar a época gripal 2008-2009	Ofício c/ recomendações no âmbito da Saúde Ocupacional p/ profissionais de saúde Ofício/Circular Informativa de antecipação da época gripal Circular Informativa com as recomendações para a vacinação na época gripal 2008-2009 Proposta de extensão da validade da receita para a vacina contra a gripe	Paula Valente	X	
	Avaliar a época gripal 2007-2008, no que respeita à epidemiologia da doença, à procura de serviços de saúde e estimativa da cobertura vacinal	Relatório de avaliação da época gripal 2007/2008	Paula Valente	X	
Prevenir as doenças evitáveis pela vacinação (PNV e viajantes)	Avaliação do PNV (coberturas vacinas), semestral e anual, por análise de ficheiros e por contagem de inoculações (colaboração com a Divisão de Estatísticas de Saúde)	Relatório de avaliação das coberturas vacina, por análise de ficheiro, do ano 2007 Relatório de avaliação das coberturas vacinais, por análise de ficheiro, do 1º semestre do ano 2008	Etelvina Calé PaulaValente	X	
	Avaliar as previsões de necessidades de vacinas das ARS e DRS (PNV e viajantes) para o ano de 2009	Relatório de previsões de necessidades de vacinas (PNV e viajantes) para o ano de 2009 a enviar ao ACSS para o concurso 2009		X	

	Preparação do fornecimento de vacinas para o PNV 2009-2011	Ofício à ACSS solicitando a abertura de novo concurso para aquisição de vacinas do PNV e viajantes para o triénio 2009-2011	M <sup>ª</sup> Graça Freitas	X	
--	--	---	------------------------------	---	--

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Prevenir as doenças evitáveis pela vacinação (PNV e viajantes) (cont.)	Apoio técnico ao processo concursal para aquisição de vacinas 2009 (PNV e viajantes) (da responsabilidade da ACSS)	Proposta de cláusulas especiais para o caderno de encargos do concurso para aquisição de vacinas do PNV e viajantes para o triénio 2009-2011 Proposta de critérios de adjudicação para o concurso para aquisição de vacinas do PNV e viajantes para o triénio 2009-2011	Etelvina Calé PaulaValente M <sup>ª</sup> Graça Freitas	X	
	Reuniões periódicas com os responsáveis Regionais pela vacinação para uniformização e melhoria dos procedimentos de avaliação e gestão do PNV	Relatórios de progressos das reuniões c/ os Responsáveis Regionais pela Vacinação		X	
	Participação no Grupo de trabalho da responsabilidade da ACSS para a criação de um novo módulo de vacinação em substituição do módulo de vacinação do SINUS	Produto da responsabilidade da ACSS	Etelvina Calé PaulaValente	X	
	Participação no relatório anual solicitado pela OMS sobre vacinação e doenças preveníveis pela vacinação (responsabilidade da DSEES)	Relatório nacional anual, solicitado pela OMS, sobre vacinação e doenças preveníveis pela vacinação	Etelvina Calé Paula Valente Teresa Fernandes	X	
	Actualização do esquema de vacinação do PNV	Publicação do novo esquema de vacinação do PNV no DR	M <sup>ª</sup> Graça Freitas	X	
	Revisão do Boletim Individual de Saúde – Registo de Vacinação, à luz das novas actualizações do PNV	Proposta de Boletim Individual de Saúde – Registo de Vacinação, revisto	Etelvina Calé Paula Valente Teresa Fernandes M <sup>ª</sup> da Graça Freitas	X	
	Actualização do Certificado Internacional de Vacinações, à luz do novo Regulamento Sanitário Internacional	Proposta de Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia, revisão	Etelvina Calé M <sup>ª</sup> da Graça Freitas	X	
	Coordenação da vacinação do viajante internacional à luz do Regulamento Sanitário Internacional	Proposta de identificação e de criação de carimbos para todos os Serviços de Sanidade Internacional/ Centros Especificos de Vacinação Contra a Febre Amarela	Etelvina Calé	X	
	VENICE - Rede Europeia de Colaboração em matéria de estratégias e metodologias na área da vacinação	Relatório das despesas financeiras da DGS com a rede VENICE 2007	Teresa Fernandes	X	
	Solicitação ao INFARMED de Autorização de Utilização Especial centralizada para as vacinas contra a Encefalite Japonesa (EJ) e contra a Doença Meningocócica ACWY (MenACWY), para as consultas do viajante de todo o país (SNS)	Proposta da solicitação ao INFARMED de Autorização para a importação das vacinas contra EJ e MenACWY para 2008 e 2009	Teresa Fernandes	X	
Participação nas actividades da Comissão Técnica de Vacinação (CTV) (em colaboração com vários peritos nacionais de várias instituições DGS, ARS-LVT, INFARMED, HSM, HSJ, FCUL, ARS-Norte, IPO Lisboa, HDE)	Relatório de avaliação da necessidade de inclusão da vacina pneumocócica conjugada no PNV	Etelvina Calé Paula Valente Teresa Fernandes M <sup>ª</sup> da Graça Freitas	X		

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Prevenir infecções pelo vírus do Papiloma Humano - HPV (Introdução da vacina contra infecções por HPV no PNV)	Preparação da introdução da vacina contra infecções por HPV no PNV	Ofício à ACSS solicitando a abertura do concurso para aquisição de vacinas contra infecções por HPV para o ano de	M <sup>ª</sup> da Graça Freitas	X	

	2008			
Avaliar as previsões de necessidades da vacina HPV das ARS e DRS para o ano de 2008	Relatório de previsões de necessidades da vacina contra infeções por HPV para o ano de 2008, a enviar ao ACSS para o concurso HPV 2008	Etelvina Calé Paula Valente	X	
Apoio técnico ao processo concursal para aquisição de vacinas contra infeções por Vírus do Papiloma Humano (HPV) 2008; (da responsabilidade da ACSS)	Proposta de clausulas especiais para o caderno de encargos do concurso para aquisição de vacina contra infeções por HPV 2008 -Proposta de critérios de adjudicação para o concurso para aquisição de vacinas contra infeções por HPV 2008	Etelvina Calé Paula Valente Teresa Fernandes M <sup>ª</sup> Graça Freitas Outros membros da CTV	X	
Participação da DGS no júri do concurso para aquisição da vacina contra infeções por HPV	Proposta de dois elementos para o júri do concurso para aquisição de vacinas contra infeções por HPV 2008	M <sup>ª</sup> da Graça Freitas	X	
Solicitação dos pareceres das sociedades científicas e peritos sobre o relatório “Vacinação contra infeções por Vírus do Papiloma Humano (HPV)”	Envio do draft do relatório sobre HPV a sociedades científicas e a peritos	M <sup>ª</sup> da Graça Freitas Ana Meireles Teresa Fernandes	X	
Elaboração do relatório definitivo sobre HPV (proposta CTV-DGS)	- Relatório público “Vacinação contra infeções por Vírus do Papiloma Humano (HPV)”	M <sup>ª</sup> Graça Freitas Ana Meireles Teresa Fernandes Paula Valente Etelvina Calé	X	
Elaboração de orientações técnicas específicas, para a vacinação contra infeções por HPV e formação dos profissionais	C.N. Orientações Técnicas do PNV, actualizadas Plano de Formação sobre novas normas PNV		X	
Preparação do sistema de informação (SINUS -vacinação) para a administração da vacina contra infeções por HPV	Proposta de actualização do SINUS-vacinação com a vacina contra infeções por HPV	Paula Valente	X	
Preparação de conteúdos informativos para a população e profissionais sobre a vacina contra infeções por HPV	Material para a campanha de divulgação da vacina contra infeções por HPV, p/ os profissionais e p/ a população em geral	M <sup>ª</sup> Graça Freitas Etelvina Calé Paula Valente Teresa Fernandes	X	
Preparação técnica da campanha de vacinação contra o Vírus do Papiloma Humano 2009-2011	C.N. Orientações Técnicas para a campanha HPV 2009-2011		X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Prevenir e controlar doenças transmissíveis contempladas em Programas Específicos de Vigilância Epidemiológica  Assegurar a nível internacional a participação nas instituições e redes existentes de vigilância e controlo de doenças transmissíveis	EUVAC.NET – Rede Europeia de Vigilância de Doenças Preveníveis pela Vacinação (em colaboração com a Divisão de Epidemiologia)	Envio de pelo menos 6 relatórios actualizados com a casuística do sarampo 2008. Envio de pelo menos 2 relatórios actualizados com dados de rubéola 2008. Relatório das despesas financeiras da DGS c/ a rede EUVAC - 2007	Teresa Fernandes	X	
	Programa de Eliminação do Sarampo e da Rubéola (em colaboração com Divisão de Epidemiologia e INSA)	Propostas, casuísticas e oportunistas, de exclusão de casos suspeitos de sarampo e rubéola da base de dados DDO, mediante investigações epidemiológicas conclusivas		X	
	Programa de Vigilância Epidemiológica Integrada da Doença Meningocócica (em colaboração com a Divisão de Epidemiologia e a ARS Norte)	Relatório casuístico da Doença Meningocócica em Portugal Relatório anual da Vigilância Epidemiológica da Doença Meningocócica 2007	Ana Meireles Laurinda Queirós (ARS-Norte) M <sup>ª</sup> Graça Freitas	X	
	Programa de Vigilância da Paralisia Flácida Aguda (PFA) no âmbito do Plano de Manutenção da Eliminação da Poliomielite em Portugal – parte do Programa de Erradicação da Poliomielite da OMS (colaboração com a Divisão de Epidemiologia)	Envio dos dados compilados da Vigilância da PFA 2007 à Comissão Nacional de Certificação da Eliminação da Poliomielite Envio de relatório casuístico de PFA à OMS Proposta de reorganização do Programa	Teresa Fernandes	X	
Prevenir e controlar doenças transmissíveis contempladas em Programas Específicos de Vigilância Epidemiológica  Assegurar a nível internacional a participação nas instituições e redes existentes de vigilância e controlo de doenças transmissíveis	Coordenação do Programa de Vigilância Epidemiológica Integrada da Doença dos Legionários (em colaboração com as Divisões de Epidemiologia, e de Saúde Ambiental)	Relatório de actividades da coordenação do Programa	Maria Teresa Marques Teresa Fernandes	X	
	EWGLI – Rede Europeia de Vigilância da Doença dos Legionários (em colaboração com a Divisão de Epidemiologia)	Notificação e solicitação, casuística e oportunística, das investigações ambientais aos Delegados Regionais de Saúde, na sequência de casos associados com viagens em Portugal, notificados pelo EWGLINET Notificação ao EWGLINET, casuística e oportunística, de casos nacionais relacionados com viagens Envio de relatórios de progressos, casuística e oportunística, (Form A e Form B) das investigações realizadas em situações de “clusters” de casos relacionados com hotéis portugueses	Teresa Fernandes	X	
	Resposta às solicitações anuais, sobre a Vigilância da Malária em Portugal	Relatório casuístico, actualizado sobre a vigilância epidemiológica da malária em Portugal; Relatório nacional, anual, solicitado pela OMS, sobre a vigilância epidemiológica da malária em Portugal 2007	Ana Meireles M <sup>ª</sup> Graça Freitas	X	
	Gerir a reserva nacional dos tratamentos da lepra fornecidos pela OMS	Relatório de previsões de necessidades de tratamentos da lepra das ARS para o 2º semestre 2008 e ano 2009	Teresa Fernandes M <sup>ª</sup> Julieta Nogueira	X	
Proposta da solicitação ao INFARMED de Autorização para a importação dos tratamentos da lepra para o 2º semestre de 2008 Proposta da solicitação ao INFARMED de Autorização para a importação dos tratamentos da lepra para 2009		Teresa Fernandes	X		

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
<p>Prevenir e controlar doenças transmissíveis contempladas em Programas Específicos de Vigilância Epidemiológica</p> <p>Assegurar a nível internacional a participação nas instituições e redes existentes de vigilância e controlo de doenças transmissíveis (cont.)</p>	EWRS – Rede Europeia de Comunicação atempada de alertas entre Autoridades de saúde da Europa (em colaboração com a Unidade de Apoio às Emergências em Saúde Pública)	Notificação oportunística de medidas de controlo aos restantes membros do EWRS (Estados Membros, ECDC e CE), quando houver alertas europeus	Teresa Fernandes Maria da Graça Freitas	X	
	Acompanhamento das actividades do TESSy- Sistema Europeu de Vigilância de Doenças Transmissíveis, do ECDC, na qualidade de suplente do Principal Contacto Nacional para a Vigilância Epidemiológica (da responsabilidade da Divisão de Epidemiologia)	Participação na formação do ECDC Produtos da responsabilidade da Divisão de Epidemiologia	Teresa Fernandes	X	
	Monitorização do risco relativamente às doenças transmissíveis conforme a situação epidemiológica nacional e internacional (em parceria com a Divisão de Epidemiologia)	Elaboração e divulgação de normas p/ prevenção e controlo de situações emergentes, sempre que pertinente (ex: Comunicado sobre o risco de sarampo para quem se deslocar ao EURO 2008 CN “Vacinação complementar contra o sarampo” CN sobre o reforço da Vigilância Epidemiológica do sarampo) Relatórios de avaliação do risco em situações emergentes (ex: Dengue no Brasil)	Teresa Fernandes Paula Valente Etelvina Calé Carla Rascoa Mª Graça Freitas	X	
	Participação no grupo de trabalho coordenado pela Divisão de Epidemiologia (DE) para informatização e remodelação do sistema DDO	Produtos da responsabilidade da Divisão de Epidemiologia	Teresa Fernandes	X	
<p>Proceder à avaliação do risco no que respeita às doenças transmissíveis</p> <p>Assegurar a nível internacional a participação nas instituições e redes existentes de vigilância e controlo de doenças transmissíveis</p>	Participação na Organização da visita de 3 dias do ECDC a Portugal para avaliação da necessidade de formação em epidemiologia e capacidade de formação no âmbito do EPIET (Programa Europeu de Formação em Epidemiologia de Intervenção) (da responsabilidade da DSEES)	Projecto da Visita Comunicação “Disease Prevention and Control Division (DPCD), DGS (Communicable Diseases)”, na 1ª reunião da visita	Teresa Fernandes	X	
	Participação nas actividades de formação em epidemiologia de campo, em ligação com o ECDC (da responsabilidade da DSEES)	Candidatura de Portugal como formador de EPIET fellows		X	
	Gestão das comunicações com o ECDC, em matéria de doenças transmissíveis, em apoio à Direcção	Resposta a 100% das solicitações do ECDC, quando encaminhadas pela Direcção à DPCD		X	
		Resposta oportunística a inquéritos, quando incluídos no âmbito da DPCD -Transmissíveis	Teresa Fernandes Paula Valente Etelvina Calé Carla Rascoa	X	
Orientar tecnicamente e avaliar as actividades de prevenção e controlo das doenças transmissíveis	Elaboração de respostas a solicitações de pareceres de instituições e grupos de trabalho internacionais e nacionais (OMS, ECDC, CE, EUVAC, EWGLI, VENICE, MNE, ONU, MS, ACS, ACSS, INFARMED, etc.)	Resposta a 100% das solicitações regulares, do âmbito da DPCD - Transmissíveis Respostas a 100% das solicitações esporádicas, do âmbito da DPCD Transmissíveis	Teresa Fernandes Paula Valente Etelvina Calé Carla Rascoa	X	

### DIVISÃO DE GESTÃO INTEGRADA DA DOENÇA (DGID)

#### ► IMPLEMENTAR E COORDENAR O PROCESSO DE GESTÃO INTEGRADA DAS DOENÇAS CRÓNICAS MAIS PREVALENTES

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Criar instrumentos que promovam a criação e desenvolvimento de centros de elevada diferenciação na área da	Definir o enquadramento para a criação dos centros de elevada diferenciação na prestação de cuidados de saúde específicos	Circular Normativa	Anabela Candeias	X	

prestação de cuidados de saúde					
Contribuir para a avaliação dos resultados de alguns programas nacionais de saúde que envolvam a prestação de cuidados de saúde	Elaboração de projecto de avaliação de resultados dos Programas Nacionais de Saúde	Fichas de Acompanhamento: Asma DPOC Reumáticas Obesidade Diabetes Visão	Miguel Rodrigues Paulo Bernardino	X	
Elaborar instrumentos de suporte à gestão integrada de algumas doenças	Desenvolver um sistema de informação para a identificação, localização e caracterização dos doentes com Esclerose Múltipla em Portugal Continental	Proposta de Sistema de informação de apoio à gestão integrada da Esclerose Múltipla (fase I diagnóstico de situação)	Anabela Candeias Miguel Rodrigues	X	
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa EM, com a proposta de criação de unidades de tratamento e centros de elevada diferenciação	Proposta do grupo de trabalho	Miguel Rodrigues	X	
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa EM, com a regulação do acesso dos doentes com suspeita de esclerose múltipla às consultas hospitalares específicas	Circular Normativa	Paulo Bernardino	X	
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa EM, com criação de uma Comissão Nacional de Validação de Terapêutica	Proposta de despacho ministerial para a criação de uma Comissão Nacional de Validação de Terapêutica e regulamentação da sua actuação	Paulo Bernardino Miguel Rodrigues	X	
	Desenvolver um sistema de informação para a identificação/localização/caracterização das Unidades de Cirurgia bariátrica em Portugal Continental	Sistema de informação de apoio à gestão integrada da Obesidade Mórbida - fase I diagnóstico de situação	Miguel Rodrigues Paulo Bernardino	X	
Elaborar instrumentos de suporte à gestão integrada de algumas doenças (cont.)	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa obesa com a proposta de criação de unidades de tratamento	Proposta do grupo de trabalho	Miguel Rodrigues Paulo Bernardino	X	
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa obesa através da produção de orientações normativas sobre o acesso à cirurgia e os critérios de referência	Circular Normativa para referência de doentes obesos para as Unidades de Tratamento Circular Normativa para referência de doentes obesos mórbidos para cirurgia bariátrica	Miguel Rodrigues Paulo Bernardino	X	
	Desenvolver um sistema de informação para o registo dos doentes diabéticos utilizadores de bomba de insulina em Portugal Continental	Sistema de informação de apoio à gestão integrada da Diabetes-fase I registo do doente com bomba de insulina	Paulo Bernardino	X	
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa com diabetes através da produção de orientações normativas sobre elegibilidade dos doentes para tratamento com sistema de perfusão subcutânea contínua de insulina	Circular Normativa a regular o acesso ao tratamento com bomba	Paulo Bernardino	X	
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa com diabetes com a proposta de criação de Unidade de Tratamento com sistema de perfusão subcutânea contínua de insulina	Circular Normativa	Paulo Bernardino	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Elaborar instrumentos de suporte à gestão integrada de algumas doenças (cont.)	Avaliação da Satisfação dos doentes em hemodiálise	Relatório síntese	Miguel Rodrigues	X	
	Monitorização da prestação de cuidados de saúde à pessoa com IRC	Circular Normativa sobre monitorização de resultados em hemodiálise	Anabela Candeias	X	

Circular Informativa sobre as alterações do clausulado tipo da convenção para a prestação de

		cuidados de saúde na área da diálise			
	Reorganização da prestação de cuidados de saúde à pessoa com IRC através da produção de orientações normativas sobre o acesso à Medicina Preventiva	Circular Normativa	Anabela Candeias Miguel Rodrigues	X	
	Apreciação das candidaturas a CED - Nefrologia	Proposta	Anabela Candeias	X	
	Início dos trabalhos com o grupo de peritos para a fase II da GID-IRC sobre o acompanhamento dos doentes IRC em pré-diálise.	Proposta do Grupo de Trabalho	Anabela Candeias	X	
	Gestão do arquivo da divisão	Lista descritiva do arquivo por temas (conteúdos das pastas, local) ou outra proposta	Isabel Esteves	X	
Dotar a tutela, as ARS's e os prestadores de cuidados de saúde da melhor informação, disponível, para apoio à tomada de decisão	Elaboração de Relatório sobre a violência contra os profissionais de saúde	Relatório	Tatiana Silva Miguel Rodrigues	X	
	Elaboração de Relatório sobre o fluxo dos doentes insuficientes renais em estágio 5	Relatório	Tatiana Silva Miguel Rodrigues	X	

## DIVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (DPSC)

## ► COORDENAR E ACOMPANHAR AS ACÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DO SECTOR DA SAÚDE

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução		
				Sim	Não	
Identificar necessidades das Organizações da Sociedade Civil com intervenção na saúde	Criar um dia fixo de atendimento com regularidade quinzenal	Relatório anual e quinzenal de audição das entidades	José Furtado Ana Paula Martins	X		
	Conceber um documento de suporte à recepção de sugestões, dúvidas das OSC's	Documentos de suporte à recepção de sugestões		X		
Atribuir subsídios a pessoas colectivas privadas sem fins lucrativos com fins de saúde	Abertura do concurso	Documentos associados ao concurso	Belmira Rodrigues Ana Paula Martins	X		
	Articular com os outros organismos envolvidos, designadamente ACS e ACSS	Base de dados de suporte à gestão dos pedidos entrados		X		
	Apreciar as candidaturas em termos processuais	Check-list de análise processual		X		
	Apoiar a Comissão de Avaliação na análise técnica e respectiva decisão	Grelhas de análise/accompanhamento		Análises técnicas	X	
					X	
	Reunir com a Comissão de Avaliação e colaborar na elaboração das respectivas actas	Actas de reunião		X		
	Realizar os procedimentos necessários à formalização da atribuição de subsídios aos projectos seleccionados	Contratos com as entidades seleccionadas		X		
Acompanhar a sua execução	Relatórios de acompanhamento.	X				
Cumprir com as obrigações legislativas a nível do registo de IPSS e declaração de utilidade pública	Emitir pareceres sobre o registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e realizar a apreciação de todos os processos associados na respectiva legislação	Pareceres e propostas	José Furtado Ana Paula Martins	X		
	Emitir pareceres sobre pedidos de declaração de utilidade pública na área da saúde, ou outros solicitados			X		
Identificar as OSC's com actividade na saúde e caracterizar as suas respostas ao nível do sector.	Implementar o Portal das Organizações da Sociedade Civil, o que implica as seguintes actividades: Articular com os outros organismos envolvidos, designadamente ACSS, ACS, ISS, Unidade de Missão de Cuidados Continuados	Actas das reuniões	Belmira Rodrigues João Vintém	X		
	Operacionalizar conceptualmente alguns aspectos do Portal	Proposta para operacionalização do portal	Belmira Rodrigues João Vintém	X		
	Conceber o portal	Relatório de progresso		X		
Apoiar a implementação e o desenvolvimento das associações numa fase inicial	Articular com outros organismos	Actas das reuniões		X		
	Operacionalizar conceptualmente o projecto	Proposta para operacionalização do projecto		X		
	Elaborar instrumentos de suporte à sua operacionalização	Instrumentos de suporte Relatório de progresso		X		
Apoiar tecnicamente as associações	Realizar reuniões de trabalho	Reuniões de trabalho		X		
	Realização de seminários de divulgação de ferramentas e de instrumentos de apoio financeiro e técnico	Realização de 2 seminários		X		
Conhecer as características do voluntariado na saúde	Operacionalizar o sistema de informação e de gestão integrada do voluntariado em saúde	Relatório da 1ª fase de implementação do Sistema de Informação sobre o voluntariado em saúde.	João Vintém José Furtado	X		

## DIVISÃO DE MOBILIDADE DE DOENTES (DMD)

► ACOMPANHAR E AVALIAR O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE A DOENTES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO E A DOENTES ESTRANGEIROS EM PORTUGAL, INCLUINDO A POPULAÇÃO MIGRANTE

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Gerir o processo de prestação de cuidados de saúde a doentes portugueses no estrangeiro	Implementar o sistema de informação de suporte à sua gestão	Sistema de informação	Cláudio Correia Manuela de Almeida Dina Sécio	X	
	Elaborar relatório de execução no âmbito do processo de avaliação da prestação de cuidados de saúde a doentes portugueses no estrangeiro	Relatório Final reportado a 2006 e 2007 Relatórios de execução relativos a 2008		X	
Gerir o processo de prestação de cuidados de saúde a doentes evacuados dos PALOP, ao abrigo dos acordos de cooperação Internacional no domínio da Saúde	Normalizar procedimentos no âmbito da assistência médica a doentes evacuados dos PALOP ao abrigo dos Acordos de Cooperação no domínio da Saúde	Proposta de procedimentos	Cláudio Correia Manuela de Almeida Dina Sécio	X	
	Elaborar relatório de execução no âmbito do processo de avaliação da prestação de cuidados de saúde a doentes evacuados dos PALOP	Relatório final de 2007 Relatórios de execução relativos a 2008		X	
Coordenar e impulsionar a execução das medidas consagradas no Plano para a Imigração, em matéria de acesso aos cuidados de saúde	Elaborar projecto sobre as condições de acesso dos imigrantes/ emigrantes ao Serviço Nacional de Saúde, a divulgar nos Consulados em Portugal dos Países de origem e nos Consulados portugueses	Elaboração de panfletos e brochuras	Cláudio Correia	X	

### 8.4.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

#### Grupos de Trabalho em que representou a DGS:

- Grupos de Vigilância e controlo de doenças, criados no âmbito do European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC)
- Grupos de trabalho no âmbito da prevenção e controlo de doenças transmissíveis da OMS
- Grupos de trabalho no âmbito da prevenção e controlo de doenças transmissíveis da Comissão Europeia
- VENICE (Vaccine European New Integrated Collaboration Effort)
- EUVAC.NET (Rede Europeia de Vigilância de algumas doenças preveníveis pela vacinação)
- EWGLI/EWGLINET (Rede Europeia de Vigilância da Doença dos Legionários, a nível nacional e relacionada com viagens);
- EWRS (Rede de Alerta e Resposta Rápida entre as Autoridades de Saúde da União Europeia)
- Comissão de Acompanhamento dos Programas Nacionais: PNCASMA, PNCDIABETES, PNLCDOR, PNPCDPOCRONICA, PNCOBESIDADE, PNCDREUMATICAS e PNPSVIAO
- Comissão Técnica de Normalização de Material de Uso Médico-Farmacêutico
- Comissão Permanente de Acompanhamento da Área da Saúde – Secretariado Nacional para a Reabilitação e Interação das Pessoas com Deficiência, actualmente designado Instituto Nacional para a Reabilitação
- Entidade Específica de Recursos Técnicos (ERTE), da Direcção-Geral da Administração e Emprego Público
- Comissão de Acompanhamento Alargada de apoio aos Sem-Abrigo, no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Ponto Focal para a implementação do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes
- II Programa Comunitário de Saúde (Ponto Focal)

- Grupo Interinstitucional de Acompanhamento da discussão da Proposta de Directiva relativa à aplicação dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços

### **Órgãos, Comissões e Grupos de Trabalho em que a DGS representa o Ministério da Saúde:**

- Grupo de Alto Nível sobre Serviços de Saúde e Cuidados Médicos, Comissão da EU
- Comité de Protecção Social, da Comissão da EU
- Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD) (MTSS)
- Comissão Nacional de Acompanhamento dos Sistemas de Verificação e Certificação das Incapacidades (MTSS)

### **Grupos de Trabalho a funcionar na Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde e da sua iniciativa:**

- Avaliação de Resultados dos Programas Nacionais de Saúde
- Comissão Técnica de Vacinação (CTV)
- Grupo de acompanhamento da Gripe Sazonal
- Gestão integrada da doença renal
- Gestão integrada da diabetes
- Gestão integrada da obesidade
- Grupo de trabalho “Saúde & Migrantes”

### **Órgãos, Comissões e Grupos de Trabalho em que os Técnicos da DGS representaram o Ministério da Saúde:**

- Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção
- Comissão Técnica para o Ensino de Enfermagem
- Grupo de Trabalho Inter-Institucional de Acompanhamento da discussão da Proposta de Directiva relativa à aplicação dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços.

#### **8.4.4. Avaliação Qualitativa**

A Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde, conseguiu, através das Divisões que a constituíam, atingir os objectivos a que se tinha proposto, apesar de ter dado início a novas áreas de intervenção, como a participação da sociedade civil, a mobilidade de doentes e a gestão integrada da doença. Tal facto, resultou do trabalho interdisciplinar dos chefes de divisão, os quais, através da partilha de projectos, potenciaram os recursos humanos existentes.

O Director de Serviços de Cuidados de Saúde

J. Alexandre Diniz

## 8.5. Direcção de Serviços de Qualidade Clínica (DSQC)



Direcção de Serviços de Qualidade Clínica

### 8.5.1. Competências, Objectivos e Divisões

#### Competências

- ✓ Coordenar, a nível nacional, acções com vista a impulsionar o desenvolvimento da excelência na prestação de cuidados de saúde;
- ✓ Criar e orientar a aplicação de instrumentos de melhoria da qualidade clínica com vista à excelência;
- ✓ Normalizar e definir critérios de boas práticas clínicas para o licenciamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde;
- ✓ Criar e orientar programas para promover a garantia da segurança clínica e a sua monitorização;
- ✓ Orientar tecnicamente o desenvolvimento de instrumentos de prevenção de eventos adversos e acidentes, através do desenvolvimento de instrumentos de sentinela e alerta, monitorizando a ocorrência desses eventos;
- ✓ Coordenar as actividades de prevenção e controlo da infecção associada à forma de prestação de cuidados de saúde.

#### Objectivos

- ✓ Priorização dos objectivos nacionais no que se refere desenvolvimento de acções e definição de indicadores aplicáveis à avaliação qualitativa da prestação dos cuidados de saúde;
- ✓ Definição de critérios e normas de boa prática clínica, dirigidas aos vários grupos profissionais de saúde, nas áreas consideradas prioritárias assim como criar, orientar e monitorizar programas para promover a garantia da segurança e qualidade clínicas;
- ✓ Orientar tecnicamente a prevenção de eventos adversos e acidentes através do desenvolvimento de instrumentos sentinela e alerta monitorizando a ocorrência desses eventos;

- ✓ Comunicação directa com as unidades prestadoras de cuidados de saúde através de um mecanismo que permita disponibilidade de atendimento directo, visando uma aproximação real e em permanência com as unidades prestadoras de cuidados, para apoio dos profissionais “ no terreno”, não excluindo a necessidade eventual de deslocações para aferição da gravidade dos problemas, e melhor adequação da solução a propor;
- ✓ Normalização e definição de critérios de boa prática clínica para o licenciamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde.

### **Divisões**

A DSQC é composta pelas seguintes divisões:

- ✓ Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)
- ✓ Divisão da Segurança Clínica (DSC)

## 8.5.2. Execução das Actividades

### DIRECÇÃO (DSQC)

#### ► INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE CLÍNICA COM VISTA À EXCELÊNCIA

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
I - Objectivo principal da Direcção de Serviços: Apoiar e incentivar a actividade das Divisões	Desenvolver, implementar, avaliar e actualizar orientações, normas e protocolos clínicos, com base na melhor evidência clínica disponível, promovendo a mudança nas organizações, nas equipas e nas práticas clínicas	Normas elaboradas pela DSQC e apreciação de circulares, documentos e programas elaborados por outras Direcções de Serviços e por outras Instituições	DS	X	
	Definir indicadores específicos para as áreas clínicas que funcionem como padrões de monitorização da qualidade	Participação em grupos de trabalho para a selecção de indicadores	DS	X	
	Promover a articulação e o intercâmbio científico internacional	Participação em Projectos Internacionais no âmbito da Qualidade Clínica	DS	X	
II – Operacionalizar e concretizar as competências atribuídas à DPQC	Acumulação do cargo de Directora de Serviços de Qualidade Clínica com o de Chefe de Divisão da Promoção da Qualidade Clínica, a partir de Maio de 2008				
III – Objectivos Adicionais: Actividades desenvolvidas no decurso de solicitação directa à directora de serviços	Participação em acções de formação e representação da DGS sempre que indigitada	Colaboração com instituições do MS e de outros Ministérios sempre que solicitado; Representou o DG: Na sessão de abertura das V Jornadas Nacionais de esterilização, 30 e 31 de Maio/08, Lisboa Na sessão de abertura do IV encontro Nacional das Comissões de Ética para a Saúde, 28 de Novembro/08, Porto	DS	X	
	Júri de avaliação do concurso para atribuição de subsídios a entidades privadas sem fins lucrativos	Apreciação de candidaturas	DPQC	X	
	Grupo de Trabalho para elaboração da Carta de Acesso dos Cidadãos aos Cuidados de Saúde (por solicitação do SES)	Elaboração e envio da carta para o MS. Posterior revisão no MS e publicação em DR	DS Drª Helena Monteiro Drª Isabel Castelão	X	
	Comissão Nacional para o Desenvolvimento de Cirurgia do Ambulatório (CNADCA) – DR, II Série, 218, 13 Nov. 2007- Nomeação Ministerial	Processo de elaboração e discussão do doc. Final, publicado em DR	DS	X	
III b. Objectivos executados em 2008, mas não constantes dos objectivos iniciais	Participação no Conselho Coordenador de Avaliação referente a 2007	Avaliação dos funcionários da DGS, com critérios para este tipo de avaliação	DS	X	
	Representante da DGS na Comissão Sectorial para a Saúde do Instituto Português da Qualidade	Comunicação sobre os projectos em curso na DSQC Colaboração na organização do evento	DS	X	
IV – Outros Objectivos	Comissão Técnica de Vacinação (nomeação ministerial)  Grupo de Trabalho “Crianças em Risco - Projecto e Intervenção nos Serviços de Saúde” (nomeação ministerial)	Introdução da vacina HPV no PNV (CTV) Estudo e elaboração de documentação para avaliação Apreciação de dados estatísticos Apresentações em cursos e reuniões científicas Elaboração do doc. Técnico Formação (descentralizada)	DS	X	
IV b – Objectivos executados em 2008, mas não constantes dos objectivos iniciais	Nomeada para a Comissão de acompanhamento “Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco” (Despacho 31292/2008)  Plano de Contingência Dengue  Raiva	Acompanhamento do alargamento do projecto com vista à sua extensão a todo o território nacional  Elaboração de Circulares Informativas e Normativa, contactos com os meios de comunicação e atendimento a profissionais  Elaboração das informações para o aeroporto	DS	X	

	Cólera	Resolução de problemas relacionados com a vacina da raiva			
--	--------	---	--	--	--

**DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE CLÍNICA (DPQC)**
**► DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS E DE NORMAS COM VISTA À PROMOÇÃO DA QUALIDADE CLÍNICA**

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
I – Definição de critérios e normas de boas práticas clínicas, com base na melhor evidência clínica disponível	Desenvolver, implementar, avaliar e actualizar orientações, normas e protocolos clínicos, com base na melhor evidência clínica disponível	Elaboração e divulgação de Clinical Pathways / Itinerários Clínicos sobre Acidentes Vasculares Cerebrais Nota: divulgado em reuniões científicas; apresentado ao ACS; Publicação a cargo do actual DQS (de acordo com o DG)	DPQC/DS	X	
II – Apreciação de solicitações ministeriais e formação de grupos de trabalho que possam apresentar soluções válidas		Revisão do Manual de Boas Práticas de Anatomia Patológica, por solicitação da Ministra da Saúde	DPQC/DS	X	
III – Colaboração em programas no sentido da melhoria da qualidade, promovendo a mudança nas organizações, nas equipas e nas práticas clínicas	Promover a articulação e o intercâmbio científico internacional	Participação no projecto Health Care Quality Indicators (OCDE): Monitorização dos indicadores nacionais em Patient Safety e Cuidados de Saúde Primários Participação em 2 reuniões da OCDE (Paris) Envio de dados referentes a Portugal, a publicar na próxima edição do "Health at a Glance"	DPQC/DS	X	
	Coordenação Nacional do Projecto Europeu "Clinical Pathways"	Seleção de médicos (pneumologistas e ortopedistas) a participar no grupo Delphi Seleção dos hospitais a envolver Acompanhar a aplicação dos 2 itinerários clínicos escolhidos Workshop formativo sobre "Clinical Pathways" Prof. Walter Sermeus Nota: Projecto que ficará da responsabilidade do DQS, por decisão do DG	DS	X	
IV – Apreciação de solicitações ministeriais e formação de grupos de trabalho que possam apresentar soluções válidas	Programa experimental de acesso em Urologia : melhoria da acessibilidade a consultas de urologia (por solicitação do Sr. Ministro da Saúde)	Elaboração e apresentação do Plano Estratégico Desenvolvimento do Programa Experimental de Acesso em Urologia, caso o Plano Estratégico mereça aprovação da Srª Ministra da Saúde	DPQC	X	
V - Colaboração em programas no sentido da melhoria da qualidade, promovendo a mudança nas organizações, nas equipas e nas práticas clínicas	Acompanhamento dos trabalhos relativos à caracterização e perfil dos profissionais no âmbito das terapêuticas não convencionais, tendo em vista a regulamentação da Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto, por solicitação do Sr. Ministro da Saúde	Colocação em consulta pública da caracterização e perfil dos profissionais Tratamento das sugestões/comentários	DS Prof. Imperatori Dr. Pais Lacerda	X	
	Representar a DGS em Grupos de Trabalho: GT para actualização da Rede de Referenciação Integrada de Oncologia (RRIO) Conselho Nacional para a Oncologia GT sobre Cuidados Paliativos		Dr.ª Marina Ramos / DPQC	X	
	Participar em Grupos de Trabalho da iniciativa de outras direcções de serviço: GT "Gestão Integrada da Doença": Diálise, Esclerose Múltipla e Obesidade Mórbida	Orientações, Circulares e Procedimentos de Registo	DPQC/DS	X	
VI – Definição de critérios e normas de boas práticas clínicas, com base na melhor evidência clínica disponível	Coordenação de Grupos de Trabalho a funcionar na Divisão de Serviços: GT sobre suspensão e abstenção em doentes terminais GT para preparação do Inquérito Nacional às Comissões de Ética	Elaboração e divulgação em Congresso do Inquérito Nacional às Comissões de Ética para a Saúde	DS	X	
VII – Promover e participar	Participar (com ou sem			X	

em eventos científicos, debates, seminários e acções de formação	intervenção) em eventos promovidos por entidades nacionais e internacionais.				
--	--	--	--	--	--

## DIVISÃO DA SEGURANÇA CLÍNICA (DSQ)

### ► DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E NORMAS DE ORIENTAÇÃO, COM VISTA À PROMOÇÃO DA SEGURANÇA CLÍNICA

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
I - Coordenar o Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção Associada aos Cuidados de Saúde	<p>Elaboração de Recomendações de Boa Prática, obtendo consenso junto das ordens profissionais e sociedades científicas</p> <p>Formação dos profissionais de saúde</p> <p>Apoio às Unidades de Saúde na implementação dos POPCI</p>	<p>Divulgação de 4 Recomendações de Boa Prática</p> <p>Revisão do Manual de Boas Práticas na utilização do Laboratório de Microbiologia</p> <p>Elaboração e Divulgação do Manual de Operacionalização do PNCI</p> <p>Apoio à realização de Formação a nível das ARS (realização de 1 acção de formação por ARS)</p> <p>Respostas a solicitações e elaboração de pareceres técnicos</p>	DGS/DSC GCPNCI ARS	X	
II – Melhorar a VE das IACS	Consolidação/Reforço dos Programas de VE das IACS	<p>Melhorias em 3 programas de vigilância epidemiológica (HELICS-CIR, HELICS-UCI e VE da infecção nas Unidades de Neonatologia)</p> <p>Planeamento do programa de VE microorganismos epidemiologicamente importantes nas US</p> <p>Planeamento VE das infecções nas UCCI e dos CSP</p> <p>Elaboração da candidatura a fundos europeus para a melhoria dos programas de vigilância epidemiológica</p> <p>Implementação do Inquérito de Prevalência Infecção.</p>	DGS/DSC GCPNCI ARS	X	
III - Desenvolver, implementar e coordenar o Programa de Prevenção da Resistência aos Antimicrobianos	<p>Consolidação/Reforço dos Programas de VE das Resistências e dos Consumos de antimicrobianos</p> <p>Formação dos profissionais de saúde.</p> <p>Sensibilização do público.</p>	<p>Concepção de aplicação informática p/ uniformizar o registo e respectivo protocolo</p> <p>Elaboração de Recomendações de Boa Prática, obtendo consenso junto das ordens profissionais e sociedades científicas</p> <p>Apoio à realização de Formação a nível das ARS (realização de 1 acção de formação por ARS)</p> <p>Elaboração de folhetos informativos e informações para a comunicação social</p>	DGS/DSC CTNPRA ARS	X	
IV - Desenvolver, implementar e coordenar o programa de Gestão de Risco e Segurança do Doente	<p>Desenvolver o Programa para a notificação de Eventos Adversos</p> <p>Elaborar Recomendações de Boa Prática, constituindo grupos de trabalho nas áreas identificadas como prioritárias, obtendo consenso junto das ordens profissionais e sociedades científicas</p> <p>Formação dos profissionais de saúde</p>	<p>Concepção de aplicação informática para uniformizar o registo e respectivo protocolo</p> <p>Disponibilização do programa de notificação de Eventos Adversos, nas US em ambiente Internet</p> <p>Elaboração das Normas de Orientação Clínica para a Prevenção e Tratamento de Feridas</p> <p>Apoio à realização de Formação a nível das ARS (realização de 1 acção de formação por ARS).</p>	DGS/DSC ARS Grupo de Trabalho da SC	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
V – Desenvolver e implementar a campanha		Nomeação do grupo coordenador Reunião preparatória c/ grupo coordenador	DGS/DSC Grupo coordenador para	X	

nacional de higiene das mãos, de acordo com a estratégia da OMS - WAPS	Preparação da 1ª fase da campanha  Formação dos profissionais de saúde  Revisão e divulgação da Norma para a Higiene das Mãos.	Reuniões com empresas fornecedoras de SABA (solução anti-séptica de base alcoólica) Tradução, revisão e adaptação dos documentos de suporte à campanha Organização de reunião nacional para lançamento da campanha  Apoio à realização de Formação a nível das ARS (realização de 1 acção de formação por ARS, para formação de observadores)  Norma para a Higiene das Mãos.	a implementação da campanha		
VI - Definir indicadores para as diversas áreas de intervenção	Articular com entidades nacionais e internacionais, para partilha de saberes, acções concertadas	Participação na definição de indicadores no âmbito do PNS Colaboração com a ACSS p/ definição de indicadores de segurança para contratualização a nível das ARS Identificação de áreas prioritárias de investigação c/ maior impacto nas questões de segurança e do risco (VE das IACS, VE das UP e VE dos incidentes e eventos adversos)	ACSS, DGS/DSC e ARS	X	
VII - Colaboração em programas no sentido da melhoria da qualidade, promovendo a segurança nas organizações, nas equipas e nas práticas clínicas	Promover a articulação e o intercâmbio científico internacional  Colaborar com entidades nacionais visando a segurança dos cuidados	Participação nos projectos: IPSE, e-Bug, EUNetPass, Clean Care is Safer Care Participação no projecto Europeu p/ a prevenção das resistências aos antimicrobianos  Participação na Comissão Executiva do Chief Nursing Officer Elaboração de referenciais de competências para a formação dos Auxiliares de Acção Médica Elaboração de referenciais de competências para os Enfermeiros de Controlo de Infecção	DSC/DSPPS	X	
VIII - Promover e participar em eventos científicos, debates públicos, seminários e acções de formação	Organizar e realizar eventos para promover o aumento do conhecimento e a partilha de experiências sobre a segurança clínica  Participar (com ou sem intervenção) em eventos promovidos por entidades nacionais e internacionais	Workshop sobre segurança clínica (Junho 2008) Lançamento da Campanha de Higiene das Mãos (Outubro 2008) Dia Europeu de Alerta para a Resistência dos Antimicrobianos (Novembro 2008)	DGS/DSC	X	

### 8.5.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

Grupos de Trabalho:

Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)

- Grupo de trabalho “Acessibilidade às Consultas de Urologia” Dr<sup>a</sup> Ana Leça, Dr<sup>a</sup> Helena Monteiro, Dr<sup>a</sup> Isabel Castelão, Dr.<sup>a</sup> Marina Ramos
- Grupo de trabalho “Itinerários Clínicos no AVC – Dr<sup>a</sup> Ana Leça, Dr<sup>a</sup> Helena Monteiro, Dr<sup>a</sup> Isabel Castelão, Dr.<sup>a</sup> Marina Ramos
- Grupo de Trabalho Terapêuticas não Convencionais, Dr<sup>a</sup> Ana Leça, Dr<sup>a</sup> Helena Monteiro, Dr<sup>a</sup> Isabel Castelão
- Grupo de Trabalho para preparação do Inquérito Nacional às Comissões de Ética

Divisão de Segurança Clínica (DSC)

- Grupo Coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção Associada aos Cuidados de Saúde, Dr<sup>a</sup> Cristina Costa, Enf<sup>a</sup> Goretí, Enf<sup>a</sup> Noriega
- Comissão Técnica para a Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos – Dr<sup>a</sup> Cristina Costa
- Grupo de Trabalho para a Reforma da Vigilância Epidemiológica, Dr<sup>a</sup> Cristina Costa

Outros Grupos de Trabalho na DGS e Comissões:

Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)

- Grupo de Trabalho sobre Gestão Integrada da Esclerose Múltipla – Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão
- Grupo de Trabalho sobre Gestão Integrada da Cirurgia Bariátrica – Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão
- Comissão Nacional de Controlo da Dor – Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão
- Grupo Consultivo do Programa Nacional de Cuidados Paliativos - Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão
- Grupo de Trabalho para a Actualização da rede de referência Integrada de Oncologia (RRIO), Dr.<sup>a</sup> Marina Ramos
- Conselho Nacional de Oncologia (CNO), Dr.<sup>a</sup> Marina Ramos

Divisão de Segurança Clínica (DSC)

- Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de NOC's na área de prevenção e tratamento de feridas, Dr.<sup>a</sup> Cristina Costa
- Grupo de trabalho dos microbiologistas;
- Grupos de trabalho no âmbito da Comissão Técnica para a prevenção e Controlo das resistências aos Antimicrobianos;
- Grupo de trabalho para a elaboração de recomendações na área da Pediatria e Neonatologia, que iniciou a sua actividade por uma norma referente à desinfeção e esterilização de tetinas, biberons e chupetas;
- Grupo de trabalho para a elaboração das normas de orientação clínica sobre prevenção e tratamento de feridas;
- Grupo de trabalho para a elaboração de manual de boas práticas sobre colocação, manutenção e renovação de cateter venoso central;
- Grupo de para elaboração de normas de prevenção e controlo de infecção nas actividades hospitalares de cabeleireiro/barbeiro e afins;
- Grupo de trabalho para elaboração de norma sobre Higiene das Mãos.

Reuniões externas:

Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)

1. Care Pathways, Dr<sup>a</sup> Isabel Castelão, Manchester, 23.01.08
2. Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão, Saúde em Rede, Parque Nações, 21.02.08
3. Kick off European NETWork on Patient Safety (EuNetPass), Dr<sup>a</sup> Ana Leça, Holanda, 28-29.02.08
4. Referenciais de Competências, Dr.<sup>a</sup> Ana Leça, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão organizada pela DGS, 04.03.08, Gulbenkian
5. EBN Symposium on Multiple Sclerosis, Ordem dos Médicos, Porto, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão, 14.03.08
6. Jornadas Informativas para Divulgação do II Programa de Saúde 2008-2013, Gulbenkian, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão, 27.03.08

7. Conversas fim de tarde, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, Dr.<sup>ª</sup> Marina Ramos, IPO Lx, 28.03.08
8. Comissão Nacional para o Acompanhamento da Cirurgia do Ambulatório, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, 06.05.08
9. Comissão Nacional para o Acompanhamento da Cirurgia do Ambulatório, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Porto, 19.05.08
10. Conferência da EWMA, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, FIL Junqueira, 14.05.08
11. V Congresso Associação Portuguesa da Cirurgia do Ambulatório, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça Porto, 19.05.08
12. Projecto HCQI da OCDE, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, Holanda, 30.05.08
13. V Jornadas Nacionais Esterilização, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Torre do Tombo, palestra em substituição do DG 30-31.05.08
14. I Jornadas de Saúde da Santa Casa da Misericórdia “Saúde, Equidade e Inclusão”, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, Gulbenkian, Maio 08
15. XIX Encontro Nacional para a Promoção da Saúde Pública, Auditório ESTS, P. Nações, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, 05.06.08
16. Apresentação do GARD OMS Portugal -, Lisboa, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, 27.06.08
17. Sessão de Lançamento do Programa Nacional dos Cuidados Paliativos, FIL – P. Nações, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, 27.06.08
18. IPQ – Costa de Caparica, Comissão Sectorial da Saúde, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça 08.09.08
19. The Third European Influenza Conference, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça Vilamoura, 14-17.09.08
20. Fórum vias verdes EAM e AVC, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, INFARMED, 30.09.08
21. Simpósio dos Institutos Nacionais de Saúde, Lisboa, Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça (em representação da DGS), 04.11.08
22. Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça, Olhão 7 e 8.11.08
23. Comemoração do Dia Europeu dos Antimicrobianos, Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, INFARMED, 18.11.08
24. Dr.<sup>ª</sup> Ana Leça (palestra de abertura em substituição do DG), Dr.<sup>ª</sup> Isabel Castelão, Dr.<sup>ª</sup> Nina Santos, Fernanda Marçal - IV Encontro Nacional das Comissões de Ética para a Saúde, Faculdade Medicina Porto, com apresentação de um trabalho feito pela DSQC, 28.11.08

#### Divisão de Segurança Clínica (DSC)

1. ACSS – c/Eng.<sup>ª</sup> Rosalia Dias, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, Dr.<sup>ª</sup> Teresa Martins, Enf.<sup>ª</sup> Noriega, outros (g.t. feridas) – Gestão Sistema Infecção Feridas, 13.02.08
2. Reunião no Hotel Tivoli Tejo, Dr.<sup>ª</sup> Cristina, Enf.<sup>ª</sup> Noriega, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, 19.02.08
3. Kick off European NETWork on Patient Safety (EuNetPass), Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Holanda, 28-29.02.08
4. 4 th Meeting of AMR National Focal Point Brdo, Eslovénia, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, 12-14.03.08
5. Congresso do Chief Nursing Officer, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, 14.03.08
6. Reunião da Associação Portuguesa de Técnicos de Análises Clínicas Saúde Pública, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, Parque das Nações, 15.03.08
7. I Estudo sistemas de qualidade ambiental nos hospitais públicos, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Porto, 26.03.08
8. Conversas fim de tarde, IPO Lx, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, Enf.<sup>ª</sup> Noriega, 28.03.08
9. Simpósio ASP – Os novos desafios no reprocessamento da DM’s, Enf.<sup>ª</sup> Noriega, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, 28.03.08
10. Conferência “Infecções do Local Cirúrgico”, Fac. Ciências Médicas, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, 09.04.08
11. XIV Congresso AESOP, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Culturgest, 11-12.04.08
12. II Encontro de Feridas, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, H. Tondela, 18-19.04.08
13. Workshop: Infecção associada aos cuidados de saúde, H. Luz, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, 23.04.08
14. Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, FIL Junqueira, 14.05.08
15. Conferência anual APIC, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, Denver, 15-22.06.08
16. IPSE, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Paris, 22-23.05.08
17. Dr.<sup>ª</sup> Maria João Gaspar, Enf.<sup>ª</sup> Noriega, INFARMED, 18.06.08
18. Projecto e-Bug, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Varsóvia, 19-20.06.08
19. Conferência Soluções eficazes para controlo infecção hospitalar, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>ª</sup> Goreti, Hotel Tiara Park Atlantic 8.07.08
20. Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, SRS Setúbal, Centralização da esterilização nos ACES, 14.07.08
21. Enf.<sup>ª</sup> Goreti, Enf.<sup>ª</sup> Ana Rita Rojão, H. Barreiro – experiência piloto em infecção hospitalar, 17.09.08
22. EUNetPas, Dr.<sup>ª</sup> Cristina Costa, Paris, 22- 23.09.08

23. Evento comemorativo da adesão de Portugal à campanha higiene das mãos, F. Calouste Gulbenkian, 08.10.08 (organizado pela DSC)
24. II Jornadas Controlo de Infecção, ANCI, Enf.ª Goretí, Enf.ª Noriega, LNEC, 17.10.08
25. IX Congresso Internacional IFIC, Dr.ª Cristina Costa, Santiago do Chile, 14-17.10.08
26. Atelier European Campagnes de Sensibilisation du Grand Public sur l'Utilisation Prudente des Antibiotiques, Dr.ª Cristina Costa, 6-7.11.08
27. I Congresso C. H. Barlavento Algarvio, Dr.ª Cristina Costa, 14.11.08

Reuniões internas:

Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)

1. Teleconferência do Projecto HCQI da OCDE, Dr.ª Ana Leça, Dr.ª Isabel Castelão, Dr.ª Marina Ramos, 19.02.08
2. Teleconferência do Projecto HCQI da OCDE, Dr.ª Ana Leça, Dr.ª Isabel Castelão, Dr.ª Marina Ramos, 19.03.08
3. Conferência MRSA Dr.ª Ana Leça, Dr.ª Cristina + Dr.ª Isabel Castelão, Prof. Hermínia Lencastre, Dr.ª Maria Miragaia, Dr.ª Marina Ramos, organizada pela DSCQ, 27.03.08
4. Reunião do Observatório do Sim-Cidadão, Dr.ª Ana Leça, Dr.ª Isabel Castelão, Dr.ª Marina Ramos, 06.05.08
5. Sessão 8º andar, CPS, DG + Dr.ª Ana Leça + Dr.ª Cristina + Dr.ª Isabel Castelão + Prof. Vahé (IQIP), organizada pela DSQC 06.10.08
6. Exercício "Apoio Informático à Reflexão-Tuberculose", 06.11.08
7. DG + Dr. Alexandre Diniz + Dr.ª Viviana Tavares + Prof. Jaime Branco + Dr. Mascarenhas + Dr.ª Ana Leça + Dr.ª Elisabete Melo Gomes – SPODOM, 16.12.08

Divisão de Segurança Clínica (DSC)

1. Responsáveis pela formação nas ARS, Cristina, Enf.ª Noriega, Enf.ª Goretí, 26.02.08
2. Dr.ª Cristina Costa, Enf.ª Goretí, IZASA, 02.06.08
3. Dr.ª Cristina Costa, Enf.ª Goretí, Enf.ª Noriega, G. Coord. Regionais Prev. Controlo de Infecção, 07.07.08
4. Dr.ª Cristina Costa, Dr.ª Elsa Pereira (Biomérieux), 24.09
5. Sessão 8º andar, CPS, DG Dr.ª Cristina + Dr. Vahé, IQIP, 06.10.08
6. Comissão Técnica Prevenção Resistências Antimicrobianas, Dr.ª Cristina Costa, 10.11.08
7. Dr.ª Cristina Costa + Dr.ª Ana Girão e Enf.ª Girão – VE Infecção CCI, 10.12.08  
Dr.ª Cristina Costa + SINASE, 17.12.08

Formação dada:

Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)

- Workshop Formativo sobre Segurança Clínica, 30.06 e 01.07.08 organizado pela DSC/DSQC INFARMED
- Prof. Walter Sermeus, Care Pathways e Projecto EQCP, organizada pela DSQC, DGS, 09.10.08 para dirigentes e convidados

Divisão de Segurança Clínica (DSC)

- Dr.ª Cristina Costa, Enf.ª Goretí, Enf.ª Noriega, Formação UCI, 22.01.08 – DGS
- Dr.ª Cristina Costa, formação, 29.04.08
- Workshop formativo sobre Segurança Clínica, organizado pela DSC/DSQC, INFARMED 30.06-01.07.2008
- Dia Europeu do Antibiótico – Workshop realizado pela DSC, INFARMED, 18.11.2008
- Grupo Coordenador da Campanha Higiene das Mãos – Formação e Treino, 19.11.08

Formação recebida:

Divisão de Promoção da Qualidade Clínica (DPQC)

- Intensive Course on Internacional Trends in Clinical Quality, Risk Management and Patient safety: Proven Strategies, Dr.<sup>a</sup> Marina Ramos, ENSP/ UNL, 25 e 26 de Janeiro de 2008
- Training Course on Epidemiological Aspects of Vaccination, Dr.<sup>a</sup> Ana Leça, Holanda, 14-18.04.08
- Sim-Cidadão, Secretaria-Geral, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão e Fernanda Marçal, 7-9.05.08
- Curso “From Acute to Chronic Pain”, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão, Braga, 26-27.05.08
- Estágio observacional no âmbito da Qualidade ao NHS do Reino Unido, incluindo entrevista com o Chief Medical Officer, Londres, Dr.<sup>a</sup> Ana Leça, 10-13.06.08
- Summer School da European Pathway Association, Itália, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão, 8-12.09.08
- Curso Intensivo de Farmacovigilância, Dr.<sup>a</sup> Isabel Castelão, Hotel Sana Metropolitan, 15-18.09.08

Divisão de Segurança Clínica (DSC)

- Mestrado em Infecção relacionada com os Cuidados de Saúde, UCP, Dr.<sup>a</sup> Cristina Costa, Enf.<sup>a</sup> Goreti

#### 8.5.4. Avaliação Qualitativa

Esta avaliação efectua-se na altura em que está decidida a extinção da Direcção Serviços da Qualidade Clínica, o que facilita a apreciação e pensamento crítico em relação ao trabalho desenvolvido desde 1 de Junho de 2007.

Estes 19 meses podem considerar-se como um período de gestação e transição, sem o qual não teria sido possível prosseguir para um projecto mais ambicioso, o do Departamento da Qualidade em Saúde.

Foi um período de formação e estudo intenso, de estabelecimento de contactos e definição dos parceiros mais importantes, a nível nacional e internacional, de pensar e discutir estratégias, de questionar a obra feita para poder progredir, e de prioridades modificadas em função de novas competências atribuídas.

Mas foi também um período de concretização e demonstração de resultados, e de abraçar projectos com vista a resultados futuros, em que sempre pugnámos por uma política de melhoria contínua da Qualidade, obrigatoriamente centrada no doente e na prestação de cuidados.

O ano de 2007 correspondeu a uma fase de estruturação organizacional e de recursos humanos, de conhecimento mútuo, de aprender a trabalhar conjuntamente, de saber aproveitar as potencialidades de cada elemento, perante o desafio de concretizar uma nova missão dentro da DGS, consubstanciada numa nova direcção de Serviços e numa nova equipa.

Havia que definir um projecto comum e objectivos com que todos se pudessem identificar. Era impossível, em função do conceito de Qualidade Clínica, a separação absoluta das funções das

duas divisões (Divisão da Segurança Clínica e Divisão da Promoção da Qualidade Clínica) e da actividade global da DGS, donde a necessidade de uma actuação simbiótica entre as Divisões e de transversalidade com as outras Direcções de Serviços, com quem sempre colaborámos.

Não foi fácil a conciliação entre a escassez de recursos humanos, resposta às solicitações e concretização do nosso projecto. Mas, apesar das dificuldades, em 2007, todas as solicitações e todos os objectivos inicialmente definidos foram realizados.

O ano de 2008 seria assim o ano da consolidação e crescimento da Direcção de Serviços da Qualidade Clínica. No entanto, acabou por ser o ano das grandes mudanças estruturais.

Em Abril de 2008 foi decidido que esta Direcção de Serviços passaria a integrar a área da Qualidade Organizacional (vinda da ACSS), assumindo todas as competências do antigo Instituto da Qualidade em Saúde (IQS), incluindo o Sistema de Gestão das Exposições dos Utentes SIM-CIDADÃO.

Esta decisão, que não comprometeu a concretização dos objectivos apesar das tarefas adicionais, veio introduzir novos desafios, com grande investimento na aquisição de conhecimentos na área organizacional, nomeadamente às referentes aos processos de acreditação e de gestão das queixas, evidenciando ainda mais a escassez de recursos humanos, tanto mais que a Direcção de Serviços assumira entretanto todas as competências da Divisão de Promoção da Qualidade Clínica.

Foram estabelecidos contactos, frequentadas e organizadas acções de formação, com definição das bases em que assentaria a prossecução dos processos de acreditação já iniciados, que deveriam manter-se nos mesmos moldes, de modo a causar a menor perturbação possível, com continuidade da carteira de auditores já estabelecida, e afectação dos profissionais anteriormente dedicados a esta área. Decidíramos que as mudanças estruturais neste processo deveriam ser feitas a par e passo com a entrada de novas unidades no processo de acreditação, e na avaliação atenta dos resultados gerados por novos modelos em introdução noutros países.

A Directora de Serviços teve oportunidade de frequentar um estágio observacional sobre Qualidade e Acreditação de 3 a 5 de Junho de 2008, em Londres, com o objectivo de melhor conhecer alguns aspectos processuais e operacionais no âmbito da Qualidade Clínica e Acreditação. Este estágio foi programado entre o Director-Geral da Saúde, Dr. Francisco George e o seu homólogo do Reino Unido, Sir Liam Donaldson, e surgiu na sequência das novas competências que lhe tinham sido atribuídas.

Foi um programa muito intenso de contactos pessoais com dirigentes das instituições do NHS envolvidos em projectos de melhoria contínua da Qualidade. Extra-programa, e pela importância e interesse para a Direcção de Serviços da Qualidade Clínica, solicitou uma entrevista a uma das responsáveis pelo sistema de gestão das queixas no Reino Unido, Ros Dolby, que lhe foi muito amavelmente concedida.

Constatou a vontade política para concretizar a melhoria dos parâmetros de qualidade em todos os níveis de cuidados, com identificação dos pontos fortes e fracos do actual sistema, de modo a fundamentar as decisões em dados objectivos e em função dos problemas reais do país. As actuais mudanças baseiam-se na participação dos doentes, no envolvimento (*empowering*) activo do *staff* de 1ª linha, na elaboração de instruções claras e precisas, regulação e responsabilização na área da Qualidade.

A avaliação das medidas a implementar utiliza indicadores institucionais, alguns dos quais terão âmbito regional, e outros, âmbito nacional. Estes indicadores, que permitirão informar da situação da rede de cuidados do NHS baseiam-se em 3 objectivos estratégicos: Melhor Saúde; Melhores Cuidados; e Maior Valor através de serviços acessíveis, eficientes e sustentáveis.

No que se refere à acreditação há um envolvimento cada vez maior das sociedades (Royal Colleges), com vários esquemas propostos, nomeadamente na área da Patologia Clínica, Psiquiatria, Cancro, Radiologia, e serviços de trauma. A “corrente” é a acreditação individual dos serviços dentro de uma instituição, e ainda a acreditação individual dos próprios médicos, como no caso dos Clínicos Gerais com áreas de interesse especial (General Practitioners with a Special Interest – PwSI), para quem a acreditação não se baseia apenas na qualificação, mas em competências demonstradas de conhecimento e atitude.

Em relação à gestão das queixas, e tendo o conhecimento do funcionamento do SIM-CIDADÃO, que de certo modo está “longe” do utente, achou muito interessante a actual reforma da gestão das queixas, tornando-as um instrumento de melhoria dos serviços, de valorização da comunicação interpessoal e capacidade de mediação, tendendo para a simplificação processual e para a resolução de problemas reais dos cidadãos.

Em Julho de 2008, nova alteração - A Agência da Qualidade em Saúde seria o Departamento da Qualidade em Saúde, e haveria troca da Direcção de Serviços. Esta mudança, se por um lado condicionou uma quebra da continuidade das relações de trabalho entre Direcção e Divisão da Segurança, dada a ambiguidade de chefias e funções, permitiu o início e a passagem gradual do “testemunho” entre as duas Direcções de Serviço envolvidas.

Na avaliação da realização do Plano de Actividades para 2008, verificámos a total concretização do programado para a Direcção de Serviços, incluindo a Divisão de Promoção da Qualidade Clínica, com excedente significativo de actividade realizada, correspondente a solicitações que sucessivamente nos foram sendo feitas.

No que se refere à área de *Patient Safety* houve, por parte da Divisão da Segurança Clínica, um investimento muito grande em relação ao Controlo das Infecções Associadas à Prestação de Cuidados de Saúde, concretizadas em acções de inegável importância e de alinhamento com as orientações internacionais, mas que consumiram demasiados recursos humanos em relação a outras áreas igualmente importantes, cuja concretização foi apenas parcial em relação aos objectivos propostos.

Em conclusão:

A actividade desenvolvida pela Direcção de Serviços da Qualidade Clínica demonstra a dedicação, capacidade de trabalho e de execução de tarefas de todos os seus profissionais, bem como a disponibilidade para enfrentar novos desafios e concretizar projectos inovadores.

Apesar de todas as alterações no percurso, da escassez de recursos humanos, da curta existência desta Direcção de Serviços, orgulhamo-nos por ter feito o diagnóstico das dificuldades e constrangimentos ao projecto da Qualidade, de ter equacionado soluções, de ter concretizado instrumentos de melhoria e avaliação crítica, em suma de ter lançado os alicerces para Pensar Qualidade e Promover Segurança, a partir dos quais poderá crescer o Departamento da Qualidade Em Saúde.

A Directora de Serviços da Qualidade Clínica

Ana Leça

## 8.6. Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde (DSEES)



Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde

### 8.6.1. Competências, Objectivos e Divisões

#### Competências

- ✓ Assegurar a representação da DGS no Conselho Superior de Estatística;
- ✓ Cooperar na normalização e na harmonização dos métodos de recolha e tratamento de dados e coordenar a divulgação de informação sobre saúde, particularmente da que é inserida no Sistema Estatístico Nacional ou divulgada a entidades supranacionais;
- ✓ Promover a qualidade da produção de informação epidemiológica relevante e, em especial, garantir a fiabilidade e comparabilidade da informação sobre causas de morte;
- ✓ Assegurar as representações institucionais, nacionais, europeias e internacionais, inerentes a informação em saúde.

#### Objectivos

- ✓ Assegurar as representações previstas e apoiar iniciativas da Presidência, sempre que solicitada;
- ✓ Preparar a implantação de Programa de garantia de qualidade da certificação dos óbitos;
- ✓ Assegurar a actividade editorial e a respectiva divulgação;
- ✓ Desenvolver trabalhos exploratórios conducentes ao aperfeiçoamento de instrumentos que permitam conhecimento epidemiológico da morbilidade, mais fiável e comparável.

#### Divisões

A DSEES é composta pelas seguintes divisões:

- ✓ Divisão de Epidemiologia (DE)
- ✓ Divisão de Estatísticas de Saúde (DES)

## 8.6.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Assegurar as representações previstas	Conselho Superior de Estatística	Estudo de documentação específica Acompanhamento trimestral das actividades desenvolvidas no âmbito produção estatística a nível Ministério Saúde Colaboração regular na revisão de tabelas e classificações internacionais Fornecimento regular de contributos em relação aos planos de actividade (actividade estatística nacional: anual como quinquenal)	O CSE está em reconstrução	X	
	OCDE Comité de Saúde Correspondentes nacionais	Coordenação de todas as actividades desenvolvidas pela OCDE no âmbito da informação em saúde Base de dados sobre saúde da OCDE verificação e revisão de toda a informação nela contida	José Martins	X	
	Comissão Europeia DG SANCO	Rede das autoridades competentes p/a informação e conhecimento em saúde Grupo de trabalho «ECHIM» Participação no Health-EU Portal Editorial Board	J.L. Castanheira José Martins	X	
	Eurostat Technical Group CARE "Working Group on Public Health Statistics EUGLOREH – European Union Global Report on Health	Compilação dados de produção e recursos (todos estados membros) c/ metodologias uniformes, de modo a possibilitar que a informação analisada e divulgada pela CE se baseie em critérios concertados Apreciação e validação das actividades desenvolvidas por cada um dos "Technical Groups" Acompanhamento da produção: participação em reuniões	J.L. Castanheira José Martins	X	
	System of Health Accounts	Discutir eventuais lacunas, aperfeiçoar critérios e propor actividades a desenvolver em cada ano	José Martins	X	
Acompanhar trabalhos exploratórios conducentes ao aperfeiçoamento de métodos de recolha ou de tratamento de informação com potencial epidemiológico			Andreia Silva e Divisão Estatísticas de Saúde	X	
Preparar a implantação de Programa de garantia de qualidade da certificação dos óbitos			Jaime Silveira Botelho	X	
Preparar proposta de realização de programa de formação em epidemiologia de campo			J.L. Castanheira Carlos Orta Gomes	X	
Assegurar a actividade editorial e a respectiva divulgação	Divulgação de informação Função "quiosque"		José Martins	X	

## DIVISÃO DE ESTATÍSTICAS DE SAÚDE (DES)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Assegurar a produção das estatísticas previstas	Estatísticas hospitalares Informação demográfica Actividade relacionada com consultas e atendimentos urgentes (SAP's) Estatísticas dos Centros de Saúde (era agregada por Sub-Região de Saúde, prevê-se NUTS II)	Capacidade instalada (inquérito conjunto INE/DGS a todos os hospitais que integram o SNS) Base de dados validada, com posterior envio ao INE, e integração da informação em publicação Compilação dos dados facultados pelo INE, em «Excel», de molde a facultar informação por Regiões, distritos e NUTS II Computo de taxas de mortalidade infantil e perinatal (global e componentes); Base de dados validada, com posterior envio ao INE, e integração da informação em publicação Capacidade instalada (inquérito conjunto INE/DGS a todos os centros de saúde que integram o SNS)	DES	X	
	Codificação das causas de morte, na qualidade de órgão delegado do INE para este efeito:  Outras actividades	Base de dados validada, com posterior envio ao INE, e integração da informação em publicação Codificação dos verbetes de óbito «on-line» no «site» do INE (2006) Codificação dos verbetes de óbito «on-line» no «site» do INE (2007 e/ou 2008, depende do INE) Documento em formato de publicação a divulgar no «site» da DGS de conteúdo genérico Envio da base de dados dos GHD, em formato electrónico padronizado, TXT Questionário anual sobre vacinação e cobertura vacinal	DES/DSEES	X	
Procurar adaptar os instrumentos e os métodos de recolha às novas realidades e circunstâncias, concretamente, no âmbito do Programa Nacional de Vacinação, em colaboração com a ACSS	Actividade relacionada com o PNV	Registo da informação recolhida a nível local (número de inoculações por grupos etários de todas as vacinas que integram o PNV - 13 em 2007)	DES	X	
		Apuramentos anuais por Região e Concelho após validação da informação recolhida, para computação das respectivas coberturas vacinais Apuramentos anuais por NUTS II e envio desta informação ao INE, e integração na publicação	DES	X	
Apoiar o projecto INFOTABACO	Recolha da informação	Relatório	DES	X	
Colaborar nos trabalhos conducentes à certificação electrónica dos óbitos, com a ACSS no âmbito do Programa SIMPLEX	Análise dos relatórios	Relatório e pareceres técnicos	DES/DSEES	X	

**DIVISÃO DE EPIDEMIOLOGIA (DE)**

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Assegurar a coordenação nacional da vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis, em cooperação com outras entidades do Ministério da Saúde e em articulação com o European Centre for Disease Control	Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis	Relatório Anual das Doenças Transmissíveis de Notificação Obrigatória, a divulgar no site da DGS Programa integrado da Doença dos Legionários: Relatório Anual, em conjunto c/ a Divisão de Prevenção e Controlo da Doença; Programa de Vigilância Epidemiológica das Doenças Humanas com Prisões: Relatório anual de 2007	DE	X	
	Assegurar as funções de ponto focal para a Vigilância Epidemiológica Assegurar as funções de ponto focal suplente na Epidemics Intelligence	Elaboração das bases de dados dos sistemas de vigilância de doenças infecciosas que, após validação, são enviadas para o ECDC Articular com o INSA, IP e com o focal point do ECDC para o Laboratório Colaborar nos treinos de submissão de dados ao ECDC, de acordo com as metadados que vão sendo definidas para cada doença. Nomear os pontos focais específicos para a vigilância epidemiológica de doenças infecciosas		X	
	Colaborar na formação de EPIET em Portugal	Organizar visita do ECDC a Portugal para avaliação das necessidades e capacidade de formação em Epidemiologia de campo Colaborar na preparação e gestão de um site EPIET em Portugal		X	
Desenvolver suportes de informação apropriados para uma vigilância epidemiológica cada vez mais eficiente e oportuna		Implantação das definições de caso para as doenças transmissíveis, em harmonia com as adoptadas pela CE Colaborar na elaboração dos suportes de informação a serem usados no novo sistema de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis, com integração da notificação laboratorial		X	
Cooperar com Unidades da DGS na integração de conhecimento epidemiológico em processos de tomada de decisão		Colaboração na preparação de proposta preliminar conducente à actualização do sistema de declaração obrigatória de doenças infecciosas Apoiar o projecto INFOTABACO		X	
Fomentar a prática epidemiológica em Serviços de Saúde Pública		Colaborar com os Serviços de Saúde Pública Regionais e locais		X	
Mortalidade	Estudo da distribuição das principais causas de morte	"Risco de Morrer em Portugal 2006", a divulgar no site da DGS		(*)	

(\*) Foram desenvolvidas todas as diligências possíveis pela Divisão de Epidemiologia. O facto de o INE não conseguir anonimizar de forma útil a base de dados de óbitos de 2006, e por esse motivo não a ter enviado à DGS, fez com que o a publicação "Risco de Morrer 2006" esteja a ser elaborada pelo INE com a colaboração da Divisão.

### 8.6.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

Grupos de Trabalho em que representa a DGS:

- Conselho Superior de Estatística

### Órgãos, Comissões e Grupos de Trabalho em que a DGS representa o Ministério da Saúde:

- Eurostat:
  - “Technical Group CARE”
  - “Working Group on Public Health Statistics”
  - “Technical Group Causes of Death”
  - “Technical Group Health Interview Survey”
- OCDE:
  - Comité de Saúde
  - Indicadores de qualidade em saúde
  - Grupo Trabalho p/ implementar e desenvolver as Contas Nacionais da Saúde
  - Grupo Trabalho sobre Economia da Prevenção em Saúde
  - Comité de Protecção Social
  - Grupo de Trabalho sobre Estatísticas do Mercado de Trabalho
  - Rede autoridades competentes p/ a informação e conhecimento em saúde
  - Grupo de trabalho «ECHIM»
  - Participação no Health-EU Portal Editorial Board
  - “System of Health Accounts”
- ECDC:
  - National Contact Point for Surveillance
  - Focal Point suplente para Epidemics Intelligence
  - Focal Point para Health Threat
  - Focal Point para Training
  - Focal Point para Scientific Advice

### 8.6.4. Avaliação Qualitativa

Os objectivos propostos para a Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde foram cabalmente atingidos, nomeadamente:

- Produção e edição dos indicadores programados;
- Assegurar representações diversas;
- Função «quiosque» de informação.

Numa perspectiva de desenvolvimento, destacam-se os seguintes:

**Aspectos positivos** (devem ser preservados no futuro):

- Reconhecimento de Portugal como local de estágio do EPIET (European Program for Intervention Epidemiology Training), promovido pelo *European Centre for Diseases Control and Prevention* e atribuição de um estagiário;
- Retomar de actividades conducentes à melhoria da qualidade de certificações de óbitos, viabilizadas pelo Protocolo celebrado entre os Ministérios da Justiça e da Saúde e participação activa no trabalho conducente à adopção de certificado de óbito electrónico;
- Participação activa e coordenação do INFOTABACO;
- Colaboração das fontes de informação - apesar do processo de mudança em curso nos pontos primários de recolha de informação, a sua recolha prosseguiu com normalidade.

**Aspectos a aperfeiçoar:**

- Participação no Sistema Estatístico Nacional - aguarda-se a definição da entidade que ficará responsável pela produção das estatísticas nacionais de saúde; entretanto, desde a reestruturação do Conselho Superior de Estatística, participa-se apenas como observador;
- Colaboração intra- e interinstitucional – a prática de colaboração, tanto com outras Unidades desta DGS como com outras entidades, precisa ser mantida e, em algumas situações, incrementada;
- Sistemas de notificação – naturalmente, devem sempre continuar a ser aperfeiçoados, nomeadamente o das doenças de declaração obrigatória e os referentes a morbilidades. Em continuidade, importa investir na formação em serviço dos envolvidos, a todos os níveis;
- Análise da informação disponível – dever-se-ia investir mais em análises de informação disponível; dar notoriedade a algumas; aprofundar trabalhos como o estudo de morbilidades referidas em certificados de óbitos, iniciado com a colaboração de estagiários de Saúde Pública da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e o estudo de dados sobre doenças de declaração obrigatória, desenvolvido com a colaboração de estagiários do Curso de Administração Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública.

Formação – a promoção de actividades de formação abertas a técnicos de outros organismos deve ser aprofundada, pois a realização do Seminário sobre Relatórios de Saúde, realizado com o apoio do Dr. Peter Achteberg, perito holandês, revelou-se pertinente e útil.

**Aspectos negativos** (deveriam ser corrigidos):

- Recursos humanos - a escassez de técnicos continua a ser notória, tanto mais que as exigências e as expectativas continuam a aumentar;
- Logística – também as condições de instalação deveriam ser melhoradas.
- Alguns indicadores precisam ser afinados (e.g., utilização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica).

O Director de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde

José Luis Castanheira

## 8.7. Direcção de Serviços de Administração (DSA)



Direcção de Serviços de Administração

### 8.7.1. Competências, Objectivos e Divisões

#### Competências

- ✓ Apoiar a definição de normas, metodologias e procedimentos que visam a melhoria contínua do desempenho global da DGS, especialmente em matérias de modernização e simplificação administrativas;
- ✓ Promover e assegurar a organização e o funcionamento das áreas de recursos humanos, financeiros e patrimoniais e, ainda, das áreas de formação, jurídica, documentação, informática e de expediente.

#### Objectivos

- ✓ Reorganizar o arquivo geral da Direcção-Geral da Saúde;
- ✓ Execução do PRACE;
- ✓ Elaborar os orçamentos de funcionamento e de investimento e apresentar a conta de gerência.

#### Divisões

A DSA é composta pela Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

### 8.7.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Assegurar a aplicação e conhecimento das normas e informação relativa a recursos humanos	Elaborar o balanço social	Balanço Social	M <sup>a</sup> Lourdes Nogueira da Silva Ana Reis	X	
	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades da DGS	Plano e Relatório de Actividades	M <sup>a</sup> Lourdes Nogueira da Silva Ana Reis	X	
	Executar os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público do pessoal		Nina de Sousa Santos M <sup>a</sup> José Évora M <sup>a</sup> Paula Coelho Judite Sequeira	X	
	Manter actualizada a Base de Dados da Administração Pública (BDAP)		M <sup>a</sup> José Évora M <sup>a</sup> Paula Coelho Judite Sequeira	X	
	Processar os vencimentos, ajudas de custo, horas extraordinárias e outros abonos e respectivo lançamento no Sistema de Recursos Humanos (SRH)		Secção de Pessoal e Expediente	X	
Formação Interna	Plano de formação interna Velar pela execução das acções de formação previstas no Plano Preparar candidatura ao POPH	Formação Interna	Nina Sousa Santos	X	

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Assegurar o conhecimento sistemático da informação relativa aos recursos humanos	Certificar o funcionamento do sistema informático de registo, controlo, distribuição e pesquisa de correspondência		Nina Sousa Santos José Augusto Marcelino Marta Sampaio Albertina Martins Cecília Cordeiro		
Elaborar os orçamentos de funcionamento e de investimento e apresentar a conta de gerência	Elaborar o projecto de Orçamento e Conta de Gerência da Direcção-Geral	Orçamento e Conta de Gerência	Secção de Contabilidade	X	
	Controlar, gerir e executar os orçamentos de funcionamento, PIDDAC e os vários projectos nacionais e co-financiados		Secção de Contabilidade	X	
	Verificar o enquadramento legal de todas as propostas de despesa, sua classificação, cabimentação, registo e emissão de folhas referentes às facturas	Propostas e respectivos procedimentos legais	Secção de Contabilidade Secção de Aprovisionamento e Património	X	
	Processamento e liquidação das despesas		Secção de Contabilidade	X	
	Efectuar os registos contabilísticos legais (SIC)		Secção de Contabilidade	X	
	Movimentação, escrituração e reconstituição do Fundo de Maneio		Secção de Contabilidade	X	
	Organizar e manter actualizada uma contabilidade analítica para o adequado controlo de custos		Secção de Contabilidade	X	
Executar os procedimentos para a aquisição de bens e serviços e assegurar a gestão dos bens consumíveis, bem como preparar e executar os contratos de fornecimento de serviços, nomeadamente, de aluguer, assistência técnica de manutenção de equipamentos	Organizar os processos de aquisições de bens e serviços		Secção de Aprovisionamento e Património	X	
	Gerir o cadastro e inventário dos bens, assim como assegurar a manutenção, conservação e segurança das instalações e dos equipamentos			X	
	Prestar apoio técnico no domínio da reengenharia de procedimentos no âmbito de programas e projectos sob coordenação e responsabilidade das unidades funcionais intermédias			X	
	Planificar e gerir os recursos informáticos e de comunicações internos			Núcleo de Apoio à Informática	X

### DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS (DGR)

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Reorganização do arquivo	Elaboração do projecto de reorganização do arquivo	Projecto	Nina de Sousa Santos Judite Sequeira	X	
	Realização de inventários da documentação arquivada por assunto ou unidade orgânica	Inventários produzidos	Luis Coelho Rosa Pedrosa Olga Polónia	X	
	Identificação e eliminação da documentação considerada desnecessária, por assunto ou por unidade orgânica, neste caso com a sua colaboração	Autos de eliminação	Nina de Sousa Santos	X	
	Reorganização do espaço destinado ao arquivo	Criação de novos locais identificados	Judite Sequeira	X	
	Divulgação das regras existentes para utilização do arquivo	Circular ou nota de comunicação informal	Nina de Sousa Santos Judite Sequeira	X	
Execução do PRACE	Análise das questões emergentes do Prace	Informações	Nina de Sousa Santos	X	
	Aplicação dos métodos de selecção	Informações	M <sup>ª</sup> José Évora M <sup>ª</sup> Paula Coelho	X	
	Análise das respostas enviadas em sede de audiência prévia	Informações e respostas	Nina de Sousa Santos	X	
	Elaboração dos procedimentos com vista à aprovação lista nominativa do pessoal a colocar em situação de mobilidade especial	Lista publicada em DR	M <sup>ª</sup> José Évora M <sup>ª</sup> Paula Coelho Judite Sequeira	X	
	Apoio à redistribuição dos recursos humanos pelas unidades orgânicas	Informações e propostas	Nina de Sousa Santos	X	

				Sim	Não
Apoio jurídico à Lei do Tabaco	Realização de sessões de esclarecimento públicas	Nº de sessões realizadas	Nina de Sousa Santos	X	
	Elaboração de pareceres sobre questões controvertidas	Pareceres		X	
	Apoio na relação com a comunicação social	Nº de artigos, notícias e entrevistas		X	
	Elaboração de respostas a pedidos de esclarecimento	N.º de respostas		X	
	Encaminhamento de denúncias para a ASAE	N.º de denúncias encaminhadas		X	

### 8.7.3. Avaliação Qualitativa

A Direcção de Serviços de Administração, no âmbito das suas competências atingiu cabalmente a taxa de execução das actividades e produtos planeados.

De todas as actividades desenvolvidas merecem especial destaque, para além do apoio transversal ao desempenho global da Direcção-Geral da Saúde, as actividades abaixo referidas:

- ✓ Execução do PRACE;
- ✓ Execução de todos os procedimentos legais com vista à mobilidade especial de trabalhadores;
- ✓ Preparação da listagem com vista à atribuição de prémios de desempenho e de posicionamentos remuneratórios;
- ✓ Lançamento do processo de reorganização do arquivo;
- ✓ Elaboração atempada do orçamento de funcionamento para 2009 e apresentação de candidaturas para financiamento PIDDAC e QREN;
- ✓ Preparação e conclusão de 562 processos de aquisição de serviços, sendo que 546 foram ajustes directos, 13 consultas prévias e 3 processos de negociação sem publicação prévia de anúncio;
- ✓ Melhorias nas instalações da DGS quer a nível de manutenção e conservação quer de apetrechamento;

A concretização de todas as actividades programadas e não programadas só foi possível com o esforço, empenhamento e dedicação de todos quantos exercem funções nesta Direcção de Serviços.

A Directora de Serviços de Administração

Maria de Lourdes Nogueira da Silva

## 8.8. Unidade de Apoio ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS)



### 8.8.1. Competências e Objectivos

#### Competências

- ✓ Gerir e acompanhar a execução das actividades prestadas no âmbito do CASNS;
- ✓ Determinar a realização de inspecções e auditorias à actividade realizada pelo CASNS;
- ✓ Promover a articulação e incentivar a qualidade da resposta dos prestadores de cuidados de saúde do SNS;
- ✓ Assegurar a articulação com os serviços/estruturas centrais do Ministério da Saúde responsáveis por intervenções directas no CASNS.

#### Objectivos

- ✓ Produzir relatórios periódicos (mensais e semestrais) de monitorização da actividade prestada pelo CASNS;
- ✓ Definir procedimentos de avaliação periódica dos conteúdos dos protocolos de triagem, aconselhamento e encaminhamento para eventual revisão/actualização;
- ✓ Elaborar informação da actividade do CASNS para os prestadores de cuidados de saúde com interesse para a melhoria da resposta assistencial;
- ✓ Preparar informação para os colaboradores do CASNS manterem/actualizarem a informação geral de saúde necessária à qualidade da resposta do CASNS;
- ✓ Avaliar o impacto da adesão dos utentes às orientações do CA e caracterizar o seu grau de satisfação para promover os ajustamentos necessários ao cumprimento da finalidade do CASNS.

### 8.8.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Administrar as actividades do CASNS segundo o Contrato de Prestação de Serviços	Gestão e acompanhamento da execução das actividades prestadas no âmbito do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS)	Relatórios Reuniões		X	
Elaborar relatórios periódicos (mensais e semestrais) de nível de serviço para monitorização da actividade prestada pela Operadora	Avaliação dos níveis de serviço para apuramento da remuneração mensal a efectuar à Operadora	Auditorias Facturação		X	
	Análise e avaliação dos relatórios periódicos produzidos pela Operadora relativos à sua actividade	Análise e avaliação dos relatórios		X	
	Elaboração de pareceres/ propostas para modificação do Contrato ou dos termos concretos da sua execução	Elaboração de pareceres		X	
Estabelecer procedimentos de avaliação e controlo da actividade realizada pelo CASNS	Atendimento das reclamações e sugestões dos utentes como fonte de informação para a melhoria contínua	Reclamações e sugestões dos utentes		X	
	Análise e validação do processo de avaliação do grau de satisfação dos utentes do CASNS	Inquérito de satisfação		X	
	Avaliação do impacto dos serviços do CASNS nos serviços prestadores de cuidados de saúde	Reuniões Auditorias e-Mail		X	
	Divulgação de informação da actividade do CASNS aos prestadores de cuidados de saúde com interesse para a melhoria na resposta assistencial	e-Mail		X	
Fomentar a qualidade da informação assegurada pelos colaboradores do CA para adequada resposta do CA	Incentivo à actualização da informação geral de saúde inserta no Portal	Reuniões e-Mail		X	
	Preparação, sempre que necessário, de informação relativa a regras de encaminhamento dos utentes no SNS	Relatórios		X	
	Assegurar a articulação com os serviços/estruturas centrais do Ministério da Saúde responsáveis por intervenções directas no CASNS	Reuniões		X	

### 8.8.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

Grupos de Trabalho em que representa a DGS:

- Grupo operacional da Saúde no âmbito do Plano de Contingência para as Ondas de Calor
- Comissão Nacional de controlo da Dor
- *Chief Nursing Officer*

#### **8.8.4. Avaliação Qualitativa**

A Unidade de Apoio ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS) realizou a monitorização e avaliação das actividades programadas no âmbito da gestão da Parceria e das actividades prestadas pela Operadora.

Continuou a assegurar a qualidade da informação dos serviços prestadores, em tempo útil, através da actualização da informação para a boa prestação do Centro de Atendimento, quer no encaminhamento quer na informação geral de saúde.

Foi possível atingir os objectivos propostos podendo assegurar a eficácia e a qualidade do atendimento.

Coordenador da Unidade de Apoio  
Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde

Sérgio Gomes

## 8.9. Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional (ASN)



Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional

### 8.9.1. Competências e Objectivos

#### Competências

- ✓ Direcção e supervisão da actividade das autoridades de saúde, de acordo com a lei e as instruções superiormente emanadas;
- ✓ Mobilização, coordenação e utilização dos meios disponíveis, ainda que de estabelecimentos de saúde em actividade privada;
- ✓ Propor regras de acordo com a legislação em vigor, relativas a inspecções e condições médicas de aptidão para a condução de veículos automóveis;
- ✓ Proceder à análise de recursos de juntas médicas para avaliação de incapacidade dos deficientes, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei;
- ✓ Dar apoio à comissão de normalização e acompanhamento das avaliações de incapacidade, prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 174/97 de 19 de Julho.

#### Objectivos

- ✓ Contribuir para o fortalecimento da rede de Delegados de Saúde, tendo em atenção a aplicação de novas tecnologias e a reconfiguração dos Centros de Saúde;
- ✓ Assegurar a qualidade das actividades das autoridades de saúde, incluindo a apreciação de recursos;
- ✓ Conduzir a reestruturação dos serviços de saúde pública, incluindo a regulamentação da Base XIX, da Lei de Bases da Saúde, referente às autoridades de saúde;
- ✓ Desenvolver iniciativas que visam a implementação, em Portugal, do Regulamento Sanitário Internacional.

## 8.9.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Conduzir a reestruturação dos serviços de saúde pública, incluindo a regulamentação da Base XIX, da Lei de Bases da Saúde, referente às autoridades de saúde	Adoptar medidas legislativas face a novos enquadramentos das organizações de saúde	Alterar o diploma das Autoridades de Saúde (DL 336/ 93, 29 Setembro), que carece de ajustamentos face à realidade actual e aos novos desafios no contexto nacional e internacional		X	
	Rever a legislação da saúde pública no sentido da sua modernização, eficiência e eficácia e orientada para o desenvolvimento da vigilância epidemiológica e identificação de factores sociais e ambientais que afectem a vida das populações, bem como a monitorização de programas de saúde visando mais ganhos em saúde	Alterar o DL 286/99, de 27 Julho, no sentido de o adoptar às mudanças legislativas de reorganização do SNS, decorrentes do PRACE		X	
		Alterar o DL 220/96, 23 Outubro, por força da aplicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais		X	
	Rever a legislação sobre Taxas Sanitárias	Alterar os diplomas referentes a taxas sanitárias que se encontram desactualizados (um dos quais remonta a 1924)			(*)
		Introduzir um novo modelo de identificação e definição de serviços prestados no âmbito da saúde pública, a que corresponda valores mais ajustados à realidade sócio-económica nacional			
Rever a legislação sobre Prevenção e Controlo das Doenças Transmissíveis/ Vigilância Epidemiológica	Alterar a Lei nº 2036, /96, 9 de Agosto 1949		X		
Contribuir para o fortalecimento da rede de Delegados de Saúde, tendo em atenção a aplicação de novas tecnologias e a reconfiguração dos Centros de Saúde em Agrupamentos (ACES)	Introduzir uma cultura e prática de diálogo Promover a articulação dos vários centros de decisão - DGS / ARS's / Delegados Regionais /Autoridades de Saúde Dinamizar a actuação das autoridades de saúde no âmbito da vigilância epidemiológica e das acções de prevenção e controlo de doenças transmissíveis e não transmissíveis	Reuniões		X	
Assegurar a qualidade das actividades das autoridades de saúde, incluindo a apreciação de recursos	Promover uma resposta mais atempada da análise dos recursos Implementar o Sistema de Informação para Suporte das Juntas Implementar o Sistema de Informação para Suporte das Juntas Médicas de Incapacidades – JMI, com ligação ao SINUS, de molde a permitir maior celeridade na marcação de juntas, e na organização administrativa, bem como melhorar o acesso aos cidadãos Introduzir uma acção / projecto de melhoria com base na análise dos recursos / reclamações dos cidadãos Monitorizar as reclamações / recursos a fim de avaliar o grau de satisfação dos cidadãos	Diminuição dos prazos de apreciação de recursos (mais de um ano para menos 6 meses)  Identificação de Centros de Saúde Piloto com vista à implementação do Sistema de Informação		X	X
Desenvolver iniciativas que visam a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)	Publicação de brochura RSI Monitorizar a aplicação do RSI nos portos e aeroportos; Dinamizar a criação de estruturas nos portos que cumpram os requisitos previstos no Anexo 1 do RSI; Adoptar os modelos de certificados previstos no RSI	Reuniões para acompanhamento , monitorização, dinamização do RSI nos Portos (10) e Aeroportos (3) designados Visita aos Portos designados Certificados de Isenção e Controlo Sanitário de Navio Declaração Marítima de Saúde Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia		X	
	Acompanhar a elaboração de planos de contingência	Reuniões para a elaboração dos planos de contingência		X	

Dinamizar acções de formação para autoridades de saúde e técnicos de saúde ambientais  Promover acções de formação para inspectores sanitários	Acção "Sanidade Internacional-RSI" (DGS/ ARSNorte) 1 Nacional e 1 internacional (PALOP'S)			
--	---	--	--	--

(\*) Em curso

### 8.9.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

Grupos de Trabalho em que representa a DGS:

- Grupo de Trabalho Interministerial para aplicação do: Regulamento Sanitário Internacional
- Grupo de Trabalho Interministerial para Alteração do Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir
- Grupo de Trabalho Interministerial para Implementação do Sistema Informático de Controlo dos Meios de Transporte e de Mercadorias – SDS
- Centro Nacional Coordenador Marítimo (CNCM)
- Grupo de Trabalho da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
- Grupo de Trabalho da Segurança Social (CIT)
- Grupo de Trabalho da Autoridade Nacional de Protecção Civil

### Órgãos, Comissões e Grupos de Trabalho em que a DGS representou o Ministério da Saúde:

- National Local Point do IHR- International Health Regulations (RSI - Regulamento Sanitário Internacional)
- Expert Group to Harmonize Technical Advice and to Develop Training Materials for Inspection and Issuance of Ship Sanitation Certificates - OMS
- ShipSan Project
- Grupo de Trabalho Interministerial de Reformulação do Processo de Licenciamento Industrial

### 8.9.4. Avaliação Qualitativa

O ano de 2008 representou um esforço claro no sentido de, com os recursos existentes, dar resposta atempada às atribuições da Unidade.

Elaborou-se e acompanhou-se os anteprojectos de alteração dos diplomas estruturantes da saúde pública.

Reforçou-se a articulação e diálogo com os delegados regionais e demais autoridades de saúde.

Deu-se um especial enfoque na diminuição do prazo de resposta (de mais de um ano para menos de seis meses) aos recursos de processos de juntas médicas para avaliação de incapacidades e condutores e de juntas de verificação.

Promoveu-se a melhoria da qualidade de atendimento dos serviços e cidadãos, através de uma maior adequação das respostas às necessidades e expectativas dos mesmos.

Assegurou-se o cumprimento das obrigações impostas pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI), através de comunicação do trabalho desenvolvido no sentido da articulação e coordenação com instituições europeias e outras.

Desenvolveu-se, em colaboração com a OMS, um projecto de formação de inspectores sanitários para os países da CPLP, visando a implementação do RSI.

A nossa actuação, apesar dos constrangimentos vivenciados no último ano, é o resultado do trabalho de uma equipa multidisciplinar, dinâmica e imbuída de espírito de missão.

Salienta-se, contudo, a necessidade imperiosa de reajustar os recursos humanos e materiais qualitativamente mais capazes para assegurar as rotinas das actividades desta Unidade e sobretudo suportar projectos relativos a actividades futuras que se pretendem desenvolver.

Chefe da Unidade de Apoio  
Autoridade de Saúde Nacional

Maria do Céu Madeira

## 8.10. Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública (UESP)



### 8.10.1. Competências e Objectivos

#### Competências

- ✓ Assegurar a manutenção permanente da recolha de dados através de múltiplas fontes informativas sobre situações de morbilidade, mortalidade e fenómenos de saúde inesperados
- ✓ Assegurar a plataforma de comunicação nas situações de identificação de crise de saúde pública face a alertas nacionais ou internacionais.

#### Objectivos

- ✓ Assegurar a recolha permanente de dados através de múltiplas fontes informativas disponíveis, sobre situações anormais de morbilidade e mortalidade, à escala nacional e internacional, bem como de outros fenómenos inesperados, com especial incidência na saúde pública;
- ✓ Proceder ao tratamento e análise dos dados/informação em cooperação, sempre que necessário, com outras unidades orgânicas desta Direcção-Geral, nomeadamente:  
Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde (Divisão de Saúde Ambiental e Divisão de Informação, Comunicação e Educação para a Saúde);  
Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde (Divisão de Prevenção e Controlo da Doença);  
Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde;  
Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose.
- ✓ Proceder à avaliação de risco a partir do adequado tratamento dos dados/ informação e consequente identificação dos alertas;
- ✓ Assegurar a comunicação dos alertas às Autoridades Sanitárias competentes e/ou à população, nomeadamente quando exprimem situações de alerta nacionais ou internacionais, traduzindo possíveis crises de Saúde Pública. De acordo com esta avaliação de risco poderá esta Direcção-Geral trabalhar em estreita cooperação com outras Instituições, nomeadamente:  
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA)

Administrações Regionais de Saúde (ARS)

Serviços de Saúde Pública (SSP)

Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED)

- ✓ Avaliar e fortalecer a capacidade de resposta a situações de risco, reforçar a colaboração com outros países europeus e Redes de Saúde Europeias, de modo a estabelecer-se regras, métodos e atitudes homogêneas de trabalho, sem lacunas, atitudes estas conducentes a regras de boas práticas.

### 8.10.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
Pesquisar activamente dados e informações para a detecção de fenómenos de saúde que possam constituir sinais de perigo para a Saúde Pública	Pesquisa de dados e informações necessárias		UESP	X	
Elaborar diária e semanalmente os respectivos relatórios	Elaboração diária e semanal de relatórios	Elaboração e divulgação dos boletins de alerta (diário e semanal)	UESP	X	
Promover a validação dos sinais no sentido de verificar se configuram Alertas de Saúde Pública	Validação de "Sinais" que se configurem como Alertas de Saúde Pública		UESP	X	
Assegurar os mecanismos necessários para a comunicação de risco	Verificação dos mecanismos necessários para a comunicação do risco		UESP	X	
Assegurar os mecanismos necessários para a comunicação das medidas a serem adoptadas em situação de crise para a Saúde Pública	Verificação dos mecanismos necessários para a comunicação das medidas a serem adoptadas em situação de crise para a Saúde Pública		UESP	X	
Assegurar o funcionamento das necessárias plataformas de comunicação	Certificação do funcionamento das necessárias plataformas de comunicação		UESP	X	
Assessorar o Director-Geral da Saúde e demais serviços da DGS nas suas funções de gestão de risco	Assessorar o Director-Geral		UESP	X	

### 8.10.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde

Grupos de Trabalho em que representou a DGS:

- Health Security Committee, como expert no grupo de Generic Preparedness Response
- Membro suplente do Conselho de Administração do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC)

#### 8.10.4. Avaliação Qualitativa

A UESP conseguiu no período acima considerado e tal como decorre das suas competências, manter as rotinas anteriormente fixadas, bem como as metodologias de trabalho tendentes a garantir a recolha permanente de dados susceptíveis de poderem fundamentar o diagnóstico sobre as situações de Saúde Pública que à UESP compete vigiar.

O número de elementos afectos a esta Unidade foi reduzido para 5, por razões imperativas, tendo a UESP concretizado as suas actividades face à inexistência de um secretariado. Os elementos restantes mantiveram a recolha da informação relevante nas múltiplas fontes disponíveis, com vigilância especificamente dirigida aos eventuais alertas nos planos de morbilidade, mortalidade e fenómenos de saúde pública inesperados.

Como referido no ano transacto, continua – se há espera que três dos outros elementos afectos à UESP possam concentrar-se inteiramente e apenas às diferentes tarefas da Unidade, abandonando funções que ainda decorrem do seu anterior estatuto (anterior à Lei Orgânica), contribuindo assim para uma ainda maior eficácia da Unidade.

Graças ao trabalho desenvolvido, dispõe hoje a DGS de meios de comunicação permanente com as autoridades sanitárias nacionais e internacionais, no que respeita às situações de identificação de crises de saúde pública, cuja eficácia foi reconhecida a nível europeu, pelo Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC).

A UESP participou com informação recolhida nos Planos Contingência Ondas de Calor.

A UESP participou ainda em exercícios de âmbito nacional e internacional, tais como:

- Em 29 e 30 de Maio de 2008, apoiando a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), no Plano de Contingência de Catástrofe.
- Em 7 e 8 de Outubro, a UESP participou no exercício de âmbito europeu, AEOLUS, promovido pela Direcção-Geral da Saúde e dos Consumidores (DGSanco), da Comissão Europeia (CE). Tratou-se de um “*Command Post Exercise*” (CPX), conduzido pela *Health Protection Agency* (HPA), e com a participação dos Estados-Membros da União Europeia (EM), os países da *European Economic Area* (Islândia, Liechtenstein, Noruega) e a Suíça.
- De 4 a 6 de Novembro, apoiou a ANPC, num exercício internacional em França, região do Var.

A UESP criou uma **BOLSA de CONTACTOS** de PERITOS para Missões Humanitárias, disponível para a DGS.

A UESP participou em 18 e 19 Março de 2008, como membro suplente, no Conselho de Administração do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC).

A UESP participou nas reuniões do Health Security Committee (*GPP*), no Luxemburgo em: 5 e 6 de Março e 17 de Outubro de 2008.

A UESP participou no Encontro anual do ECDC (*Competent bodies for threat detection*) em 28 e 29 de Outubro de 2008.

A UESP participou em diversas teleconferências e videoconferências, não contabilizadas, a nível nacional com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e também a nível internacional com a DGSanco, no Luxemburgo e com o ECDC em Estocolmo, a par de vários outros países europeus.

Chefe da Unidade de Apoio  
Emergências de Saúde Pública

Arlinda Frota

## 8.11. Programa Nacional de Saúde Sexual reprodutiva (PNSSR)



### 8.11.1. Objectivos

Promover o acesso e a qualidade dos cuidados em Saúde Reprodutiva tendo em vista o cumprimento do PNS, no âmbito do Despacho nº 15304/2007, de 12 de Julho, do Ministro da Saúde.

### 8.11.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Responsáveis	Execução	
			Sim	Não
Reforçar a oferta de cuidados de SR, no SNS, designadamente assegurando a dotação de contraceptivos, agilizando o processo de disponibilização dos mesmos	Realização do concurso nacional para aquisição de contraceptivos Implementação da gestão informatizada de contraceptivos nos CS	L. Vicente A. Órfão A. Henriques	X	
Melhorar o acesso aos cuidados de SSR	Implementação da rede de cuidados em infertilidade Implementação da rede de Cantinhos Amamentação Desenvolvimento do processo de contratualização em DPN	T. Ventura B. Calado A. Órfão A. Henriques B. Calado A. Henriques	X	
Investir na preparação técnica dos profissionais nas diversas áreas da SSR	Revisão e edição das OT de PF Edição das OT de Infertilidade Acções de formação em infertilidade (pelo menos 3)	B. Calado T. Ventura A. Henriques T. Ventura A. Henriques B. Calado	X	
Assegurar formas mais flexíveis de intervenção junto de grupos específicos	Criação de um site específico para SSR Monitorização das Unidades Móveis	L. Vicente A. Henriques B. Calado A. Henriques	X	
Manter e reforçar a monitorização e a avaliação periódica	Monitorização das IVG – relatório Monitorização das complicações da IG – relatório Avaliação das actividades de PF – relatório Estudo epidemiológico dos óbitos no período perinatal alargado – relatório Estudo epidemiológico das Mortes Maternas – relatório	B. Calado  T. Ventura B. Calado A. Órfão	X	
	Monitorização das taxas de aleitamento materno – relatório		X	
Desenvolver iniciativas em cooperação com outros sectores da AP e sociedade civil	Implementação do projecto Nascer Cidadão (última fase) Desenvolvimento de um Plano Nacional de Combate a Mutilação Genital	B. Calado A. Órfão L. Vicente	X	

### **8.11.3. Participação em Grupos de Trabalho, Comissões e Representações do Ministério da Saúde**

Grupos de Trabalho em que representou a DGS:

- Comissão Técnica Nacional de DPN
- Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal
- Grupo de Trabalho “Contratualização em DPN”, com ACSS
- Projecto “Nascer Cidadão”, com Ministério da Justiça
- Projecto “Pelo sonho é que vamos”, com CESIS
- Grupo de Trabalho para Implementação da Rede de Serviços de Cuidados em Infertilidade
- Focal point para a Saúde Reprodutiva junto da OMS
- Projecto “Nascer Cidadão”, com Ministério da Justiça e ISS
- Grupo de Trabalho para execução do Concurso Nacional de Aquisição de Contraceptivos com ACSS
- Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mutilação Genital Feminina
- Comissão Técnica Nacional de Vacinação
- Grupo de Trabalho para Implementação da Rede de Serviços de Cuidados em Infertilidade
- Grupo de Trabalho para Implementação da Rede de Serviços de Cuidados em Infertilidade
- Projecto “Pelo sonho é que vamos”, com CESIS

## 8.12. Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose



Programa Nacional de Luta  
Contra a Tuberculose

### 8.12.1. Objectivos

#### Objectivos

- ✓ Gestão do Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose
- ✓ Objectivos operacionais:
- ✓ Análise e partilha do conhecimento sobre TB;
- ✓ Avaliação do sucesso terapêutico;
- ✓ Controlo de TB Multirresistente;
- ✓ Controlo da TB em Populações Vulneráveis em Risco- Infecção Hospitalar;
- ✓ Controlo da TB em Populações Vulneráveis em Risco – TB nas prisões;
- ✓ Controlo da TB em Populações vulneráveis em risco – TB em VIH +

Redução de morbilidade e mortalidade por TB nas pessoas com VIH.

### 8.12.2. Execução das Actividades

Objectivos	Actividades e Procedimentos	Produtos	Responsáveis	Execução	
				Sim	Não
DOTS - Análise e partilha do conhecimento sobre TB	Relatório da epidemiologia de TB e do desempenho do PNT	Publicação na Internet Relatório ao ECDC	Fonseca Antunes Inez Galvão	X	
DOTS - Avaliação do sucesso terapêutico	Avaliação dos resultados do tratamento nas coortes 2006 e 2005 (MR)	Avaliação definitiva e relatório ao ECDC	Fonseca Antunes Inez Galvão	X	
Controlo de TB Multirresistente	Implementação dos Centros de referência regionais para a TBMR	Instalação e Regulamentação nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores	Fonseca Antunes Miguel Villar	X	
Controlo da TB Multirresistente	Estudo da prevalência da TBMR	Relatório final	Fonseca Antunes Miguel Villar	X	
Controlo da TB em populações vulneráveis em risco - Infecção Hospitalar	Levantamento da capacidade instalada de isolamento hospitalar	Relatório	Fonseca Antunes	X	
Controlo da TB em populações vulneráveis em risco - TB nas prisões	Elaboração do Plano de Acção para as Prisões	Relatório de Progressos	Fonseca Antunes Graça Poças	X	
Controlo da TB em populações vulneráveis em risco – TB em VIH + Redução de morbilidade e mortalidade por TB nas pessoas com VIH	Implementação de protocolos de procedimentos nos serviços prestadores de cuidados à VIH/SIDA	Implementação e divulgação	Raquel Duarte	X	

### 8.12.3. Avaliação Qualitativa

Em face dos resultados das avaliações sucessivas e no enquadramento do Plano Nacional de Saúde, o PNT definiu, em 2007, as áreas prioritárias para 2007-2008:

1. - TB MR, intervenção para a sua eliminação como problema de saúde pública;
2. - DOTS, consolidação e expansão da Estratégia;
3. - TB/VIH, actividades colaborativas.

TB MR – foi definida uma estratégia específica para o controlo da TB MR e criado o Centro de Referência Nacional para a sua implementação, que se tem vindo a concretizar pela intervenção programática em quatro frentes:

1. Qualificação nos cuidados;
2. Implementação de testes rápidos de diagnóstico;
3. Medidas de controlo de infecção;
4. Sistema específico de vigilância epidemiológica e monitorização dos resultados.

No âmbito da qualificação dos cuidados, a acção do Centro de Referência Nacional salda-se já por uma melhoria evidente da taxa de sucesso terapêutico, do número de casos de TB-MR contagiosos em prevalência. Aguarda-se a curto prazo o início de actividade de centros de referência regionais para garantir o tratamento sob os princípios da estratégia DOTS-plus.

Estratégia DOTS – foi feito um apelo às ARSs para que participassem num modelo de definição da infra-estrutura e de planos regionais a curto prazo como medida cautelar para assegurar a implementação dos componentes técnicos básicos da Estratégia DOTS, sem prejuízo da reforma dos serviços de saúde em curso. A performance destes componentes técnicos é determinante para continuar a reduzir a incidência e conter a resistência. A resposta dos Conselhos Directivos das ARSs foi pronta, tornando-se assim explícito o compromisso político, primeira condição da DOTS.

TB/VIH – O estabelecimento de um corpo de coordenação comum e de práticas de colaboração programática é um imperativo pela enorme sobreposição das duas epidemias no país. Os trabalhos conjuntos produziram já uma orientação técnica relativa ao rastreio do VIH em todos os tuberculosos, e está para publicação um conjunto de normas consensuais para a profilaxia e tratamento da TB nas pessoas infectadas pelo VIH.

Para 2009, além das três áreas prioritárias referidas, o PNT elege como assunto de elevado interesse programático a TB Latente, principalmente nas vertentes dos testes de diagnóstico e critérios de tratamento. Neste sentido, está em curso a instalação de uma rede nacional de testes IGRA (Interferon Gamma Release Assay).

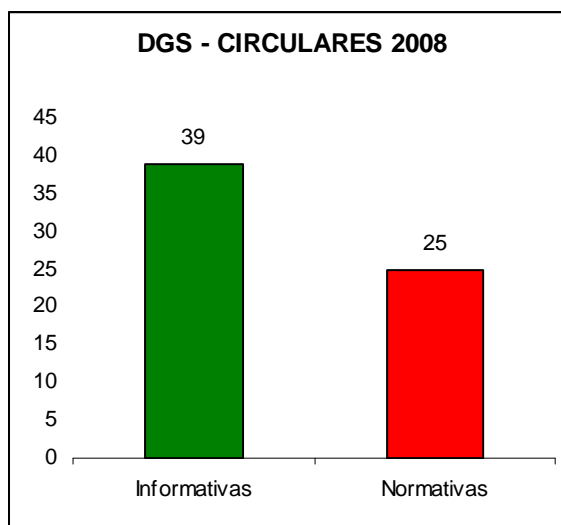
Coordenador do Programa  
Nacional de Luta contra a Tuberculose

António Fonseca Antunes

## 9. Circulares Informativas e Normativas

No ano de 2008 foram elaboradas **64** **Circulares**: 39 (60,9%) Circulares Informativas e 25 (39,1%) Circulares Normativas. As Circulares tiveram como destinatários os principais *player's* da Saúde: Unidades e Autoridades de Saúde, ARS's, Direcções Regionais de Saúde, Hospitais, Centros de Saúde, Profissionais de saúde do SNS, entre outros.

As Circulares encontram-se disponíveis para consulta no site da DGS ([www.dgs.pt](http://www.dgs.pt))



### CIRCULARES INFORMATIVAS

Número	Data	Assunto	Destinatários
01/DSCS/DSQC	29/01/2008	Manual de Boas Práticas na Asma	Médicos e enfermeiros
02/DSCS/DPSC	08/02/2008	Seminário de divulgação dos resultados do Estudo de Construção de Referenciais de Competências de apoio à implementação de Programas Nacionais de Saúde	Estabelecimentos de Saúde Unidades de Formação
03/DSPPS/DICES	21/02/2008	I Congresso Nacional sobre Estilos de Vida Promotores de Saúde - Viana do Castelo, 5, 6 e 7 de Junho de 2008	Estabelecimentos de saúde
04/DSPPS/DCVAE	27/02/2008	Alargamento do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral: Grávidas e Idosos beneficiários do complemento solidário	Divulgação externa
05/DIR	28/02/2008	Logótipo da DGS	Dirigentes e Chefias da DGS
06/DSCS/DGID	28/02/2008	Esclarecimentos sobre as alterações efectuadas no clausulado tipo da convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise (publicado no Diário da República, n.º 35, Série II, de 19 de Fevereiro de 2008)	ARS's
07/DSCS/DPSC	29/02/2008	II Programa de Saúde (2008/2013), Jornadas Informativas	Estabelecimentos de Saúde
08/DSCS/DGID	11/03/2008	Plataforma de Gestão Integrada da Doença	Todas as Unidades de Diálise
09/DSCS/DPCD/DSQC	24/03/2008	Utilização dos medicamentos opióides fortes na dor crónica não oncológica	Médicos do SNS
10/DIR	24/03/2008	Epidemia de dengue no Rio de Janeiro	Médicos do SNS
11/DIR	26/03/2008	Abordagem clínica perante casos suspeitos de dengue	Todos os médicos
12/DSCS/DPCD/DSQC	01/04/2008	Orientação Técnica para a utilização da absorciometria radiológica de dupla energia (DEXA)	Médicos do SNS
13/DSCS/DPCD/DSQC	01/04/2008	Orientação técnica sobre suplemento de Cálcio e Vitamina D em pessoas idosas	Médicos e enfermeiros SNS
14/DSA/DGR	02/04/2008	Definição dos universos dos funcionários que exercem funções na Direcção-Geral da Saúde que poderão beneficiar da atribuição de prémios de desempenho. Delimitação do montante orçamental a atribuir a cada universo	Divulgação interna e publicação no site da DGS

### CIRCULARES INFORMATIVAS (continuação)

Número	Data	Assunto	Destinatários
15/DSCS/DSA	02/04/2008	Guia da Pessoa com Diabetes	ARS's

16/DSQC/DSC	06/05/2008	Programa Nacional de Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos	ARS's
17/DSPPS/DICES	16/05/2008	Programa – tipo de actuação em cessação tabágica	Profissionais de Saúde SNS
18/DSCS/DPSC	04/06/2008	Centros de Reflexão	Divulgação externa
19/SR	07/07/2008	Preenchimento do modelo de certificação médica do tempo de gravidez para efeitos do pagamento do abono pré-natal	Todos os estabelecimentos de saúde
20/DSCS/DPSC	06/08/2008	Estudo de Construção de Referenciais de Competências de apoio à implementação de Programas Nacionais	Divulgação externa
21/DA	07/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações sobre vestuário apropriado em períodos de temperaturas elevadas	Todos os estabelecimentos de saúde
22/DA	08/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para Turistas	Todos os estabelecimentos de saúde
23/DA	08/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para Creches e Infantários	Todos os estabelecimentos de saúde
24/DA	08/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para estabelecimentos de acolhimento de Idosos	Todos os estabelecimentos de saúde
25/DA	08/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para responsáveis pelo apoio a pessoas sem abrigo	Todos os estabelecimentos de saúde
26/DA	08/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para trabalhadores	Todos os estabelecimentos de saúde
27/DSCS/DPSC	11/08/2008	Mestrado em Infecção em Cuidados de Saúde – Divulgação	ARS e Hospitais do SNS
28/DA	13/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para Turistas	Todos os estabelecimentos de saúde
29/DA	18/08/2008	Plano de contingência para as ondas de calor – 2008 – recomendações para insuficientes renais	Todos os estabelecimentos de saúde
30/DSCS/DPCD	25/09/2008	Vacinação contra a gripe sazonal em 2008/2009	Todos os médicos, enfermeiros e farmacêuticos
31/DSCS/DPCD	15/10/2008	Manuais de Boas Práticas na Vigilância da Diabetes nas Administrações Regionais de Saúde de Centros de Saúde	ARS's e Directores de Centros de Saúde
32/SR	17/11/2008	Divulgação do Projecto "Nascer Cidadão"	ARS's e todos os profissionais de saúde que exerçam actividade na área da Saúde Reprodutiva
33/DSCS	19/11/2008	Orientação Técnica sobre Tratamento Farmacológico da Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC)	Todos os médicos
34/DSCS	19/11/2008	Orientação Técnica sobre Exacerbações da Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC)	Todos os médicos
35/DSQC/DSC	12/12/2008	Avaliação do risco para a Úlcera de Pressão – Escala de Risco de Braden	Todas as Unidades de Saúde
36/DA	17/12/2008	Comunicação de risco associado a linhas de transporte de energia	ARS's e delegados Regionais de Saúde
37/DA	17/12/2008	Linhas de transporte de energia e perigos para a saúde	ARS's e delegados Regionais de Saúde
38/DSPPS/DCVAE	17/12/2008	Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral - Material de apoio à Promoção da Saúde Oral - Videograma "A escovagem é importante! A escovagem é fixe!"	Todos os serviços do SNS
39/DSA/DGR	31/12/2008	Transferência de documentação para o arquivo intermédio da DGS	Divulgação interna

### CIRCULARES NORMATIVAS

Número	Data	Assunto	Destinatários
01/DSCS/DGID	25/01/2008	Gestão Integrada da Doença Renal Crónica – Metas e Objectivos para Monitorização de Resultados em Diálise	Unidades de Diálise

02/DSCS/DGID	18/02/2008	Gestão Integrada da Esclerose Múltipla Acesso dos doentes com suspeita de esclerose múltipla às consultas hospitalares específicas	Médicos do SNS
03/DSCS/DGID	22/02/2008	Gestão Integrada da Doença Renal Crónica - Metas e Objectivos para Monitorização de Resultados em Diálise	Unidades de Diálise
04/DSCS/DGID	28/02/2008	Gestão Integrada da Doença Renal Crónica - Metas e Objectivos para Monitorização de Resultados em Diálise - Revisão	Unidades de Diálise
05/SR	05/03/2008	Impresso para registo, com fins estatísticos dos atendimentos das situações de aborto espontâneo e de interrupção voluntária da gravidez	Hospitais com Serviços de Ginecologia/Obstetria
06/DIR	26/03/2008	Abordagem Clínica para casos de dengue	Todos os médicos do SNS
07/DSPPS/DCVAE	15/04/2008	Alargamento do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral – grávidas e pessoas idosas - Informações Técnicas	Divulgação Externa
08/DA	27/05/2008	Execução do Programa de Vigilância Sanitária das Zonas Balneares Costeiras e de Transição	Departamentos de Saúde Pública
09/DA	27/05/2008	Execução do Programa de Vigilância Sanitária das Zonas Balneares Interiores	Departamentos de Saúde Pública
10/DSCS/DPCD	05/06/2008	Vacinação complementar contra o sarampo	Médicos e enfermeiros dos Centros de Saúde, Hospitais e outros serviços que administram vacinas; Autoridades de Saúde; ARS's; Direcções Regionais de Saúde
11/DSCS/DPCD	18/06/2008	Programa Nacional de Controlo da Dor	Todos os Serviços do SNS
12/DSCS/PNT	17/07/2008	Deteção rápida da Tuberculose Multirresistente	Todos os Serviços de Saúde
13/DSCS/DGID	22/07/2008	Gestão Integrada da Doença Renal Crónica – Referenciação de Doentes Insuficientes Renais para a Medicina Preventiva	Unidades de Diálise, Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar
14/DSCS/DGID	31/07/2008	Centros de Elevada Diferenciação e Centros de Tratamento	Unidades de Saúde do SNS
15/DSCS/DGID	01/08/2008	Gestão Integrada da Diabetes – Candidatura a Centros de Tratamento para Perfusão Subcutânea Contínua de	Unidades de Saúde do SNS
16/DSCS/DPCD	04/08/2008	Reforço da vigilância epidemiológica e controlo do sarampo	Todos os médicos (serviços públicos e privados); Autoridades de Saúde; ARS's; Direcções Regionais de Saúde
17/DSCS/DGID	04/08/2008	Gestão Integrada da Diabetes – Elegibilidade dos doentes para tratamento através de perfusão subcutânea contínua de insulina	Unidades de Saúde do SNS
18/DSCS/DGID	11/08/2008	Gestão Integrada da Obesidade – Candidatura a Centro de Tratamento de Obesidade	Prestadores de cuidados de saúde do SNS
19/DSCS/DGID	12/08/2008	Gestão Integrada da Obesidade – Centros de Elevada Diferenciação em Obesidade	Hospitais do SNS
20/DSCS/DGID	13/08/2008	Gestão Integrada da Obesidade – Prioridade de Referenciação de Doentes Obesos para Avaliação Multidisciplinar de Tratamento de Obesidade	Cuidados de Saúde Primários e Hospitais do SNS

**CIRCULARES NORMATIVAS (continuação)**

Número	Data	Assunto	Destinatários
21/DSCS/DGID	14/08/2008	Gestão Integrada da Obesidade – Abordagem da pessoa com Obesidade com eventual indicação cirúrgica	Centros de Tratamento em Obesidade: Consulta Multidisciplinar de Tratamento da Obesidade nos Hospitais do SNS

22/DSCS/DPCD	17/10/2008	Programa Nacional de Vacinação (PNV) Introdução da vacina contra infecções por Vírus do Papiloma Humano	Médicos e enfermeiros dos Centros de Saúde, Hospitais e outros profissionais/serviços envolvidos no PNV
23/DQS	20/10/2008	Agentes Biológicos/Requisitos da "Consulta Especializada"	Todas as Unidades do Sistema de Saúde
24/SR	01/12/2008	Acesso a meios de prevenção dirigido a doentes com infecção VIH/sida e seus parceiros sexuais	Hospitais que prestam cuidados a doentes com VIH/Sida
25/DSCS/DPCD	22/12/2008	Campanha de vacinação contra infecções por Vírus do Papiloma Humano (HPV)	Médicos e enfermeiros dos Centros de Saúde, Hospitais e outros profissionais/serviços envolvidos no Programa Nacional de Vacinação

## 10. Notas Finais

Os recursos mobilizados e envolvidos nas actividades desenvolvidas pelas diferentes Direcções, Divisões e Unidades de Apoio, os resultados alcançados e o nível das intervenções desenvolvidas, permitem considerar que as expectativas iniciais foram alcançadas, e nalguns casos, até superadas, conforme evidenciado na avaliação do QUAR/2008.

O desempenho obtido retrata, assim, o esforço de todos os profissionais enquanto factor estratégico dos recursos da Direcção-Geral da Saúde, designadamente os seus activos intangíveis, portadores do conhecimento indispensável à mudança e ao progresso e desenvolvimento organizacionais.

De salientar igualmente a evolução verificada, no que respeita às exigências consagradas na Lei n.º 66-B/2007 em matéria de auto-avaliação dos Serviços (SIADAP 1), tendo esta Direcção implementado e concluído com sucesso o seu processo de avaliação de desempenho.

Por último, saliente-se o elevado empenho demonstrado pelos profissionais da DGS na procura constante por melhores níveis de desempenho e de satisfação dos seus clientes, assim como os propósitos que marcaram a gestão da DGS durante o ano de 2008:

- Gestão orientada para os resultados;
- Gestão eficiente dos recursos;
- Organização focalizada na satisfação do cliente externo.



Direcção-Geral da Saúde  
[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)



Ministério da Saúde